

Data: 22 de abril de 2015.

Governo do Estado prioriza agricultura familiar em 2015

Banco de Notícias

A Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SEDA), criada pela atual gestão, vai investir R\$ 8.829.180,00 este ano em agricultura familiar. A verba já está prevista na lei de orçamento e a intenção é de ir aumentando gradativamente este valor ao longo dos três próximos anos.

“Minas tem a segunda maior população rural do país, que é responsável por um terço do PIB mineiro. Ter uma secretaria específica significa gente trabalhando prioritariamente pela questão agrária” comemora o secretário Glênio Martins.

Outra ação importante citada pelo secretário foi a publicação do decreto 46.172, de 30 de janeiro deste ano, que regulamenta Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAAfamiliar). Ele regulamenta a lei que define aplicação de no mínimo 30% dos recursos destinados à compra de gêneros alimentícios em produtos da agricultura familiar, ampliando os canais de venda para os agricultores.

Já está garantida também a verba para retomar Crédito Fundiário, prevista já para o primeiro semestre, de acordo com Martins. O programa foi suspenso na gestão passada por falta de repasse da verba estadual e falta de assessoramento ao trabalhador, que geraram problemas na liberação de verbas.

O diálogo foi aberto através de plenárias e audiências para ouvir as demandas dos movimentos sociais. “Uma das prioridades do novo governo é fortalecer os espaços de controle social das políticas públicas como o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRAF-MG), o Conselho Diretor Pró-Pequi, o Colegiado Gestor do PAAfamiliar e a Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CEPCT-MG)”, complementa o secretário.

A longo prazo

Outros desafios também já foram mapeados e divulgados no Balanço MG para que sejam planejadas políticas nos próximos anos:

Melhoria de infraestrutura no campo– as cidades hoje são mais atrativas e por isso ainda há êxodo rural. Pretende-se fazer intercâmbio entre cidade e campo para melhorar as condições de acesso à saúde, educação e transporte.

Inovação científica– há ainda conflitos entre o saber do homem do campo e o conhecimento científico. A proposta é criar um intercâmbio de saberes que concilie estes dois tipos de conhecimento.

Meio ambiente e mudanças climáticas – serão implantadas ações de conservação de recursos, especialmente a água. Para isso, haverá capacitação para os trabalhadores.

Conheça a agricultura familiar em Minas

Dados do censo agropecuário 2006 mostram que, em Minas Gerais, a população rural representa 14,7% da população total, somando 2.888.352 pessoas. Destas, 53% são homens e 47% mulheres. Os jovens entre 15 e 29 anos são 24,3% e os idosos acima de 65 nos, 9%

Estão registradas 551.617 propriedades rurais e 79% delas produzem por agricultura familiar, somando 437.415 estabelecimentos. Estima-se que os percentuais dos dados gerais estejam mantidos.

A agricultura familiar está concentrada em regiões como Norte e Sul de Minas e tem menos gente e menor produtividade na região Central. O Norte abarca 24,8% do total de agricultores, 18% do total de estabelecimentos rurais, tem 28% das políticas de acesso à terra.

A região Central tem a menor população de agricultores: 1,6% do total, que estão distribuídos em 1,8 % dos estabelecimentos. No vale do Mucuri, ainda não há nenhum programa de acesso a terra.

22 de abril de 2015.

Data: 30 de abril de 2015.

Glênio Martins apresenta principais programas e ações para alavancar a agricultura familiar

Banco de Notícias



O secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Glênio Martins, apresentou, durante audiência pública, os principais programas e ações da pasta para alavancar a agricultura familiar em Minas Gerais. Realizada na quarta-feira (29/4), pela Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial da Assembleia Legislativa, a reunião contou ainda com a participação de integrantes de movimentos sociais, trabalhadores e trabalhadoras rurais, técnicos e membros da secretaria.

Durante sua apresentação, o secretário Glênio Martins destacou que um dos primeiros atos do Governo Pimentel foi a regulamentação da lei que institui a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA Familiar). O decreto assinado pelo governador Pimentel determina que 30% das compras de alimentos para os órgãos do Estado devem ser obrigatoriamente adquiridas da agricultura familiar. “Essa política é fundamental para garantir o acesso dos agricultores familiares aos mercados consumidores, uma das principais reivindicações do segmento”, disse.

Neste domingo (3/5) termina o prazo da consulta pública para a definição da metodologia para a formação do preço dos produtos, que também serão especificados através de uma lista de alimentos. Os interessados podem participar da consulta pública acessando o [Portal de Compras](#).

Glênio Martins ainda reafirmou o compromisso do Governo Pimentel em valorizar o setor, melhorando o acesso à pesquisa, assistência técnica e ao crédito fundiário. Martins também garantiu apoio à regularização fundiária das áreas ocupadas por quilombolas, comunidades indígenas e populações tradicionais. “Vamos trabalhar para garantir a paz social no campo, uma de nossas missões institucionais”, frisou.

O secretário aproveitou a ocasião para agradecer ao Poder Legislativo o apoio para a criação da pasta. Os deputados aprovaram por unanimidade o desmembramento das áreas de agricultura familiar e regularização fundiária da Secretaria de Estado da Agricultura, proposto na reforma administrativa. “A Assembleia Legislativa teve e terá um papel fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar em Minas Gerais”, disse.

Um dos autores do requerimento para a audiência pública e presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, o deputado Fabiano Tolentino afirmou que a audiência pública cumpriu seu papel. “Debatemos questões importantes para o desenvolvimento do pequeno produtor, da agricultura familiar”, ressaltou. O parlamentar defendeu, durante a reunião, que o Governo do Estado dê prioridade às escolas rurais, para que as famílias permaneçam no campo.

Novos desafios

Glênio Martins foi indicado pelo governador [Fernando Pimentel](#) para assumir a nova secretaria. Para o secretário, é um desafio participar da estruturação da pasta, que trata de temas latentes que afetam diretamente a vida de milhares de mineiros. “Colocamos o nome na história. Ser o primeiro secretário de Desenvolvimento Agrário de Minas requer seriedade, compromisso e disciplina muito maiores. Não temos um parâmetro ou uma linha de atuação para seguir. Vamos criar tudo da melhor maneira possível”, esclarece Glênio Martins.

“Vamos ter um papel muito importante na estruturação da infraestrutura rural das cidades. O que mais me move é o fato de poder governar para um setor da sociedade que possui muitas pessoas dignas que sempre estiveram à margem do desenvolvimento social. Vou usar o melhor de mim e a força da minha juventude para dignificar a luta dos trabalhadores rurais”, acrescenta o secretário, que desde o início da nova gestão no governo estadual tem mantido um diálogo constante com associações, sindicatos e movimentos sociais ligados ao campo.

Apesar do grande desafio que tem pela frente, Glênio Martins demonstra tranquilidade, advinda, principalmente, da sua experiência profissional na área. Técnico em Agropecuária e especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ele já foi chefe da Divisão de Desenvolvimento de Assentamento e superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Para compor a nova pasta, Glênio Martins optou por uma estrutura enxuta, com a intenção de diminuir a distância do gabinete às áreas finalísticas e, dessa maneira, desburocratizar os fluxos e otimizar o serviço prestado ao cidadão mineiro. “Estou muito seguro com relação ao desenho que apresentamos e fico grato da Assembleia Legislativa ter aprovado o formato que propusemos em sua totalidade”, evidencia.

30 de abril de 2015.

Data: 7 de maio de 2015.

Minas Gerais conhece modelo cearense de desenvolvimento agrário

Banco de Notícias



Com o objetivo de conhecer a política de desenvolvimento agrário cearense, considerada referência nacional, o secretário de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais (Seda), Glênio Martins, cumpre agenda de trabalho em Fortaleza até nesta sexta-feira (8/5). Para Martins, a troca de experiências com o Estado do Ceará tem sido muito importante, inclusive para toda a região Sudeste. “Nossa vinda é um pedido do governador Fernando Pimentel para observarmos o trabalho do Ceará no combate à seca, no estímulo à produção, à comercialização, regularização fundiária entre outros”, disse.

O secretário de Desenvolvimento Agrário do Ceará (SDA), Francisco José Teixeira, conhecido popularmente como Dedé Teixeira, e o presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce), Antonio Amorim, deram as boas vindas à comitiva mineira, formada também pelo subsecretário de Acesso à Terra e Regularização Fundiária da Seda, Danilo Prado Araújo, e pelo superintendente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, Mateus Novaes.

Nessa quinta-feira (7), a comitiva conheceu a estrutura organizacional da SDA e suas vinculadas como a própria Ematerce, o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (Idace), a Ceasa, a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará (Adagri) e o Instituto Agropolos, além de alguns projetos sob as coordenadorias da SDA como Territórios Rurais da Cidadania e a Agricultura Familiar.

Glênio Martins também tomou conhecimento de experiências e programas, como o Hora de Plantar (distribuição de sementes a produtores rurais) e o projeto Paulo Freire.

Combate à seca

Durante o encontro, no auditório da Ematerce, Dedé Teixeira apresentou diversas ações da Pasta, como a criação do Comitê da Seca, que vem atuando desde 2012. “Várias entidades da sociedade civil e do governo se reúnem para discutir uma política de convivência com a seca. Isso vem garantindo o aperfeiçoamento de estratégias para reduzir o impacto de anos de estiagem”, explicou Teixeira.

7 de maio de 2015.

Data: 7 de maio de 2015. (2)

Agricultores familiares ganham mais tempo para Cadastro Rural

Banco de Notícias



Os agricultores familiares que ainda não realizaram o Cadastro Ambiental Rural (CAR) ganharam mais tempo com a prorrogação do prazo para a inscrição por mais um ano. Em Minas Gerais, dos 550 mil propriedades rurais, cerca de 80% pertencem a pequenos agricultores. Segundo levantamento da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), responsável pela coordenação do cadastro em Minas, cerca de 93 mil propriedades foram cadastradas até o momento.

O assunto foi abordado nesta quarta-feira (6/5), em Belo Horizonte, durante a primeira reunião ordinária em 2015 do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (Cedraf-MG), presidido pelo secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Glenio Martins e pela secretária adjunta, Fabiola Paulino.

Previsto no Novo Código Florestal, o registro é obrigatório para todos os imóveis rurais e tem como finalidade integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

O pequeno proprietário rural que detém área de até quatro módulos fiscais poderá se dirigir a um dos regionais do IEF, Núcleos de Regularização Ambiental (NRRAs), Superintendências Regionais de Regularização Ambiental (Suprams) ou entidades parceiras para que técnicos treinados o auxiliem na realização do cadastro.

“A prorrogação do prazo foi importante porque o agricultor familiar, com até quatro módulos fiscais, terá mais tempo para se preparar. E é bom também para o Estado definir estratégias de como se preparar para atender a essa demanda”, disse Martins. Ele lembra que a prorrogação do prazo para o CAR, que entraria em vigor hoje, atende pedido do governador Fernando Pimentel junto à ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Parceria com a sociedade

Uma das estratégias já em curso para atender o agricultor familiar é a parceria com entidades para a realização do cadastro, gratuitamente. O presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Minas Gerais (Fetaemg), Vilson Luiz da Silva, disse que a entidade conta hoje com mais de 70 técnicos preparados para fazer o CAR, via sindicatos rurais. “Somos parceiros da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, do Governo do Estado, para a realização do cadastro”, disse Vilson Silva, um dos 12 conselheiros presentes à reunião da Cedraf-MG.

O encontro foi o primeiro da nova gestão e teve o papel de aprovar importantes medidas para alavancar o segmento. “A gente sente um clima de muita unidade dos movimentos sociais e sindicais em torno da criação da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, que foi o grande destaque desta primeira reunião”, afirmou Glenio Martins.

Crédito fundiário

Outro destaque da reunião foi a aprovação de cerca de R\$ 34 milhões em crédito fundiário, que irá beneficiar 358 famílias de várias regiões do Estado, por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Foram 17 propostas aprovadas que equivalem a uma área de cerca de 5.200 hectares.

Participaram da reunião representantes das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Agrário e de Planejamento e Gestão; da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); da Superintendência Federal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (Fetaemg); da Federação Quilombola de Minas Gerais; da Articulação Mineira de Agroecologia (ASA); da Articulação do Semi-árido de Minas Gerais; da Associação Mineira das Escolas Família Agrícola; da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária; e da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (Ocemg), além de convidados.

7 de maio de 2015.

Data: 12 de maio de 2015.

Agricultores familiares contribuem para a qualidade da alimentação nas escolas

Banco de Notícias



O cenário tranquilo, verde e produtivo da Fazenda Matos, na Comunidade Matos de Cima, em Capim Branco, na região Central, representa bem a agricultura familiar em Minas Gerais. Com simplicidade e variedade, a família Moura aproveita a fertilidade da terra e a experiência produtiva para garantir, por gerações, o sustento que vem da atividade agropecuária e agricultura de subsistência.

Na pequena propriedade rural, o casal Raimundo Avelar Moura, 76 anos, e Maria Aparecida de Moura, 74, e os três filhos, Ênio, 52, Luiz Henrique, 53, e Raimundo Jr., 49, se dedicam exclusivamente ao cultivo de leite, hortaliças e frutas. Em um passeio pelas terras da fazenda, é possível encontrar plantações que vão do urucum, mandioca e milho até a banana, tangerina e alface.

Hoje, a família vive dos ganhos da lavoura e comercializa seus produtos para municípios circunvizinhos (Sete Lagoas, Prudente de Moraes e Matozinhos), feiras, entrega porta a porta e mesmo na própria fazenda. No entanto, é pelo cultivo de hortaliças e frutas orgânicas, mais saudáveis, que o trabalho dos Moura tem chamado a atenção. Isto porque, com o suporte do Governo de Minas Gerais, eles também têm conseguido direcionar parte de sua produção para a merenda escolar.



« < 1 de 20 > »

Política nacional

Por lei, é determinado que pelo menos 30% dos recursos recebidos pelo poder público sejam aplicados para aquisição de alimentos junto aos agricultores familiares. Para tanto, são divulgados editais de chamadas públicas por cada escola estadual/caixa escolar, para contratação de agricultores.

Garantir o fluxo para o fornecimento da alimentação escolar, em Minas Gerais, é uma das frentes de atuação da Secretaria de Estado de Educação (SEE), por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A iniciativa nacional, que existe desde a década de 40, sob gerenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), realiza a transferência de recursos financeiros justamente para assegurar a alimentação escolar a alunos de escolas públicas por 200 dias letivos.

No Estado, a entidade executora é a SEE, que utiliza como modelo a escolarização. “Ou seja, os recursos financeiros recebidos na conta do PNAE são descentralizados mensalmente para cada escola estadual, por intermédio das Caixas Escolares”, explica a coordenadora do Programa de Alimentação Escolar, Valéria Monteiro.

Desse modo, o repasse de recursos, processo de compras dos alimentos, licitação e chamada pública, execução dos cardápios, entre outras ações necessárias ao desenvolvimento do programa, “estão presentes nos diversos níveis da SEE, passando pelo órgão central, as 47 Superintendências Regionais de Ensino (SRE) e escolas estaduais”, completa.

As orientações para o correto fluxo são repassadas às SREs e escolas por meio das Diretorias de Suprimento Escolar e de Prestação de Contas. Além disso, o material

preparado, selecionado e ofertado para alimentação escolar segue as orientações e recomendações da cartilha 'Cardápios da Alimentação Escolar', elaborada pela equipe de nutricionistas da Diretoria de Suprimento Escolar.

A equipe, formada por sete profissionais (um nutricionista responsável técnico e seis nutricionistas do quadro técnico), também efetua supervisões técnicas nas escolas e capacitação para os envolvidos na alimentação escolar.

Em 2014, observa Valéria, "o PNAE na rede estadual atendeu cerca de 2,4 milhões de alunos em 3.615 escolas estaduais", detalha. O valor repassado pelo FNDE para a alimentação escolar foi superior a R\$ 150,3 milhões, com R\$ 28,6 milhões direcionados à aquisição de alimentos da agricultura familiar.

"A cada ano, as escolas estaduais têm conseguido adquirir mais alimentos da agricultura familiar e, com certeza, isto reflete em melhor qualidade da alimentação ofertada aos alunos", avalia Valéria.

Por meio do Sistema de Monitoramento da Execução da Alimentação Escolar (Sysmeae), a Secretaria de Educação pode acompanhar o valor gasto em alimentos adquiridos, principalmente aqueles originados da agricultura familiar. O lançamento das aquisições é feito pelas próprias escolas.

O sistema também contribui para fornecer dados para a página agriculturafamiliar.educacao.mg.gov.br, na qual os interessados podem verificar as demandas das escolas e as chamadas públicas cadastradas e/ou vigentes.

Programa estruturador

Justamente para cumprir com a obrigação legal de que o Estado compre no mínimo 30% da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas ([Lei 11.947/2009](#)), Minas Gerais conta com um programa estruturador – o Cultivar, Nutrir e Educar.

Por meio da articulação dos segmentos Saúde, Educação e Agricultura, o programa atua para garantir a comercialização da produção da agricultura familiar para a alimentação escolar. De forma intersetorial nos níveis estadual e municipal, o programa, como destaca a gerente do Cultivar, Nutrir e Educar, Jacqueline Junqueira, "promove a ampliação da qualidade de vida dos agricultores familiares que comercializam sua produção, adquirem renda para viverem dignamente, adquirirem bens, obterem acesso a outras políticas públicas e produzirem alimentos em quantidade e qualidade para alunos nas escolas e para toda comunidade".

O diferencial da ação está no aumento do potencial de desenvolvimento e efetividade das ações governamentais ao serem planejadas, executadas e avaliadas de forma articulada e participativa. "Os alunos recebem alimentação sabendo a origem dos alimentos, desenvolvem hábitos saudáveis, são estimulados a valorizarem produtos da região e ao consumo consciente, e também o autocuidado para qualidade de vida", enfatiza Jacqueline.

Suporte ao agricultor familiar

As equipes de agricultura do Estado, no contexto do programa, oferecem apoio direcionado à organização dos agricultores familiares. São ações que, desde 2012, com o advento do Cultivar, Nutrir e Educar, têm contribuído, por exemplo, para fomentar a produção e consumo de alimentos saudáveis, gerar ocupação e renda na agricultura familiar, por meio da qualificação e agregação de valor aos produtos, e, ainda, apoiar a organização dos agricultores familiares quanto à logística para realização de venda direta de produtos aos mercados institucionais.

Atualmente, essas competências passaram a estar vinculadas à recém-criada Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SDA). Segundo o superintendente de Acesso a Mercados e Comercialização, vinculado à Subsecretaria de Agricultura Familiar, Lucas Oliveira Scarascia, para o desempenho dessas atribuições, existe um contrato firmado junto à Emater-MG para a prestação de serviços e inserção dos agricultores familiares em todo o estado.

“Isto permite identificar e cadastrar agricultores familiares, promover orientações técnicas e cursos presenciais, acompanhar processos e diagnóstico de demanda e oferta de alimentos para abastecimento de escolas”, entre outros tópicos, aponta Scarascia.

No Programa Cultivar Nutrir e Educar, por meio do Projeto Estratégico de Fortalecimento da Agricultura Familiar para o Abastecimento Alimentar, foram atendidos, de 2012 a 2014, 3.600 agricultores familiares em 220 municípios. Entre os principais produtos cultivados, destaque para hortaliças, legumes, frutas, feijão, mel, leite, iogurte, polpa de frutas, fubá, farinha de mandioca, rapadura, bolos, biscoitos e outros panificados.

“O programa veio para aperfeiçoar as relações existentes entre agricultores e entidades executoras, promovendo a capacitação dos agricultores familiares e suas organizações, para a produção, processamento e comercialização”, conclui o superintendente.

Colhendo frutos

Antes do ‘Cultivar, Nutrir e Educar’, a família Moura, do sr. Raimundo e dona Maria Aparecida, não conhecia o mercado de comercialização para o PNAE. Desde que começaram a fazer parte do programa, há aproximadamente dois anos, parte da produção – em torno de 30% – vem tendo como destino certo a alimentação nas escolas.

“Com a parceria, a vida de todos melhorou, a começar pela oportunidade de comercialização. Agora, temos um projeto de venda, um contrato, venda e recebimento garantidos. Além disso, adquirimos mais experiência, conhecimento e pudemos fazer cursos”, aponta o filho do meio, Ênio, 52.

Outro ponto de destaque é a consciência na oferta de um produto livre de agrotóxicos e, assim, poder participar da melhoria de qualidade da merenda escolar. “Temos prazer em

saber que o consumo de nossos alimentos é feito para crianças e, acima de tudo, nossos sobrinhos e netos”, comenta o produtor.

Na propriedade, a atividade pecuária é dedicada à bovinocultura de leite (6.000 litros por ano), suínos (50 por ano) e aves (500 galinhas e 600 dúzias de ovos, anualmente). Já a atividade agrícola cuida da produção de alface, quiabo, beterraba, cenoura, pepino e tomate (cerca de 20 toneladas anuais). As frutas respondem por 10 toneladas no ano, com produção de banana, laranja, limão, goiaba, tangerina, jaboticaba e manga.

No âmbito da parceria, o extensionista agropecuário da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG), Adenílson de Freitas, é figura recorrente na Fazenda Matos. Isto porque a Emater-MG oferece, aos agricultores familiares do programa estadual, apoio técnico e orientações para o cultivo sem agrotóxicos e produção de alimentos com melhor qualidade.

Em recentes contribuições, Adenílson deu dicas à família sobre como realizar a compostagem (produção de adubo orgânico) e, ainda, o emprego da tecnologia de túnel para o plantio de alface.

“É um recurso barato, acessível ao pequeno produtor e que permite manter a produção de alface, o que seria inviável no período chuvoso”, observa o técnico. “Estamos trazendo para cá também o milho biofortificado, que não é geneticamente modificado e reúne altos teores de pró-vitamina A”, complementa. Tanto o milho como o alface são produtos que, pelo valor nutricional e cultivo livre de agrotóxicos, têm utilização certa na merenda escolar.

Mais experiências

A agricultora Cleonice Soares, 44, natural de Felisburgo, nos Vales Jequitinhonha e Mucuri, no ano de 2010 se desdobrava na produção de biscoitos na própria casa. Era difícil conciliar o trabalho na cozinha e o ambiente para, por exemplo, receber uma visita, o que a deixava bastante incomodada. Com a oportunidade do Cultivar, Nutrir e Educar, e o suporte da Emater-MG, foi possível construir uma unidade de processamento, com recursos próprios e mutirão familiar.

O resultado foi a possibilidade de produzir intensamente biscoito de polvilho, bolo de laranja, bolo comum e pão caseiro. Em Córrego Brejaúba, na zona rural de Itaípe, onde vive com o marido e um dos filhos, Cleonice e sua equipe familiar conseguiram direcionar, no ano passado, por meio do programa, 300 kg de biscoito de polvilho, 600 kg de pão caseiro e 300 kg de bolo caseiro/bolo de laranja para duas escolas estaduais e para a secretaria municipal de Educação. “Agora o tempo está muito limitado!”, destaca Cleonice, satisfeita por conseguir vender toda a produção, que aumenta cada dia mais.

A agricultora também participou de orientações sobre boas práticas de produção e conseguiu até mesmo comprar um carro para o transporte dos produtos. Poder contribuir para a alimentação escolar é outro fator que a deixa bastante contente. “Os alunos podem

consumir produtos da produção do próprio município e, principalmente, quitadas de nossa cultura local”, ressalta.

Luciane Costa, 40, natural de Ponte Nova, na Zona da Mata, integra um grupo de agroindústria coletiva, com seis integrantes. Há dois anos no programa, eles produzem, mensalmente, 4.000 kg de bananada e 4.000 kg de goiabada. “Antes, não tínhamos o local certo para entregar as mercadorias”, conta Luciane.

Com a parceria, eles puderam investir na agroindústria, adequando a produção às normas sanitárias e, conseqüentemente, melhorando a qualidade da produção. Com isso, melhoramos o sustento de nossas famílias”, comemora, feliz também por levar às crianças nas escolas uma alimentação rica em nutrientes.

Ainda em Ponte Nova, o agricultor Cláudio Alves, 53, que mora com a esposa e a filha, conseguiu otimizar o planejamento da produção, evitando perdas. Tudo isso a partir do programa estadual. “Sinto-me bem por oferecer um produto de qualidade e saudável”, aponta.

Por mês, Alves consegue produzir 600 kg de banana, 45 kg de beterraba, 60 kg de repolho, 40 kg de cenoura e 100 kg de maracujá, produção esta que vai não só para a alimentação escolar, como também para venda no mercado local. “A garantia de mercado e renda mudou minha vida”, acrescenta.

12 de maio de 2015.

Data: 25 de maio de 2015.

Cidade Administrativa recebe feira de sementes, exposição e seminário sobre agricultura familiar

Banco de Notícias

Agenda é uma parceria entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, rede de Articulação do Semiárido de Minas Gerais (ASA Minas) e Ministério Público

Agricultoras e agricultores familiares do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha se encontram na próxima terça-feira (26/5), na Cidade Administrativa de Minas Gerais, para promoverem a Feira de Sementes Crioulas e Economia Solidária Natural.

Mais nutritiva e sem agrotóxico, a semente crioula ainda garante à agricultura familiar da região do semiárido mineiro custo menor na produção de feijão, milho, abóbora, hortaliças, entre outros alimentos.

Além da troca e da venda de sementes, haverá a comercialização de produtos da Economia Solidária: artigos de confecção, alimentos, artesanato, bijuterias e cosméticos.

A feira integra a programação do seminário “Água, sementes e agricultura familiar: um olhar sobre o semiárido mineiro”, promovido pela rede de Articulação do Semiárido Mineiro (ASA Minas), em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SDA).

Na abertura da solenidade, no Auditório JK, haverá entrega de kit para a realização de feiras livres em quatro municípios do estado. A ação faz parte do Programa de Apoio às Feiras Livres, desenvolvido pela SDA em parceria com a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa).

Nos próximos anos, estão previstos investimentos de mais de R\$ 3 milhões que beneficiarão agricultores familiares de 320 municípios mineiros. As primeiras cidades a serem contempladas são Brumadinho, Diamantina, São João del-Rei e São José da Lapa.

Outro destaque da solenidade será o lançamento oficial do projeto “Sementes da Gente” e do programa “Cisternas nas Escolas”, desenvolvidos pela ASA Minas junto ao Governo federal, com apoio do Governo de Minas Gerais.

A programação também contará com a exposição fotográfica 'Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais'. A iniciativa é uma parceria da SDA com a Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (Cimos) do Ministério Público de Minas Gerais. A mostra ficará exposta nos túneis da Cidade Administrativa até 26 de junho.

Serviço:

Seminário: “Água, sementes e agricultura familiar: um olhar sobre o semiárido mineiro”

Dia: 26 de maio – terça-feira

Horário: 9 horas

Local: Auditório JK da Cidade Administrativa

25 de maio de 2015.

Data: 26 de maio de 2015.

Estado vai investir R\$ 3 milhões para melhoria de feiras livres

Banco de Notícias



O Governo de Minas Gerais entregou, nesta terça-feira (26/05), durante solenidade no Auditório JK, kits para a realização de feiras livres em três municípios do Estado. A ação faz parte do Programa de Apoio às Feiras Livres, desenvolvido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SDA) em parceria com a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa).

Para os próximos anos, estão previstos investimentos de mais de R\$ 3 milhões, que beneficiarão agricultores familiares de 320 municípios mineiros. Nesta primeira etapa, as primeiras cidades a serem contempladas foram Brumadinho, São João del-Rei e São José da Lapa. Cada kit é composto por 10 barracas, 20 jalecos e 60 caixas plásticas. Com a ampliação, haverá também a entrega de lixeiras e balanças de precisão.

O secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Glenio Martins, fez a assinatura do termo de doação dos kits feiras, juntamente com o prefeito de São João del-Rei, Helvécio Luiz, do prefeito de São José da Lapa, Francisco Fagundes, e da secretária de agricultura de Brumadinho, Andreza Resende.

Glenio Martins destacou que a entrega faz parte de um conjunto de ações e programas que serão desenvolvidos pela SDA/MG para ampliar a comercialização de produtos da agricultura familiar. Segundo ele, o Estado irá priorizar na primeira etapa cidades com projetos de assentamentos da reforma agrária. No segundo momento, a ideia é ampliar para a venda de produtos orgânicos.

Neste ano, a SDA/MG irá contemplar, por meio do Programa de Apoio às Feiras Livres, mais de 100 cidades mineiras.

“Nossa meta de governo, ao final dos quatro anos, é alcançar pelo menos a metade dos municípios mineiros com feiras da agricultura familiar funcionando e organizadas. Nosso

objetivo é fazer a universalização das feiras, garantindo à população mineira alimentação saudável com preço justo”, disse o secretário.

Crédito fundiário

A cerimônia de entrega dos Kits Feira fez parte do seminário “Água, Sementes e Agricultura Familiar: Um olhar sobre o Semiárido Mineiro”, promovido em parceria com a Articulação do Semiárido Mineiro (ASA Minas), rede de organizações que atua no Norte e no Vale Jequitinhonha por meio de entidades ligadas à agroecologia, sindicatos rurais, dentre outras.

Em seu pronunciamento, Glenio Martins destacou as medidas que já foram tomadas pelo Governo de Minas Gerais em prol da agricultura familiar. No início do ano, o Governo Pimentel regulamentou lei que instituiu a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA Familiar).

A medida determina que 30% das compras de alimentos para os órgãos do Estado seja proveniente da agricultura familiar. Outro passo foi dado nesta segunda-feira (25/5), com a publicação de decreto do governador Fernando Pimentel que determina prioridade nos pagamentos aos agricultores familiares inseridos no PAA Familiar.

Além disso, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (Cedraf-MG), presidido pela SDA/MG, aprovou cerca de R\$ 34 milhões em crédito fundiário, beneficiando 358 famílias de várias regiões do Estado.

“Nosso compromisso é avançar na política de apoio à agricultura familiar. O que a gente percebe é que as ações do Estado antes estavam muito dispersas, sem indicadores concretos para a gente avaliar o sucesso dos programas”, afirmou o secretário.

Dia histórico

A coordenadora da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA Brasil), Marilene Alves de Souza, a Leninha, avaliou positivamente a realização na Cidade Administrativa do seminário “Água, Sementes e Agricultura Familiar: Um olhar sobre o Semiárido Mineiro”.

“Hoje foi um dia simbólico e importante porque, pela primeira vez na história de 15 anos da ASA, foi criada essa parceria tão direta com o Governo do Estado. Realizar o nosso evento na Cidade Administrativa significou dizer para o Governo que nós estamos juntos e queremos ser parceiros”, disse Leninha.

Além do seminário, a programação contou com Feira de Sementes Crioulas e da Economia Solidária e com o lançamento dos projetos “Sementes da Gente” e “Cisternas nas Escolas”, desenvolvidos junto ao governo federal e com apoio do Governo de Minas Gerais.

Destaque, ainda, para a realização da exposição fotográfica – Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais, uma parceria da SDA com a Coordenadoria de Inclusão e

Mobilização Sociais (Cimos), vinculada ao Ministério Público Estadual. A mostra fica exposta nos túneis da Cidade Administrativa até o dia 26 de junho.

Para o coordenador da Cimos, promotor de Justiça Paulo César Vicente de Lima, a mostra tem como objetivo dar visibilidade à necessidade de se criar uma política estadual de desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais.

“Com esse novo governo, nossa expectativa é que seja implementada a comissão estadual dos povos e comunidades tradicionais”, disse o promotor.

26 de maio de 2015.

Data: 11 de junho de 2015.

Colegiado define regras para compra de alimentos da agricultura familiar

Banco de Notícias



Um mercado de cerca de R\$ 8 milhões foi aberto para a agricultura familiar em Minas Gerais com a definição das regras para execução da Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA Familiar). O Colegiado Gestor da PAA Familiar aprovou nessa quarta-feira (10/6) quatro resoluções da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda), que irão orientar os órgãos da administração pública estadual a como adquirir produtos alimentícios de agricultores familiares.

Em sua primeira reunião, o Colegiado Gestor aprovou instrumentos fundamentais para viabilizar a implementação da política, entre eles um modelo padrão de Edital de Chamada Pública que deverá ser utilizada pelos órgãos compradores; o critério de classificação de propostas, considerando os beneficiários prioritários – assentados de reforma agrária, indígenas, quilombolas, organizações formais e produtos agroecológicos –; a metodologia de elaboração de preços de referência para aquisição dos alimentos; e uma primeira versão da lista de alimentos, sobre a qual incidirá a obrigatoriedade de aquisição do mínimo de 30%.

A primeira versão da lista de alimentos contém mais de 100 itens que poderão ser fornecidos pela agricultura familiar, entre frutas, verduras, hortaliças e produtos processados, como queijo e mel. A expectativa é que as chamadas públicas sejam publicadas nas próximas semanas.

O decreto que regulamenta a lei da PAA Familiar, uma das primeiras ações do Governo Pimentel, permite que cada agricultor familiar possa comercializar até R\$ 20 mil por ano, sendo mais uma oportunidade de escoamento de sua produção e a oferta de alimentos saudáveis para os órgãos do Governo. Para se habilitar, o agricultor familiar deve estar

inscrito no Cadastro Geral de Fornecedores (Cagef) e possuir o DAP (Documento de Aptidão ao Pronaf).

A política prevê, ainda, prioridade para as propostas de venda de cooperativas da agricultura familiar, como forma de incentivar a organização da produção e dos produtores. Em relação à forma de elaboração de preços de referência, que deverão estar destacados nas chamadas públicas, serão considerados os preços praticados em âmbito local, no varejo e no atacado.

O secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Glenio Martins, lembrou que “a caminhada foi longa” até a realização da primeira reunião do Colegiado Gestor. “Nosso desafio agora é fazer com que essa política de aquisição de alimentos da agricultura familiar seja efetivada. Ganharão todos: o cidadão, que terá um alimento mais saudável e sem agrotóxico, e o agricultor familiar, que terá sua renda ampliada”, disse.

Presidido pela Seda, o Colegiado Gestor da PAA Familiar é formado por três representantes do Governo de Minas Gerais e mais três da sociedade civil: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg), Articulação Mineira de Agroecologia (Ama) e União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes). Também fazem parte a Emater-MG e a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag).

11 de junho de 2015.

Data: 16 de junho de 2015.

Frei Gaspar recebe mutirão do Governo de Minas Gerais para regularizar terras

Banco de Notícias



O trabalhador rural aposentado Salvador Ferreira da Costa não vê a hora de regularizar suas terras. Ele tem cerca de 4 hectares em Córrego Mundo Novo. “Vivo aqui há mais de 50 anos e nunca tive condições de pagar para ter o título da terra”, afirma.

Salvador deu primeiro passo para a realização deste sonho nesta terça-feira (16/6). Ele esteve no mutirão de recadastramento das famílias realizado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda), promovido na cidade de Frei Gaspar. O aposentado apresentou a documentação necessária. Agora, é esperar a avaliação.

Até a próxima sexta-feira (19/6), uma equipe da Seda atenderá as famílias no Centro de Referência de Assistência Social (Cras), no centro da cidade, no período de 8h às 18h.

O trabalho dos técnicos marca a retomada do Programa Estadual de Regularização Fundiária Rural, paralisado desde 2011. O subsecretário de Acesso a Terra e Regularização Fundiária, Danilo Araújo, esclarece que o Estado só regulariza áreas devolutas, não cabendo uma ação de Governo quando a área já está titulada ou registrada.

Ainda segundo Araújo, em julho será feita a medição dos terrenos e, até o fim do ano, será dado o título de posse da terra às famílias de Frei Gaspar que estão cadastradas no programa. Outras cidades virão a seguir. “Estão previstas para os próximos meses o recadastramento de posseiros em Chapada do Norte e a entrega de título a famílias de Turmalina, no Vale do Jequitinhonha”, completa.

A entrega de título de regularização fundiária rural no Estado foi praticamente nula nos últimos três anos. Hoje, existem cerca de 16 mil processos parados desde as gestões passadas. “Estamos fazendo o nosso dever de casa para garantir o direito à terra a milhares de agricultores familiares”, disse o secretário de Estado de Desenvolvimento

Agrário, Glênio Martins. Para ele, a ação é um marco na história das titulações de terras em Minas Gerais.

Documentos

Para agilizar o atendimento, os posseiros deverão levar seus documentos pessoais (Carteira de Identidade, CPF e certidões de nascimento e casamento) e certidões negativa/positiva do Cartório de Registro de Imóveis em nome do requerente e cônjuge, se for o caso, e certidão em nome do imóvel no mesmo cartório.

Passivo

Em Minas Gerais existem cerca de 550 mil propriedades rurais, a maioria de pequeno porte. Boa parte dos donos não possui o registro de seus terrenos – o chamado título fundiário de posse de terra. E é justamente o pequeno agricultor que mais sofre com a falta de estrutura.

No diagnóstico realizado pelo Governo do Estado, foram encontrados 16 mil processos de regularização parados. Nos últimos quatro anos, apenas 51 títulos foram emitidos – sendo que, depois, quatro desses títulos foram cancelados por questões técnicas.

A regularização fundiária é um importante fator para a solução dos conflitos sociais, garantia do direito a terra e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, promovendo a cidadania. Além de dar segurança e gerar Justiça, a regularização fundiária permite o acesso ao crédito e outros incentivos públicos, gerando renda e emprego e também a redução do êxodo rural.

16 de junho de 2015.

Data: 22 de junho de 2015.

Minas representa Brasil em encontro sobre economia solidária na Itália

Banco de Notícias



As ações do Govorno de Minas Gerais para o fortalecimento da agricultura familiar foram apresentadas durante a edição 2015 do Encontro Nacional da Economia Solidária, realizado na região de Friuli Veneza Giulia, na Itália. O encontro anual organizado pela Rede Italiana da Economia Solidária tem como objetivo difundir boas práticas e criar redes de desenvolvimento da economia solidária, como alternativa para o mercado atual.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda) representou o Brasil na mesa redonda “Quando as iniciativas encontram as instituições (Govorno)”. O superintendente de Acesso a Mercados e Comercialização da Seda, Lucas Scarascia, falou sobre os programas brasileiros que garantem alimentação mais saudável para a população, além de promover a inclusão social e ampliar a renda dos agricultores familiares.

Os principais são a Política de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA Familiar). No Brasil, o segmento responde por 74% da mão de obra no campo e contribui com 33% do valor bruto da produção agropecuária.

“Falamos sobre os programas de aquisição de alimentos da agricultura familiar, que são uma referência internacional. Acho que representamos bem o nosso país e abrimos mais

uma porta para a troca de experiências de políticas públicas na área. Foi um sucesso.”, disse Lucas Scarascia.

A governadora do Friuli Venezia Giulia, Deborah Serracchiani, elogiou o modelo brasileiro de fortalecimento da agricultura familiar. A autoridade esteve há duas semanas com o ex-presidente Lula para tratar de temas como a pesca artesanal.

“Esses programas foram fundamentais para que o Brasil saísse do mapa da fome mundial. Se queremos apoiar a agricultura familiar temos que mirar o exemplo brasileiro”, disse Deborah Serracchiani.

Também participaram da mesa o prefeito de Trieste (cidade sede), Roberto Cosolini, a secretaria de Planificação Urbana de Trieste, Elena Marchigiani, entre outras autoridades.

Parceria internacional

A Seda participa de uma ação articulada nos municípios de Berilo, Chapada do Norte, Mina Novas, Turmalina e Veredinha, em conjunto com o Centro de Voluntariado Internacional (CeVI) e o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), responsáveis pelo convite para participação do Governo de Minas no Encontro Nacional da Economia Solidária. Com financiamento da União Europeia e a colaboração direta do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a ação visa promover modelos de economias rurais, ambientalmente sustentáveis.

22 de junho de 2015.

Data: 23 de junho de 2015.

Mutirão para regularizar terras no Vale do Mucuri supera expectativas

Banco de Notícias



A equipe técnica da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda) realizou 82 atendimentos no mutirão da regularização fundiária em Frei Gaspar, no Vale do Mucuri. A ação foi realizada na semana passada, marcando a retomada do Programa Estadual de Regularização Fundiária Rural, paralisado há três anos.

Além de atualizar 63 cadastros, que poderiam ter sido reanalisados desde 2011, a Seda recebeu mais 19 pedidos de emissão do título de posse da terra. A próxima etapa será a medição dos terrenos. Até o fim do ano haverá a emissão dos títulos.

Segundo balanço da Subsecretaria de Acesso a Terra e Regularização Fundiária, dos 63 recadastramentos 33 foram atualizados, 52,38% do total. Outros 19 imóveis já estavam regularizados não cabendo ação do Estado, que atende demandas de terras devolutas. Sete famílias não compareceram ao mutirão, três processos estavam em litígio e houve apenas um cancelamento de pedido.

O secretário de Desenvolvimento Agrário, Glenio Martins, ao fazer o balanço da ação, avalia que o mutirão superou as expectativas. “O Governo Pimentel cumpriu sua missão de levar informação e receber demandas dos agricultores familiares nas regiões. Vamos continuar trabalhando para que as políticas públicas cheguem até as pessoas que mais necessitam”, diz Martins.

O subsecretário de Acesso à Terra e Regularização Fundiária, Danilo Araujo, ressalta que aqueles que já foram beneficiados com o título no passado e que ainda não registraram o terreno devem procurar o cartório de registro mais próximo. “Quem não registra não é dono do imóvel”, afirma.

Passivo

Em Minas Gerais há cerca de 550 mil propriedades rurais, a maioria de pequenas propriedades. Boa parte dos donos não possui o registro de seus terrenos – o chamado título de legitimação de posse de terra. E é justamente o pequeno agricultor que mais sofre com a falta de estrutura.

No diagnóstico realizado pelo Governo do Estado, foram encontrados 16 mil processos de regularização parados. Nos últimos quatro anos, apenas 51 títulos foram emitidos – sendo que, depois, quatro desses títulos foram cancelados por questões técnicas.

A regularização fundiária é um importante fator para a solução dos conflitos sociais, garantia do direito à terra e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, promovendo a cidadania. Além de dar segurança e gerar Justiça, a regularização fundiária permite o acesso ao crédito e outros incentivos públicos, gerando renda e emprego e também a redução do êxodo rural.

23 de junho de 2015.

Data: 29 de junho de 2015.

Estado contrata pessoal para mutirão da regularização fundiária rural

Banco de Notícias



A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda) abriu Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de 38 vagas temporárias para atuação no projeto de “Mutirão” de Regularização Fundiária Rural. Outras 78 vagas vão compor o quadro de reserva.

De acordo com instrumento convocatório publicado neste sábado (26/6) no Diário Oficial de Minas Gerais e assinada pelo subsecretário de Acesso à Terra e Regularização Fundiária, Danilo Araújo, as inscrições devem ser feitas, gratuitamente, entre os dias 30 de junho e 17 de julho, por meio [deste endereço eletrônico](#). A seleção será feita em duas etapas.

Segundo o edital, [disponível no Portal do Governo de Minas Gerais](#), as vagas são para técnicos e analistas de Desenvolvimento Rural, com carga horária de 40 horas semanais e salários que vão de R\$ 1,050,10 (nível médio) a R\$ 2.292,09 (nível superior). Considerando a necessidade de desempenhar atividade em outros municípios mineiros, interessados devem ter disponibilidade para viagem.

“A abertura do processo seletivo é mais um passo para avançarmos no trabalho de regularização fundiária rural, paralisado há mais de três anos em Minas Gerais”, explica o secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Glenio Martins. O Governo Fernando

Pimentel retomou o processo de regularização de terras com o recadastramento das primeiras famílias em Frei Gaspar, no Norte de Minas.

A primeira ação para retomada do Programa Estadual de Regularização Fundiária Rural em Minas Gerais foi realizada mês passado, em Frei Gaspar, no Vale do Mucuri. A equipe técnica da secretaria realizou 82 atendimentos. Além de atualizar 63 cadastros, que poderiam ter sido reanalisados desde 2011, a secretaria recebeu mais 19 pedidos de emissão do título de posse da terra. A próxima etapa será a medição dos terrenos. Até o fim do ano haverá a emissão dos títulos.

Passivo

Em Minas Gerais há cerca de 550 mil propriedades rurais, a maioria de pequenas propriedades. Boa parte dos donos não possui o registro de seus terrenos – o chamado título de legitimação de posse de terra. E é justamente o pequeno agricultor que mais sofre com a falta de estrutura.

No diagnóstico realizado pelo Governo do Estado, foram encontrados 16 mil processos de regularização parados. Nos últimos quatro anos, apenas 51 títulos foram emitidos – sendo que, depois, quatro desses títulos foram cancelados por questões técnicas.

A regularização fundiária é um importante fator para a solução dos conflitos sociais, garantia do direito à terra e à melhoria da qualidade de vida das pessoas, promovendo a cidadania. Além de dar segurança e gerar Justiça, a regularização fundiária permite o acesso ao crédito e outros incentivos públicos, gerando renda e emprego e também a redução do êxodo rural.

29 de junho de 2015.

Data: 1 de julho de 2015.

Quilombola é o primeiro a assumir cargo na administração do Estado



Banco de Notícias

A chegada de Vandeli Paulo dos Santos para reforçar a equipe da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda) é um dos exemplos do protagonismo popular no modo de governar o Estado de Minas Gerais. Estudante universitário, ele é o primeiro quilombola a assumir um cargo de destaque na administração direta.

Como diretor de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais (PCT's), vinculado à Subsecretaria de Agricultura Familiar, Vandeli dos Santos terá como principal desafio ouvir as demandas e buscar soluções para reivindicações históricas dos movimentos, como acesso e regularização de terras, crédito e assistência técnica.

“Com certeza é um desafio grande, porque a gente quer ver o resultado chegar até as comunidades quilombolas, indígenas, os povos de terreiros, os pescadores artesanais. A expectativa é a de que a gente possa levar as políticas públicas para essas comunidades”, diz o quilombola.

Morador do Quilombo Santa Cruz, em Ouro Verde de Minas, no Vale do Mucuri, Vandeli é um dos dez filhos de dona Anézia Pereira dos Santos. Seu pai, João Paulo Martins dos Santos, já falecido, foi um dos organizadores do quilombo e um dos principais militantes na busca de direitos para os Povos e Comunidades Tradicionais.

“Meu envolvimento com a causa é fruto dessa herança dos meus pais”, completa Vandeli, que já foi coordenador da juventude quilombola da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais (N'Golo).

Conquista de direitos

A nomeação de Vandeli para a ocupação do cargo foi recebida com entusiasmo pelos movimentos sociais. Para o representante do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (Cedefes), Pablo Matos Camargo, a vinda do quilombola para a Cidade Administrativa é a primeira conquista do segmento.

“Estamos ocupando espaços estratégicos para a conquista de direitos e a promoção das comunidades quilombolas, que foram desprivilegiadas pelos antigos governos mineiros”, afirmou Camargo nas redes sociais.

Em outubro, o Governo de Minas irá organizar o 1º Encontro Estadual de PCT's, no qual será lançada a Comissão Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Para o secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Glenio Martins, a chegada de Vandeli para atuar no órgão reforça o compromisso do Governo Pimentel com os Povos e Comunidades Tradicionais.

“Vamos trabalhar não só para atender à demanda dos quilombolas, mas também de outros povos e comunidades que, historicamente, sempre estiveram à margem das políticas públicas executadas pelo Estado. Já mapeamos mais de 15 segmentos que demandam políticas do Estado”, ressalta Martins.

1 de julho de 2015.

Data: 2 de julho de 2015.

Conselho Estadual já aprovou mais de R\$ 37 milhões em crédito fundiário rural

Banco de Notícias



O esforço do Governo de Minas Gerais em acelerar o processo de concessão de crédito fundiário rural tem dado resultado. Em menos de 60 dias, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (Cedraf-MG), presidido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda) e composto por diversas lideranças do segmento, aprovou 36 propostas que somam cerca de R\$ 37 milhões. Isso significa mais de 400 famílias de agricultores habilitadas neste ano para ter acesso à terra em várias regiões do Estado.

“Nossa secretaria tem se esforçado para atender à demanda de diversos trabalhadores e trabalhadoras rurais. O crédito fundiário, o título e o registro da propriedade são os primeiros passos para que a agricultura familiar tenha acesso à produção, à assistência técnica e aos mercados”, diz o secretário de Estado, Glenio Martins.

Do total de R\$ 37 milhões, R\$ 3,4 milhões foram aprovados nesta quarta-feira (1/7) pelos conselheiros durante a segunda reunião ordinária, presidida pela secretaria-adjunta da

Seda, Fabíola Paulino. Ao todo foram 19 propostas, beneficiando 51 famílias de Lajinha, São Francisco da Glória e Arinos. Em maio passado, o conselho já havia aprovado cerca de R\$ 34 milhões em crédito fundiário, beneficiando 358 famílias de várias regiões do Estado.

O secretário-executivo do Cedraf-MG, José Antonio Ribeiro (T'sé), explica que a ação faz parte do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que desde 2003 já beneficiou mais de 100 mil famílias em todo o país. “Uma das marcas do programa federal é a descentralização das ações, garantindo transparência e o controle social”, afirma T'sé.

Como funciona

O programa foi criado para atender trabalhadores e trabalhadoras rurais sem ou com pouca terra. Após identificação do terreno, o beneficiário procura o sindicato de trabalhadores rurais e de agricultores familiares de sua região para o cadastramento.

As organizações analisam a documentação do “candidato” e da propriedade e depois encaminha a proposta para apreciação no conselho municipal. Aprovado, o processo é remetido para a Diretoria de Crédito Fundiário, vinculada à Subsecretaria de Acesso à Terra e Regularização Fundiária da Seda.

Técnicos da Seda realizam análises e vistorias para verificar a viabilidade técnica, econômica e ambiental da proposta. A Câmara Técnica de Políticas Agrárias e Ambientais aprecia as informações técnicas.

Caso o parecer seja favorável, a proposta é levada para aprovação no Cedraf-MG. É de responsabilidade do Governo de Minas Gerais a aprovação e encaminhamento para o agente bancário que irá concretizar o contrato de financiamento.

2 de julho de 2015.

Data: 8 de julho de 2015.

Estado dobra investimentos e amplia acesso a seguro contra perda de safra

Banco de Notícias

Em parceria com o Governo de Minas Gerais, o Garantia Safra irá ampliar o acesso da agricultura familiar a seguro contra a perda de mais de 50% da produção. Na safra 2015-2016, o número de famílias de agricultores beneficiados irá saltar de 42 mil para cerca de 70 mil. O número de municípios que podem aderir ao programa passará de 96 para 168 cidades, todas no semiárido mineiro (Norte de Minas e Vales do Mucuri e Jequitinhonha).

O aporte do governo estadual será de R\$ 7,1 milhões, quase o dobro em relação aos investimentos do Garantia Safra 2014-2015, que prevê para este ano o valor de R\$ 3,7 milhões. Como o programa é cofinanciado também pelo governo federal, prefeituras e beneficiados, os investimentos somarão cerca de R\$ 60 milhões.

Termo de adesão

Para participar do Garantia Safra 2015-2016, os municípios e agricultores mineiros devem fazer a adesão ao programa. A partir desta quarta-feira (8), os 168 municípios do semiárido mineiro irão receber o termo de adesão para ser assinado. As prefeituras terão até o próximo dia 24 de julho para enviar a resposta à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda), coordenadora do programa no Estado. Após a inclusão, o segundo passo será a seleção das famílias beneficiadas.

“É muito importante a participação dos municípios neste processo de adesão ao Garantia Safra, para que depois o agricultor ou agricultora se dirija à agência bancária ou lotérica para o pagamento de sua parcela no seguro, que é de R\$ 17”, explica o secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Glenio Martins.

Na safra 2015-2016, o benefício será de R\$ 850, concedido em cinco parcelas mensais de R\$ 170 ao agricultor ou agricultora que sofrer com a perda de, pelo menos, 50% da produção de feijão, milho, arroz, mandioca, algodão, ou de outras culturas, em razão de estiagem ou excesso hídrico.

Condições

O Garantia-Safra é uma ação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), inicialmente voltada para os agricultores e as agricultoras familiares localizados na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), majoritariamente semiárida.

Posteriormente, foi autorizada a inclusão de agricultores familiares de outros municípios situados fora da área da Sudene, desde que atendidos previamente alguns requisitos, como a comprovação de que os agricultores familiares se encontram em municípios sistematicamente sujeitos a perda de safra.

Para receber o agricultor familiar deve não ter renda familiar mensal superior a 1,5 (um e meio) salário mínimo. Efetuar a adesão antes do plantio e não deter área superior a 4 módulos fiscais. A área total a ser plantada deve ser de, no mínimo, 0,6 hectares e, no máximo, 5 hectares.

8 de julho de 2015.

Data: 9 de julho de 2015.

Conselho Diretor Pró-Pequi terá novos representantes

Banco de Notícias

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda) assumiu as atribuições referentes à condução do Programa Mineiro de Incentivo ao Cultivo, à Extração, ao Consumo, à Comercialização e à Transformação do Pequi e Demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado (Pró-Pequi). A determinação veio por decreto do governador Fernando Pimentel (nº 46.788 de 30 de junho de 2015), que alterou o documento de regulamentação do programa e define a Seda como a coordenadora do Pró-Pequi em Minas Gerais.

De acordo com o assessor institucional da Seda e secretário executivo do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Minas Gerais (Cedraf-MG), José Antonio Ribeiro, o Pró-Pequi é um programa vinculado agora à Seda, regido por meio do Conselho Diretor Pró-Pequi.

O colegiado tem composição paritária, propositiva, deliberativa e fiscalizadora, como forma de garantir, controlar e monitorar a execução de políticas públicas estaduais nessa área. O objetivo do programa é apoiar as populações que tradicionalmente vivem e trabalham de forma sustentável no bioma do cerrado e em áreas adjacentes do cerrado com a caatinga.

Agora, com o decreto publicado, a próxima etapa, segundo Ribeiro, é “nomear por resolução os representantes do novo mandato do Conselho Diretor”. O próprio assessor especial, inclusive, finaliza o mandato como presidente do conselho. “Quem vai assumir o colegiado, formado por 18 representantes, sendo nove do Governo Estadual e nove da sociedade civil organizada, será a secretária adjunta da Seda, Fabíola Paulino”, complementa.

A previsão, segundo a Seda, é a de que os novos membros do Conselho tomem posse em 20 de agosto, em Montes Claros.

Atendimento

O programa tem importante atuação na diversificação da oferta de produtos do agronegócio, benefícios econômicos, sociais e ambientais. Além disso, procura integrar populações que tradicionalmente exploram o cerrado mineiro para a transformação e comercialização do pequi numa perspectiva de sustentabilidade ambiental.

O atendimento é feito mediante o incentivo às práticas do agroextrativismo, incluindo atividades de transformação e comercialização de frutos e demais produtos nativos. “Hoje, o trabalho é feito praticamente em boa parte dos municípios do Norte de Minas. Nos últimos anos, foram atendidos quase 15 grupos e cooperativas da agricultura familiar e do agroextrativismo”, conta Ribeiro.

Segundo o assessor da Seda, o principal foco das ações é chamar para a porta da frente, dar visibilidade e divulgar diversas ações de uso sustentável do cerrado. “Temos esse cuidado de pensar, na perspectiva da agroecologia, uma agricultura em que as pessoas consigam desenvolver atividades econômicas e também na qual a preservação do meio ambiente seja uma prioridade”, acrescenta Ribeiro.

São beneficiários do Pró-Pequi nas áreas de abrangência do programa: os agricultores familiares e suas organizações; organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos; povos e comunidades tradicionais; e pessoas jurídicas de direito público e privado que desenvolvam atividades relacionadas com os objetivos do programa.

Atribuições

Como coordenadora do programa, cabe agora à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda):

- Incentivar pesquisas e experimentos voltados à produção de mudas para o atendimento a novos plantios e recuperação de áreas degradadas;
- Identificar as áreas de incidência do pequi e de outros frutos e produtos nativos do cerrado;
- Incentivar a profissionalização dos beneficiários nas áreas de manejo, processamento, gestão e comercialização;
- Apoiar a organização de agricultores familiares;
- Incentivar, sob a perspectiva agroecológica, o aperfeiçoamento técnico e o desenvolvimento de agricultores familiares e trabalhadores rurais envolvidos na cadeia extrativista do pequi e demais frutos e produtos nativos do cerrado;
- Identificar e viabilizar canais de comercialização e instrumentos de subvenção para os frutos e produtos nativos do cerrado;
- Promover e divulgar os frutos e produtos nativos do cerrado;
- Propor identificação da origem, área de produção e qualidade dos frutos e produtos;
- Desenvolver ações que propiciem a melhoria da qualidade dos frutos e produtos;
- Incentivar a produção agroextrativista, a prestação de assistência técnica e a extensão rural aos beneficiários do programa;
- Identificar as terras devolutas e promover a destinação de acordo com as diretrizes do desenvolvimento sustentável, compatibilizada com a política agrária e fundiária do Estado de Minas Gerais.

Reconhecimento

Em maio, o Governo do Estado reconheceu, em Montes Claros, o Arranjo Produtivo Local (APL) do Pequi e outros Frutos do Cerrado. São 14 municípios do Norte de Minas contemplados, nos quais produtores organizados e que agregam valor ao pequi passaram a ter direito, por exemplo, a crédito especial para impulsionar a comercialização de seus produtos.

9 de julho de 2015

Data: 13 de julho de 2019.

Candidatos a vagas para mutirão fundiário têm até sexta-feira para se inscreverem

Banco de Notícias

Interessados em participar do Processo Seletivo Simplificado promovido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda) para atuação no projeto de mutirão de regularização fundiária rural têm até a próxima sexta-feira (17/7) para se inscreverem. Ao todo, são 38 vagas temporárias para técnicos e analistas em Desenvolvimento Rural. Outras 78 vagas vão compor o quadro de reserva. Para se candidatar, é necessário acessar o portal do Governo de Minas na internet (www.mg.gov.br) e clicar no banner virtual do processo seletivo. A inscrição é gratuita.

Segundo o edital, as vagas são para técnicos e analistas em várias áreas e cargos (administração, topografia, agrimensura, geógrafos, bacharéis em Direito e advogados) com carga horária de 40 horas semanais e salários que vão de R\$ 1.050,10 (nível médio) a R\$ 2.292,09 (nível superior). Interessados devem morar em Belo Horizonte e ter disponibilidade para viagem. Até o último domingo (12), a Seda registrou mais de 530 inscrições. A maior parte é para o cargo de auxiliar administrativo de nível médio.

Passivo

Em Minas Gerais há cerca de 550 mil propriedades rurais, a maioria de pequeno porte. Boa parte dos donos não possui o registro de seus terrenos – o chamado título de legitimação de posse de terra. E é justamente o pequeno agricultor que mais sofre com a falta de estrutura. No diagnóstico realizado pelo Governo do Estado, foram encontrados 16 mil processos de regularização parados. Nos últimos quatro anos, apenas 51 títulos foram emitidos.

A regularização fundiária é um importante fator para a solução dos conflitos sociais, garantia do direito a terra e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, promovendo a cidadania além de permitir acesso ao crédito e outros incentivos públicos.

13 de julho de 2015.

Data: 20 de julho de 2015.

Secretaria lança pesquisa para aprimorar feira da agricultura familiar

Banco de Notícias

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda), em parceria com a Emater, IMA, Fucam e Intendência, lançou nesta segunda-feira (20/7) pesquisa para medir a satisfação do cliente com a Feira da Agricultura Familiar e Urbana da Cidade Administrativa. O objetivo é saber se o mix de produtos atende às expectativas dos servidores e também definir estratégias para o aprimoramento da feira livre. [Clique aqui e responda a pesquisa até 31 de julho.](#)

O projeto Do Campo pra CA é coordenado pela Superintendência de Acesso a Mercados e Comercialização da Seda. Toda sexta-feira, dez famílias de agricultores expõem seus produtos no túnel do Prédio Geraes, na Cidade Administrativa de Minas Gerais. Participam agricultores ligados à agricultura familiar urbana, à produção orgânica e da agroecologia e também a empreendimentos agroindustriais familiares.

“Nosso objetivo é aprimorar a feira para continuar fornecendo produtos saudáveis e de qualidade e com preço justo a servidores e ao público que frequenta a Cidade Administrativa. Portanto, a participação de todos é fundamental para a melhoria do projeto”, disse o secretário de Desenvolvimento Agrário, Glenio Martins.

Mais informações podem ser obtidas por meio do endereço eletrônico sumec@agrario.mg.gov.br ou pelo telefone (31) 3915-8577.

20 de julho de 2015.

Data: 20 de julho de 2015.

Associação dos Mestres do Candomblé Brasileiro é fundada durante encontro inédito em Minas

Banco de Notícias

Links relacionados

- [Associação dos Mestres do Candomblé Brasileiro é fundada durante encontro inédito em Minas](#)

Iniciativa inédita, um grupo de ogãs criou neste domingo (19/7) a Associação dos Mestres e Maestros do Candomblé Brasileiro (AMMCB). O objetivo da organização religiosa é promover o candomblé por todas as regiões do país.

A diretoria é constituída por 12 membros de vários estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Mato Grosso. O ogã é um cargo em que uma das funções é zelar pelo terreiro onde é feito o culto. Outra característica é que o ogã não incorpora.

A assinatura da ata de posse foi realizada durante o Encontro dos Mestres e Maestros do Candomblé, realizado no fim de semana na Escola Municipal Heitor Vila Lobos, em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. No evento foram discutidos temas como a linguagem do candomblé, a história dos caboclos, a necessidade de proteção à natureza, tradições, ancestralidade e intolerância religiosa.

A iniciativa é do grupo Afoxé Bandarê, bloco carnavalesco formado pelos pais e filhos de santo, em parceria com a Prefeitura de Contagem. O encontro recebeu o apoio do Governo de Minas Gerais, por meio das secretarias de Desenvolvimento Agrário (Seda) e de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (Sedpac).

Para o sociólogo Marcos Cardoso Martins, o evento contribui para a reafirmação da identidade negra, porque valoriza a tradição, a cultura e a religiosidade de matriz africana. “O encontro também é uma oportunidade de pessoas que não pertencem ao candomblé conhecerem a religião, o que ajuda para o combate à discriminação, ao preconceito e à intolerância religiosa”, diz Cardoso.

Troféu Axogum Paulo Afonso

A programação também incluiu a entrega do Troféu Axogum Paulo Afonso Moreira aos mestres e maestros de destaque na cultura de matriz africana. Com 37 anos de iniciação no candomblé, Paulo Afonso Moreira é um dos ogãs que mais se destacam na luta pela preservação da tradição religiosa. Advogado, o Axogum integra a Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG.

“Fico muito feliz pelo reconhecimento e espero que no futuro as pessoas possam andar livremente nas ruas, com suas roupas tradicionais, sem serem apedrejadas”, afirmou Paulo Afonso Moreira, em referência a uma criança de 11 anos que no mês passado sofreu ferimento ao ser alvo de uma pedra, no Rio de Janeiro.

Durante o encontro, uma equipe de audiovisual coordenada pela fotógrafa Júlia Lanari gravou depoimentos de mestres como Mobá Sidney (SP), Euandilu (RJ) e Mãe Norma de Nanã (BH), representando a umbanda. O objetivo é produzir um material didático sobre a religião de matriz africana, seguindo a Lei 10.639, que prevê o ensino obrigatório da história da África.

Para o organizador do encontro, Márcio Eustáquio Antunes de Souza (Tata Kamus'ende), o poder público deve cumprir a legislação e ampliar o acesso às informações sobre temas como a religiosidade africana. “Tomara que a área de Educação do novo Governo Estadual consiga cumprir a lei e promover a igualdade racial e religiosa”, ressalta.

20 de julho de 2015.

Data: 23 de julho de 2015.

Estado publica lista de aprovados em processo seletivo para trabalhar na regularização de terras rurais



Banco de Notícias

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário publicou nesta quinta-feira (23/7), no Diário Oficial de Minas Gerais, a lista de aprovados na primeira fase do Processo Seletivo Simplificado para o projeto “Mutirão” de Regularização Fundiária Rural.

Na próxima semana começa a segunda etapa do processo, com entrevistas e análise de documentos. A Seda registrou 609 inscrições, com 166 candidatos selecionados. A lista completa de classificação encontra-se também no portal do Governo de Minas Gerais: www.mg.gov.br.

O Processo Seletivo Simplificado é para o preenchimento de 38 postos de trabalho temporários. Outras 76 vagas irão compor o quadro de reserva. As vagas são para técnicos e analistas de Desenvolvimento Rural, com carga horária semanal de 40 horas e salários de R\$ 1.050,10 (nível médio) e de R\$ 2.292,09 (nível superior).

“A expectativa é que o resultado do processo seletivo seja publicado na primeira quinzena de agosto. Em breve, o mutirão da regularização fundiária rural estará em campo”, diz o secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Glenio Martins.

Passivo

Em Minas Gerais há cerca de 550 mil propriedades rurais, a maioria de pequenas propriedades. Boa parte dos donos destas propriedades não possui o registro de seus terrenos – o chamado título de legitimação de posse de terra. E é justamente o pequeno agricultor que mais sofre com a falta de estrutura.

No diagnóstico realizado pelo Governo do Estado foram encontrados 16 mil processos de regularização parados. Nos últimos quatro anos, apenas 51 títulos foram emitidos – sendo que, depois, quatro desses títulos foram cancelados por questões técnicas.

A regularização fundiária é importante fator para a solução dos conflitos sociais, garantia do direito à terra e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, promovendo a cidadania. Além de dar segurança e gerar justiça, a regularização fundiária permite o acesso ao crédito e outros incentivos públicos, gerando renda e emprego e também a redução do êxodo rural.

23 de julho de 2015.

Data: 24 de julho de 2015.

Prefeituras ganham mais tempo para aderir ao Garantia Safra 2015-2016

Banco de Notícias

As prefeituras do semiárido mineiro que ainda não aderiram ao programa Garantia Safra 2015-2016 terão até o próximo dia 31 de julho para se manifestarem. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda) anunciou nesta sexta-feira (24/7), data prevista para a entrega dos formulários, que irá prorrogar o prazo para que os agricultores familiares de todos os 168 municípios da região tenham acesso ao seguro contra a perda de mais de 50% da produção.

O benefício será de R\$ 850, concedido em cinco parcelas mensais de R\$ 170 ao agricultor ou agricultora que sofrer com a perda de, pelo menos, 50% da produção de feijão, milho, arroz, mandioca, algodão, ou de outras culturas, em razão de estiagem ou enchentes.

Segundo a Superintendência de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável da Seda, mais da metade das prefeituras do semiárido já entregaram o termo de adesão. Um dos municípios parceiros é Ibiaí, no Norte de Minas. A prefeita Sandra Maria Fonseca Cardoso procurou a secretaria nesta semana para entregar pessoalmente o termo de adesão.

“A participação dos municípios é muito importante porque contribui para que os agricultores não passem tantas dificuldades em época de seca. Estamos atravessando um momento muito delicado, com perda de sementes, pastos e criações. O seguro passa a ser a única garantia de sobrevivência para as famílias da zona rural”, diz a prefeita.

A orientação da secretaria é que as prefeituras que já assinaram a adesão procurem o escritório local da Emater-MG mais próximo para fazer o cadastramento dos agricultores familiares.

Minas amplia benefício

Na safra 2015-2016, o número de famílias de agricultores beneficiados irá saltar de 42 mil para cerca de 70 mil famílias. O número de municípios que podem aderir ao programa passou de 96 para 168 cidades, todas no semiárido mineiro (Norte de Minas e Vales do Mucuri e Jequitinhonha).

O aporte do Governo Estadual será de R\$ 7,1 milhões, quase o dobro em relação aos investimentos do Garantia Safra 2014-2015, que prevê para este ano o valor de R\$ 3,7 milhões.

Como o programa é cofinanciado também pelo Governo Federal, prefeituras e beneficiados, os investimentos somarão cerca de R\$ 60 milhões.

Condições

O Garantia-Safra é uma ação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), inicialmente voltada para os agricultores e as agricultoras familiares localizados na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), majoritariamente semiárida.

Para receber o benefício, o agricultor familiar deve não ter renda familiar mensal superior a 1,5 (um e meio) salário mínimo; efetuar a adesão antes do plantio; e não deter área superior a 4 módulos fiscais. A área total a ser plantada deve ser de, no mínimo, 0,6 hectares e, no máximo, 5 hectares.

24 de julho de 2015.

Data: 29 de julho de 2015.

Agricultura familiar de Minas ganhará reforço de movimento internacional

Banco de Notícias



Ações para apoiar a produção e promover o consumo de alimentos da agricultura familiar foram discutidas durante encontro entre o secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Glenio Martins, e integrantes do movimento internacional *Slow Food*, em Belo Horizonte. Criado em 1986 pelo italiano Carlo Petrini como contraponto ao *Fast Food* (comida industrializada e rápida), a organização coleciona mais de 100 mil apoiadores em cerca de 150 países.

Durante a reunião com a representante do *Slow Food* para América Latina, Valentina Bianco, e com o facilitador Regional Sudeste, Marcelo de Podestá, o secretário Glenio Martins apresentou os projetos do Governo de Minas Gerais para fortalecer a agricultura familiar. “Acho importante abirmos essa interlocução com o *Slow Food*. Juntos, podemos otimizar esforços e trocar experiências”, diz Glenio Martis.

Ele lembra que a secretaria coordena importantes instâncias de controle social, como o Cedraf-MG e o Conselho Pró-Pequi, programa estadual de incentivo ao cultivo, à extração, ao consumo e a comercialização do Pequi.

Arca do Gosto

O pequi figura no catálogo de alimentos em risco de extinção, elaborado pelo movimento por meio do projeto Arca do Gosto. Com esse trabalho, o *Slow Food* busca chamar atenção para o problema e trabalhar para que essas culturas regionais sejam mais valorizadas. “Nossa atuação vai além do aspecto da degustação e assume também um caráter político e social”, afirma a italiana Valentina Bianco.

A organização internacional está no Brasil para participar de uma série de atividades e lançar o aplicativo *Slow Food Planet*. A ferramenta conta com 847 dicas no Brasil, incluídas em 12.500 no mundo, de onde comer, comprar e passar o tempo livre, dentro da filosofia “alimento bom, limpo e justo para todos”.

No início da semana, o fundador do *Slow Food*, Carlo Petrini, assinou com o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Patrus Ananias, termo de cooperação que busca preservar e valorizar os alimentos típicos encontrados em territórios rurais.

“Temos muito que contribuir para essa discussão. Somos o estado da gastronomia, da produção de folhas e frutos e da diversidade cultural. Enfim, temos várias possibilidades de agregarmos valor e ampliarmos o consumo de alimentos regionais”, conclui Glenio Martins.

29 de julho de 2015.

Data: 15 de agosto de 2015.

Processo Seletivo Simplificado

Banco de Notícias

RESULTADO FINAL DOS PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO

Segue abaixo resultado final dos Processos Seletivo Simplificado.

PSS 02 – ADMINISTRATIVO

PSS 03 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO

PSS 04 – JURÍDICO 01

PSS 05 – JURÍDICO 02

PSS 06 – AGRIMENSOR

PSS 07 – GEOGRAFO ou ENGENHEIRO

PSS 08 – TÉCNICO EM AGRIMENSURA

ENTREVISTAS

ATENÇÃO! As entrevistas ocorrerão no 8º andar do prédio Gerais.

Prezados(as) candidatos(as),

Lembramos que em conformidade com a publicação ocorrida dia 5 (cinco) de setembro de 2015, na Imprensa Oficial de Minas Gerais – IOF/MG, às fls. 40, as entrevistas dos Processos Seletivos Simplificados serão realizadas no dia 15 (quinze) de setembro de 2015, terça-feira.

Os(as) candidatos(as) deverão comparecer no local indicado do Instrumento Convocatório, no período de 09:00 às 17:00 horas, sendo que, as entrevistas serão realizadas de acordo com a ordem de chegada.

Descrição:

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário do Estado De Minas Gerais – SEDA/MG, atendendo à necessidade excepcional de interesse público, para fins de contratação temporária mediante contrato administrativo, de acordo com a Lei Estadual nº 18.185, de 04 de junho de 2009 e Decreto nº 45.155, de 21 de agosto de 2009, torna público os Processos Seletivos Simplificados – PSS, para preenchimento de vagas e formação do quadro de reserva para os cargos de cada processo seletivo aberto, para lotação no MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, devendo haver disponibilidade para viagem, considerando a necessidade de desempenhar atividade em outros municípios do Estado de Minas Gerais.

Documentos necessários:

1. a) Documento de identificação, com foto;
2. b) CPF;
3. c) Comprovante de instrução requerida.

Valor:
Gratuito

Período de inscrições: 17/08/2015 a 21/08/2015

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário **prorrogou** para até o próximo dia **28 de agosto** (sexta-feira) o prazo de inscrições para **Agrimensor e Técnico em Agrimensura**.

Instrumentos convocatórios:

PSS 02 – ADMINISTRATIVO

PSS 03 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO

PSS 04 – JURÍDICO 01

PSS 05 – JURÍDICO 02

PSS 06 – AGRIMENSOR

PSS 07 – GEOGRAFO

PSS 08 – TÉCNICO EM AGRIMENSURA

Aprovados na primeira fase:

Administrativo

Auxiliar administrativo

Jurídico I

Jurídico II

Agrimensor

Geógrafo

Técnico em agrimensura

Resposta aos recursos interpostos:

Prezados candidatos,

segue link para download dos recursos interpostos pelos candidatos, bem como os pareceres gerados por esta Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – SEDA.

Recursos Interpostos

Resposta ao Recurso – Karina Passos Lopes

Resposta ao Recurso – Rodrigo Eustáquio Viana Leal

Resposta ao Recurso – Eva Aparecida de Souza

15 de agosto de 2015.

Data: 19 de agosto de 2015.

AMADA PÚBLICA

Banco de Notícias

Conforme publicação no **Minas Gerais, o prazo para o recebimento das propostas foi prorrogado até o dia 30 de setembro.*

Chamada pública Tourinhos | Resultado | Publicação

Chamada pública SAF | Resultado | Publicação

Chamada pública Fomento à Produção e à Agroindústria Familiar | Resultado | Publicação

Chamada pública PróPequi | Resultado

Modelo-PlanodeTrabalho-SEDA

19 de agosto de 2015.

Data: 19 de agosto de 2015 (2).

Fernando Pimentel, Patrus Ananias e Glenio Martins participam do lançamento do Plano Safra em Minas

Banco de Notícias



Governador Fernando Pimentel, o ministro Patrus Ananias e o secretário Glenio Martins participam do lançamento do Plano Safra da agricultura familiar.

Foto: Manoel Marques/imprensa-MG

O governador Fernando Pimentel afirmou nesta quarta-feira (19/8), durante o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2015/2016 em Minas Gerais, na Assembleia Legislativa, que seu governo será pautado pelo compromisso com os “esquecidos”, razão pela qual defende o fortalecimento do setor no Estado.

“Nós governamos para os esquecidos, os abandonados. Sei que tem gente que é contra, mas temos de dizer: enquanto formos governo, nosso compromisso é com eles (os menos favorecidos)”, destacou. A agricultura familiar é formada por pequenos produtores rurais, que sempre enfrentaram dificuldades de acesso ao crédito e à comercialização de seus produtos.

O Plano Safra para o Estado foi lançado pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, e o ato foi acompanhado por representantes de movimentos sociais e entidades representativas dos trabalhadores, entre eles, o Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetaemg) e Federação dos Trabalhadores em Agricultura Familiar (Fetraf).

Entre as medidas anunciadas, estão a liberação de R\$ 4,4 bilhões em crédito rural para a safra 2015/2016 (valor 57% maior que na safra passada) e a inclusão de mais 5,1 mil famílias no Cadastro Ambiental Rural (registro eletrônico obrigatório para imóveis rurais). O cadastro é fundamental para o produtor obter crédito. O Plano deve beneficiar mais de

200 mil famílias no Estado. No país, a agricultura familiar responde por cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros.

Pimentel destacou a presença dos movimentos sociais no evento e citou algumas ações de seu governo voltadas para o diálogo com a sociedade civil. “Essa mudança está acontecendo agora em Minas Gerais. Nós custamos muito para chegar aqui. Agora que chegamos, começamos a mudar as coisas. Criamos o Cejus Social (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para Demandas Territoriais Urbanas e Rurais e de Grande Repercussão Social), que não existia e é um jeito de a gente começar a resolver os problemas antes que se transformem em sentenças de reintegração de posse. Criamos por decreto a mesa permanente de diálogo e negociação com as ocupações urbanas e rurais justamente para ouvir os movimentos”, destacou.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, ressaltou a parceria do governo federal com Minas Gerais para avançar na questão da terra. “Estamos com o pé na estrada, já encaminhamos à presidenta Dilma Rousseff nosso projeto de reforma agrária. Tem alguns casos aqui em Minas de referência, como Felisburgo, Novo Cruzeiro e Ariadnópolis”, comentou, aproveitando para elogiar o trabalho que o governador Fernando Pimentel tem feito viajando pelo Estado para ouvir as pessoas, nos Fóruns Regionais de Governo.

O presidente da Assembleia Legislativa, Adalclever Lopes, destacou a participação dos movimentos sociais no evento e agradeceu pelo fato de a Casa abrigar a solenidade de lançamento do Plano Safra. “A história de muitos países mais próximos mostra que a agricultura familiar se tornou um sustentáculo do desenvolvimento econômico, da distribuição de riqueza, da promoção da justiça social. Por isso, é estimulada e valorizada no âmbito das políticas públicas”, afirmou.

Anúncios

Durante o evento, houve a assinatura do contrato de doação da Fazenda Jacaré, em Bocaiúva, Norte de Minas, pelo governo federal, para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Também houve a entrega de selos de identificação da participação da agricultura familiar a três cooperativas e uma associação de agricultores do Estado.

Dentro do Plano Safra, estão previstos R\$ 35,9 milhões em compras diretas da agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos. Com isso, a administração federal deverá contribuir para ampliar o mercado do segmento.

Movimentos sociais

Para o presidente da Fetaemg, Vilson Luiz da Silva, com o Plano Safra, os pequenos agricultores passaram a ser contemplados com o crédito agrícola. “Vamos fazer, no dia a dia, que o Plano Safra cumpra seu papel”, acrescentou.

O coordenador estadual do MST em Minas, Sílvio Cardoso Netto, afirmou a importância do lançamento do Plano Safra com a participação dos movimentos sociais. “A manhã de hoje

na Assembleia Legislativa representa aquilo que a gente lutou bons anos para legitimar e colocar na pauta”, afirmou.

Participaram também do evento secretários de Estado, deputados federais e estaduais, entre eles, o autor do requerimento que originou o debate na Casa, Rogério Correia, além de presidentes de entidades de classe e representantes de movimentos sociais.

19 de agosto de 2015.

Data: 20 de agosto de 2015.

Agricultura Familiar terá pacote de incentivos em Minas Gerais

Banco de Notícias



O secretário Glenio Martins participou da abertura oficial da 9ª Agriminas. Foto: Divulgação/Seda

Nos próximos dias a Agricultura Familiar de Minas Gerais receberá um novo pacote de incentivos e ações para o fortalecimento da atividade. O anúncio foi feito pelo secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Glenio Martins, durante abertura da 9ª edição da Feira da Agricultura Familiar de Minas Gerais (Agriminas), que será realizada em Belo Horizonte até o próximo domingo.

Representante do governador Fernando Pimentel na solenidade oficial, Glenio Martins disse que o conjunto de medidas tem como eixos a regularização fundiária, o acesso à terra, a segurança alimentar, o apoio à produção e o acesso aos mercados. O secretário criticou a omissão do governo anterior com a questão agrária no Estado e reforçou o compromisso do Governo Pimentel com os trabalhadores e trabalhadoras rurais de Minas.

“Encontramos 16 mil processos de regularização de terras parados no Estado. Não vamos poupar esforços para corrigir essas distorções e já retomamos o programa de regularização fundiária”, afirmou. Durante o evento, a Seda lançará cartilha com informações sobre pedido de emissão de títulos de posse de terras devolutas – terrenos públicos que nunca pertenceram a um particular, mesmo estando ocupadas.

Parceria com Epamig

Durante o evento, o presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), Rui da Silva Verneque, assinou termo de cooperação técnica com a Fetaemg. Segundo a Epamig, empresa vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura Pecuária e

Abastecimento (Seapa) , o objetivo da parceria é compartilhar conhecimento a cerca de mudanças climáticas para evitar perdas na produção.

A cerimônia contou com as presenças do ministro de Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, do presidente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Minas Gerais (Fetaemg), Vilson Luiz da Silva, do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Alberto Broch, do presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Araújo, entre outras autoridades.

Apoio do Governo

Promovida pela Fetaemg, com o apoio do Governo de Minas Gerais, a feira tem 140 expositores com produtos alimentícios típicos da agroindústria familiar e peças de artesanato sustentável. A expectativa é de um público de cerca de 40 mil visitantes durante os cinco dias de evento.

Pela primeira vez sob coordenação da recém-criada Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda), o estande do Governo de Minas Gerais é o espaço para tirar dúvidas e fazer esclarecimentos sobre regularização fundiária, crédito rural, acesso a mercados, entre outros temas. A Seapa também está presente, com o apoio de técnicos das empresas vinculadas: Emater-MG, Epamig, IMA e Ruralminas.

20 de agosto de 2015.

Data: 20 de agosto de 2015.

Governo de Minas promove rodada de negócios na Feira da Agricultura Familiar

Banco de Notícias



O superintendente de Acesso a Mercados e Comercialização da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (Seda), Lucas Scarascia, conversa com agricultores familiares durante a rodada de negócios.

Pela primeira vez no Estado, Governo de Minas Gerais e agricultores familiares sentaram em uma mesa para negociar os produtos. “O que você produz? Como pretende vender a produção? A comunicação será via internet ou por meio do sindicato rural? Você produz para atender escolas, hospitais, secretarias?” Essas e outras questões foram discutidas com os 65 produtores que participam da 9ª Feira de Agricultura Familiar de Minas Gerais, que acontece até domingo (23/8), na Serraria Souza Pinto, em Belo Horizonte.

Essa nova negociação proposta pelo Estado faz parte da política da agricultura familiar que está sendo implantada em Minas Gerais pelo governador Fernando Pimentel. Agora, em vez de o Governo adquirir alimentos das empresas, como era feito anteriormente, a transação comercial se dará diretamente com os agricultores familiares, de acordo com o decreto nº 46.712, publicado no dia 30 de janeiro deste ano, que regulamenta a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.

De acordo com o decreto, os órgãos e entidades do Governo deverão aplicar no mínimo 30% dos recursos destinados à compra de gêneros alimentícios, in natura ou manufaturados, na aquisição direta de produtos de agricultura familiar, mediante dispensa de licitação por procedimento de Chamada Pública.

“É mais um canal de comercialização para os agricultores familiares e uma oportunidade para escoar sua produção, tanto de agroindustrializados quanto de alimentos in natura”, afirma o superintendente de Acesso a Mercados e Comercialização da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (Seda), Lucas Scarascia.

Mais segurança para os produtores

Gabriela de Azevedo Leão, servidora do Centro de Serviços Compartilhados (CSC) da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), explicou que o objetivo principal de conversar com o agricultor é explicar como será a venda dos produtos da agricultura familiar para o Estado.

“Nessa primeira negociação, os agricultores familiares estão expondo os produtos que vendem e o Governo do Estado conhecendo o que comprar, verificando o potencial de contratação dos agricultores familiares e suas organizações”, afirma Gabriela.

Para a agricultora familiar de farinha de mandioca e biscoitos de Teófilo Otoni, Maria do Carmo de Souza Starick, a expectativa é grande. “Com o Governo adquirindo diretamente nossos produtos, vai ficar mais fácil produzir sabendo que temos um comprador fixo. Ao mesmo tempo, vamos ficar livres dos atravessadores. Nenhum Governo fez isso antes”, comemora a produtora.

20 de agosto de 2015.

Data: 20 de agosto de 2015 (2).

Governador Fernando Pimentel visita 9ª Feira da Agricultura Familiar de Minas Gerais

Banco de Notícias



O governador Fernando Pimentel visitou nesta quinta-feira (20/8) a 9ª Feira da Agricultura Familiar de Minas Gerais – Agriminas, na Serraria Souza Pinto, em Belo Horizonte

O governador Fernando Pimentel visitou nesta quinta-feira (20/8) a 9ª Feira da Agricultura Familiar de Minas Gerais – Agriminas, na Serraria Souza Pinto, em Belo Horizonte. Pimentel foi recebido pelo secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Glenio Martins. O governador de Minas Gerais estava acompanhado do secretário de Governo, Odair Cunha, e do deputado federal Reginaldo Lopes.

Pimentel conversou com comerciantes e conheceu alguns dos produtos típicos de diversas regiões do Estado expostos no evento. A feira, realizada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg), reúne produtos da agroindústria artesanal mineira e promove novos negócios e ampliação de mercado para pequenos produtores rurais, além de oportunidades de encontro do público da capital com a cultura do campo.

Em Minas Gerais, existem cerca de 420 mil propriedades da agricultura familiar, que geram 1,2 milhão postos de trabalho. A feira será realizada até o dia 23 de agosto.

20 de agosto de 2015.

Data: 21 de agosto de 2015.

Fernando Pimentel afirma que Minas Gerais terá a melhor agricultura familiar do país

Banco de Notícias



O secretário Glenio Martins participou da cerimônia oficial de abertura da 6ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

O governador Fernando Pimentel afirmou nesta sexta-feira (21/8), durante a abertura da 6ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, em Belo Horizonte, que o governo vai se empenhar para ter em Minas Gerais “a melhor agricultura familiar do Brasil”. O evento está sendo organizado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais (Consea-MG).

Na presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, de 360 delegados regionais que participam da Conferência representando 256 municípios mineiros, além de representantes de movimentos sociais e lideranças políticas, Pimentel destacou o trabalho desenvolvido em Minas Gerais para garantir alimentos de qualidade para a população, como a criação de uma secretaria específica para tratar do tema.

“Quero reafirmar o nosso compromisso com a causa da segurança alimentar. Nós, de fato, estamos superando a fase em que a preocupação era meramente quantitativa com a alimentação. Graças aos esforços do ex-presidente Lula (Luiz Inácio Lula da Silva) e da presidenta Dilma Rousseff, e ao empenho da sociedade brasileira, nós superamos o estágio trágico em que a fome rondava a porta de milhões de lares brasileiros”, disse o governador.

Segundo o governador, “hoje, se essa questão está sendo superada, outra questão se coloca: a qualidade da nossa alimentação. E aí a agricultura familiar tem papel fundamental. Por isso, criamos em Minas, depois de tantos anos, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário que, com poucos meses, já alcançou muitos resultados”, afirmou.

Pimentel também citou a visita, na última quinta-feira (21/8), à Feira de Agricultura Familiar de Minas (Agriminas), na Serraria Souza Pinto. “Que coisa bonita ver os produtos de excelente qualidade e a população comprando. Ver que, de fato, estamos avançando e que a agricultura familiar está ocupando um espaço relevante na questão da segurança alimentar. É isso que nós queremos”, defendeu.

Durante a abertura da Conferência Estadual, foram assinados pelo governador dois termos. No primeiro, o Estado adere ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), com o objetivo de criar um conselho e uma câmara de gestão intersetorial no Estado para debater o tema e elaborar um plano de segurança alimentar para Minas.

A segunda assinatura trata de um Acordo de Cooperação Técnica entre Minas e a União para estabelecer medidas direcionadas à inclusão sócioprodutiva para agricultores familiares, povos e assentados da reforma agrária.

O ministro Patrus Ananias ressaltou o avanço brasileiro nos últimos anos na questão do combate à fome. Em palestra durante o evento, ele destacou iniciativas tomadas quando era prefeito de Belo Horizonte e ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome na promoção das políticas públicas voltadas para a segurança alimentar.

“Essas foram duas experiências muito marcantes. Foi nesse contexto que surgiu o Consea, no governo Itamar (presidente Itamar Franco) e foi retomado no governo Lula, passando a ter conferências. Foi aí que a questão da segurança alimentar passou a ser política pública de fato. Todo esse esforço levou, em 2014, a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) a retirar o Brasil do mapa da fome”, destacou.

O objetivo da Conferência é ampliar e fortalecer os compromissos políticos para a promoção da soberania alimentar, garantindo a todos o direito à alimentação adequada e saudável. Durante o encontro, que se realiza até domingo, serão eleitos os delegados que vão representar Minas Gerais no 5º encontro nacional sobre o tema, em Brasília

Avanços

Presidente do Consea-MG, Dom Mauro Morelli parabenizou o governador Fernando Pimentel pelo esforço em realizar as conferências regionais de segurança alimentar e promover o espaço da agricultura familiar dentro do governo. “Alegra-me, senhor governador, que o seu governo tenha, em um tempo muito curto, conseguido providenciar os recursos, encontrando muitos colaboradores nas várias secretarias para que, em tempo recorde, se realizassem as 25 conferências regionais de segurança alimentar e nutricional sustentável”, disse.

Já o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Arnaldo de Campos, também secretário executivo da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, garantiu que o trabalho feito pelo governo brasileiro é um exemplo para todo o mundo. “Temos muito que comemorar. Nós conseguimos fazer com que nosso país deixasse de ser uma vergonha mundial e se transformassem em referência internacional no combate à fome”, afirmou. Segundo Campos, todos os indicadores do país nessa área

melhoraram, entre eles o acesso à educação, a redução da desnutrição infantil e um melhor acesso à terra.

Também participaram do evento o diretor substituto do Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde, Allan Nuno Alves de Souza, a delegada federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Minas, Adriana Aranha, além dos secretários de Estado de Desenvolvimento Agrário, Glenio Martins; de Planejamento e Gestão, Helvécio Magalhães, de Trabalho e Desenvolvimento Social, André Quintão, e de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, entre outras autoridades e lideranças.

21 de agosto de 2015.

Data: 22 de agosto de 2015.

Projeto vai semear árvores frutíferas no entorno da Cidade Administrativa

Banco de Notícias



O secretário Glenio Martins participa de plantio de muda de Romã, antes da abertura oficial da 6ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

O presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (Consea-MG), Dom Mauro Morelli, acompanhado de secretários de Estado, plantou na tarde desta sexta-feira (21/8) uma muda de romã na área verde na entrada do Auditório Juscelino Kubitschek, para marcar o lançamento do projeto Pomar, cuja proposta é o plantio de árvores frutíferas no entorno da Cidade Administrativa de Minas Gerais.

O romã significa prosperidade e é conhecido por diversos povos do mundo como fruta que inspira amor e força. A árvore, de acordo com os povos otomanos, mescla as cores branca e vermelha, dando um tom rosa e púrpuro, a mesma tonalidade na transversalidade de cores da bandeira do Estado.

O ato simbólico foi um dos destaques da solenidade de abertura da 6ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, que é parte da programação da Semana da Segurança Alimentar, cujo tema este ano é “Comida de Verdade no campo e na cidade: por soberania alimentar”.

A programação do evento prossegue neste fim de semana, quando 450 delegados eleitos nas conferências municipais discutem as diretrizes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e suas aplicações em Minas Gerais.

Prioridade

Participaram do plantio os secretários de Estado Helvécio Magalhães (Planejamento e Gestão), André Quintão (Trabalho e de Desenvolvimento Social), Glenio Martins (Desenvolvimento Agrário) e Nilmário Miranda (Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania), além do secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Arnaldo de Campos.

O secretário Helvécio Magalhães destacou o compromisso do Governo de Minas Gerais em promover uma alimentação mais saudável para mineiros e mineiras.

“Colocamos o tema da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável no centro das decisões do Governo do Estado. São várias ações intersetoriais, a criação da secretária de Desenvolvimento Agrário e a ampliação do Plano Safra da agricultura familiar são atos que reforçam o nosso compromisso com a produção de alimentos saudáveis e de qualidade”, afirma Helvécio Magalhães.

Alimento e saúde

Coordenado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda), em parceria com a Intendência e o Instituto Estadual de Florestas (IEF), o projeto Pomar tem como objetivo inserir no atual paisagismo da Cidade Administrativa árvores frutíferas. Um estudo do solo orientar o plantio das mudas.

A ideia é que servidores e moradores da região tenham a oportunidade de colher ao longo do ano as mais variadas frutas plantadas no entorno da sede do Governo. O projeto ainda tem como proposta organizar o espaço físico, dando prioridade aos entornos dos lagos, entradas e vias laterais.

22 de agosto de 2015.

Data: 4 de setembro de 2015.

audiência pública debate mutirão para regularizar terras no meio rural

Banco de Notícias

Famílias da zona rural de Chapada do Norte, no Vale do Jequitinhonha, serão recadastradas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, com apoio da Emater-MG

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda) realizou na manhã desta sexta-feira (04), em Chapada do Norte, audiência pública para debater a retomada do programa de regularização fundiária no município da região do Vale do Jequitinhonha. Na próxima semana, equipe da Seda e da Emater-MG realiza mutirão de recadastramento de cerca de 1.100 famílias da zona rural do município, que há anos estão a espera de atendimento para análise dos processos.





Durante a cerimônia, o secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Glenio Martins, recebeu de lideranças de movimentos sociais e sindicais o Manifesto de Reconhecimento e Agradecimento, parabenizando o compromisso do Governo de Minas Gerais com a questão do acesso às terras devolutas no meio rural.

O secretário Glenio Martins destacou o caráter inovador da audiência pública, que lotou o Plenário da Câmara Municipal. “Além do esforço de reanalisar milhares de documentos que há anos estavam arquivados, alguns até enrolados em sacos de lixo, vamos dar publicidade a essas ações por meio da audiência pública. Estamos aqui para ouvir demandas e buscar soluções”, disse Martins.

A apresentação do projeto de retomada da regularização fundiária rural foi feita pelo subsecretário de Acesso à Tarde e Regularização Fundiária, Danilo Araújo. Ele destacou que a missão da recém-criada secretaria é reduzir a demanda de posseiros por regularização fundiária no Estado. Apenas na região de Minas Novas são cerca de 3.800 processos parados. Chapada do Norte é o município com o maior número de demanda.

“Desde setembro de 2011 que praticamente não fazemos a titulação de terras rurais devolutas. Estamos retomando esse processo com os mutirões”, afirmou Danilo Araújo.

O presidente da Câmara Municipal, José João Emetério, agradeceu a presença do Estado na cidade, em que quase 100% da população é negra e muitos ainda vivem em comunidades quilombolas.

“Nossa esperança é que esse Governo solucione os problemas dessa gente sofrida e que há anos estava desamparada”, disse o vereador.

Já o prefeito de Chapada do Norte, Ronaldo Lourenço Santana, afirmou que “o que parecia um sonho está se tornando realidade”. “O povo de nosso município há muito tempo aguardava por esta oportunidade, pois é de suas terras que sempre tiram o sustento de suas famílias”, disse.

O representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapada do Norte, Marinho da Costa Pires, também cumprimentou a iniciativa. “É muito importante essa oportunidade que estamos tendo aqui, de sermos ouvido pelo Estado”, afirmou.

Também participaram da audiência, o assessor do Governo, José Pedro Cordeiro, o gerente regional da Emater-MG, Walmar Gonçalves, o diretor regional da Fetaemg-MG, José Antônio de Andrade, o deputado estadual Dr. Jean Freire, representando a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, além de representantes de associações quilombolas, sindicatos de trabalhadores rurais, vereadores e demais lideranças políticas da região.

Documentação

Os posseiros interessados deverão comparecer ao Salão do CASI de Chapada do Norte, entre os dias 9 e 19 de setembro, para o recadastramento, munidos dos documentos pessoais (carteira de identidade, CPF e certidões de nascimento ou casamento) e dos documentos que comprovem a posse (declaração de STTR, Emater, CMDRS e prefeitura; contratos de particulares que versem sobre cessão ou transferência, a qualquer título, do imóvel rural; conta de luz; CCIR; ITR; CAR; cartão de produtor rural – Inscrição Estadual; cadastro perante o IMA, IEF, Igam etc.; recibos ou notas fiscais relativos a insumos utilizados na propriedade; recibos ou notas fiscais relativos negociação de bens ou produtos agrícolas ou animais, dentre outros).

4 de setembro de 2015.

Data: 9 de setembro de 2015.

Resultado da primeira fase do processo seletivo simplificado

Banco de Notícias

Resultado da primeira fase do processo seletivo simplificado:

Prezados(as) candidatos(as),

Lembramos que em conformidade com a publicação ocorrida dia 5 (cinco) de setembro de 2015, na Imprensa Oficial de Minas Gerais – IOF/MG, às fls. 40, as entrevistas dos Processos Seletivos Simplificados serão realizadas no dia 15 (quinze) de setembro de 2015, terça-feira.

Os(as) candidatos(as) deverão comparecer no local indicado do Instrumento Convocatório, no período de 09:00 às 17:00 horas, sendo que, as entrevistas serão realizadas de acordo com a ordem de chegada.

Administrativo

Auxiliar administrativo

Jurídico I

Jurídico II

Agrimensor

Geógrafo

Técnico em agrimensura

9 de setembro de 2015.

Data: 10 de setembro de 2015.

Abertas as inscrições para o I Encontro Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais

Banco de Notícias

O evento é de fundamental importância para o estabelecimento de políticas públicas para esses segmentos da população

As comunidades e povos de Minas Gerais já podem fazer as inscrições para participar, de 13 a 15 de outubro, do I Encontro Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais. O evento é uma realização do Governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (Sedpac) e da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (Seda). A expectativa é que o encontro reúna cerca de 250 pessoas em Belo Horizonte.



As inscrições vão até o dia 20 deste mês e podem ser feitas, das 9h30 às 16h, na sede da Sedpac (Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/n – Belo Horizonte – Prédio Gerais – 2º andar – CEP: 31.630-901 – Cidade Administrativa Tancredo Neves), pelos Correios, por AR, com o envio da ficha de inscrição preenchida e encaminhada à secretaria. Clique aqui para ver a ficha e o regulamento de inscrições. Também é possível fazer a inscrição pelo site da [**Sedpac**](#) e pelo site da [**Seda**](#).

O evento é de fundamental importância para o estabelecimento de políticas públicas para esses segmentos da população. Hoje, em Minas Gerais, já são reconhecidas 17 comunidades e povos tradicionais, que são os apanhadores de flores sempre viva, artesãos do barro e tecelãs, catingueiros, ciganos, congadeiros, extrativistas, faiscadores, garimpeiros, geraizeros, indígenas, pescadores artesanais, além de povos de circo, povos tradicionais de matriz africana, quilombolas, ribeirinhos, vazanteiros e veredeiros.

A subsecretária de Promoção da Igualdade Racial da Sedpac, Cleide Hilda, destaca que durante o evento tomarão posse os integrantes da Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. “São as lideranças

dessas comunidades que vão pensar as políticas públicas prioritárias para as próprias comunidades”, ressalta a subsecretária.

O diretor para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais da Seda, Vandeli Paulo dos Santos, ressalta que a realização do encontro e a criação da comissão estão previstos no Decreto 46.671/2014, em consonância com a Política Estadual para o Desenvolvimento e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais.

“O Encontro será um marco nessa nova relação do Governo de Minas Gerais com um segmento que sempre foi esquecido pelos governantes. Temos que avançar nas políticas públicas e estamos criando ambiente para isso”, completa Vandeli dos Santos, primeiro quilombola a assumir um cargo de diretoria no Governo de Minas Gerais.

10 de setembro de 2015.

Data: 10 de setembro de 2015 (2).

Processo Seletivo Simplificado: convocação para entrevistas

Banco de Notícias

ATENÇÃO! As entrevistas ocorrerão no 8º andar do prédio Gerais.

Prezados(as) candidatos(as),

Lembramos que em conformidade com a publicação ocorrida dia 5 (cinco) de setembro de 2015, na Imprensa Oficial de Minas Gerais – IOF/MG, às fls. 40, as entrevistas dos Processos Seletivos Simplificados serão realizadas no dia 15 (quinze) de setembro de 2015, terça-feira.

Os(as) candidatos(as) deverão comparecer no local indicado do Instrumento Convocatório, no período de 09:00 às 17:00 horas, sendo que, as entrevistas serão realizadas de acordo com a ordem de chegada.

10 de setembro de 2015.

Data: 11 de setembro de 2015.

RESPOSTA AOS RECURSOS INTERPOSTOS

Banco de Notícias

Prezados candidatos,

segue link para download dos recursos interpostos pelos candidatos, bem como os pareceres gerados por esta Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – SEDA.

[Recursos Interpostos](#)

[Resposta ao Recurso – Karina Passos Lopes](#)

[Resposta ao Recurso – Rodrigo Eustáquio Viana Leal](#)

[Resposta ao Recurso – Eva Aparecida de Souza](#)

[Resposta ao Recurso – Grazielle de Carvalho Santos](#)

11 de setembro de 2015.

Data: 14 de setembro de 2015.

Agricultura familiar amplia tempo para participar de programas de incentivo à produção

Banco de Notícias

Governo de Minas Gerais prorroga até o dia 30 de setembro prazo para recebimento de projetos de associações e cooperativas

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda) prorrogou até o dia 30 de setembro o prazo final para o recebimento de propostas de associações e cooperativas de produtores interessados em participar de quatro chamadas públicas. Os editais preveem o financiamento de projetos para melhoramento do rebanho, recuperação de áreas degradadas, agroindústria e produção de frutos do cerrado.



Com o adiamento do prazo final, agricultores e agricultoras familiares de Minas Gerais terão mais tempo e poderão elaborar bons projetos, beneficiando-se de novos programas de incentivo liberados pelo Governo do Estado por meio dos editais. O novo prazo foi publicado no Minas Gerais – **Diário Oficial do Estado** – no último sábado (12/9).

Com valores que variam de R\$ 50 mil a R\$ 200 mil, os editais consistem no financiamento de projetos de recuperação de áreas degradadas, produção de frutos do cerrado e na diversificação das atividades produtivas com leite e seus derivados.

O programa é destinado a entidades e organizações representativas de agricultores familiares e dos povos e comunidades tradicionais, além dos assentados da reforma agrária e atingidos por grandes empreendimentos.

Entidades privadas sem fins lucrativos e que desenvolvem atividades relacionadas ao objetivo dos editais também poderão participar. Individualmente, o produtor não poderá participar.

Os projetos deverão ser pessoalmente apresentados no Protocolo Geral da Cidade Administrativa até às 17 horas do dia 30 de setembro. Para quem reside no interior, a proposta poderá ser postada, via Correios, até a mesma data, em correspondência registrada e com Aviso de Recebimento.

Associações interessadas podem acessar os editais no portal <http://agrario.mg.gov.br/chamada-publica/>.

14 de setembro de 2015.

Data: 25 de setembro de 2015.

Prorrogado prazo de inscrição para o I Encontro Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais

Banco de Notícias

Instituições e grupos interessados terão até o dia 30 de setembro para se inscreverem

Interessados em participar do I Encontro Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais tem até o dia 30 de setembro para efetivar as inscrições. As Secretarias de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda) e de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (Sedpac), responsáveis pela realização do evento, prorrogaram o prazo para que mais pessoas tenham acesso ao encontro, programado para ocorrer entre os dias 13 e 15 de outubro.



As inscrições vão até o dia 30 deste mês e podem ser feitas, das 9h30 às 16h, na sede da Sedpac (Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/n – Belo Horizonte – Prédio Gerais – 2º andar – CEP: 31.630-901 – Cidade Administrativa Tancredo Neves), pelos Correios, por AR, com o envio da ficha de inscrição preenchida e encaminhada à secretaria. As inscrições podem ser feitas por meio do site da Seda. <http://agrario.mg.gov.br/i-encontro-estadual-de-povos-e-comunidades-tradicionais/>

O evento é de fundamental importância para o estabelecimento de políticas públicas para esses segmentos da população. Hoje, em Minas Gerais, já são reconhecidas 17 comunidades e povos tradicionais, que são os apanhadores de flores sempre viva, artesãos do barro e tecelãs, catingueiros, ciganos, congadeiros, extrativistas, faiscaidores, garimpeiros, geraizeros, indígenas, pescadores artesanais, além de povos de circo, povos tradicionais de matriz africana, quilombolas, ribeirinhos, vazanteiros e veredeiros.

Até o momento, o Governo de Minas já recebeu mais de 350 inscrições.

25 de setembro de 2015.

Data: 25 de setembro de 2015 (2).

Movimentos sociais comemoram investimentos na Agricultura Familiar

Banco de Notícias

Cerca de 800 militantes de várias organizações acompanharam solenidade do Governo de Minas Gerais

A esplanada do Auditório Juscelino Kubitschek, na Cidade Administrativa de Minas Gerais, foi tomada nesta sexta-feira (25) por diversos militantes de movimentos sociais e sindicais, que vieram de várias partes do interior do Estado, para acompanhar o lançamento do conjunto de ações de fortalecimento da agricultura familiar e combate à pobreza rural.

Estavam presentes representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg-MG), Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf-MG), a Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais (N'Golo), Articulação do Semiárido Mineiro (Asa Minas), CUT-MG, Pastoral da Terra, Levante Popular da Juventude, entre outros.

O principal anúncio foi a assinatura de decreto para a desapropriação das fazendas Ariadnópolis, em Campo do Meio, Córrego Fundo/Gravatá, em Novo Cruzeiro, e Fazenda Nova Alegria, em Felisburgo. A ação, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), atende reivindicação histórica e beneficiará 352 famílias de trabalhadores rurais sem terra que há mais de dez anos moram em barracos precários sem saneamento básico, cultivam lavouras e criam animais para subsistência. O aporte de recursos orçamentários e financeiros necessários para a execução do projeto é estimado em cerca de R\$ 43,1 milhões, segundo levantamento do Incra.

Sonho

O trabalhador rural sem terra Adão Assis Reis, de 53 anos, vive há quatro anos na Fazenda Ariadnópolis, em Campo do Meio, e está com a esperança renovada com a decisão do Governo de Minas. Seu sonho é desenvolver uma horta para a comercialização dos produtos em feiras e mercados da região.

“É muito importante saber que a luta de muitos anos valeu a pena. Estamos felizes por essa decisão do Governo Pimentel, que demonstra o compromisso do estado com o trabalhador rural”, disse Reis.

Antes do início da cerimônia o auditório JK estava todo tomado pelos convidados, a maior parte por integrantes do MST-MG. Eles tocaram viola, cantaram e falaram palavras de ordem do movimento.

O garoto Mateus Camargo Rocha, de 4 anos, era um dos mais empolgados. Chegou a subir no Palco para saldar os militantes e depois ainda tirou foto com o governador Fernando Pimentel e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias. Tanto Pimentel como Patrus receberam cesto de produtos de agricultores familiares do MST e da Fetraf-MG.

Evento histórico

Para o coordenador geral da Fetraf-MG, Juselino Anacleto da Silva, a agricultura familiar vivia um retrocesso e agora tem a possibilidade de garantir dias melhores.

“Agora a Agricultura Familiar vai ter mais acesso à terra, à organização de produção. Acreditamos que esse evento é só o começo de muitas lutas e conquistas”, disse Silva.

Para a coordenadora da ASA Minas, Marilene Alves de Souza, a cerimônia foi o principal evento político do segmento nos últimos dez anos. “Demonstrou a preocupação do Governo de Minas Gerais com um setor que há anos vivia à margem das políticas públicas. Os anúncios atendem demandas históricas dos movimentos sociais”, afirmou Leninha.

25 de setembro de 2015.

Data: 25 de setembro de 2015 (3).

Pimentel anuncia desapropriação de fazendas para reforma agrária e ações voltadas à agricultura familiar

Banco de Notícias

Ao lado do ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, governador destaca “conquista histórica” para Minas Gerais com investimento de R\$ 43 milhões

O governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, atendeu nesta sexta-feira (25/9) em Belo Horizonte uma demanda histórica dos movimentos sociais do Estado. Ao lado do ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, durante o lançamento de um conjunto de ações visando o fortalecimento da agricultura familiar e o combate à pobreza rural em Minas, Pimentel assinou os decretos de desapropriação das fazendas Nova Alegria, em Felisburgo, Córrego Fundo/Gravatá, em Novo Cruzeiro, e Ariadnópolis, em Campo do Meio.

A ação se insere no esforço e no compromisso do Governo de Minas Gerais de colocar fim a conflitos agrários históricos, que geram violência há mais de uma década no Estado. A desapropriação beneficiará 352 famílias de trabalhadores rurais sem terra, muitos deles presentes ao evento desta sexta-feira, no Auditório JK, na Cidade Administrativa. Os recursos orçamentários e financeiros necessários para a execução do projeto de desapropriação somam R\$ 43,1 milhões, segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário.

Em pronunciamento, o governador ressaltou a alegria em poder anunciar as conquistas históricas dos movimentos sociais com a presença de centenas de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Estado. “Vocês não podem imaginar a alegria que temos hoje de ver esse auditório colorido de vermelho e branco – e na condição de personagens desse momento. Valeu a pena chegar até aqui para fazer o que nós fizemos na manhã de hoje”, afirmou, emocionado.

Pimentel aproveitou para defender as instituições democráticas brasileiras e destacar a necessidade de a população ter esperança em dias melhores. “Às vezes, existe uma campanha no Brasil que é de desesperança. Temos de combater esta campanha”, afirmou. Segundo o governador, é preciso ter a esperança “de que, quando tudo terminar, a gente possa caminhar com dignidade e cabeça erguida, e ser saudado com carinho pelos companheiros com os quais trabalhamos e pelos quais lutamos”.

O ministro Patrus Ananias classificou a desapropriação das fazendas como um “momento histórico para Minas Gerais”. “Neste momento histórico, Pimentel está resgatando a Minas libertária, repondo no cenário nacional a Minas comprometida com os pobres, com a justiça social”, disse. O ministro enfatizou a conquista dos trabalhadores sem terra da

Fazenda Nova Alegria, em Felisburgo, que, no passado, chegaram a enfrentar chacinas. “Estamos vivendo um momento histórico, especialmente em Felisburgo, que ficou marcado na história devido as vidas que foram ceifadas”, disse.

O coordenador do MST, Sílvio Neto, elogiou a iniciativa do governo de Minas Gerais. “Não é só uma conquista do MST, do povo camponês. É de toda a classe trabalhadora de Minas Gerais. Sintam-se contemplados com essas fazendas que ficaram marcadas pela injustiça. Nós o cumprimentamos, governador, porque esse povo organizado sofreu, marchou e morreu para chegar no dia de hoje”, finalizou.



Governador Fernando Pimentel participa do evento de Conjuntos de Ações para o Fortalecimento da Agricultura Familiar e Combate a pobreza Rural.

25-09-2015-Auditório JK

Foto: Manoel Marques/impressa-MG

Anúncios

Além da assinatura dos três decretos de desapropriação das fazendas, outras nove ações em parceria com diferentes secretarias e órgãos do Estado e com o governo federal foram anunciadas. Em parceria com Secretaria de Desenvolvimento Agrário (Seda) e o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), serão executadas ações de educação sanitária, com foco na rede pública de ensino, nas escolas das famílias agrícolas e estabelecimentos agroindustriais da agricultura familiar mineira.

Foi assinado convênio com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-MG) para cadastramento de famílias dentro do programa estadual de regularização fundiária rural. Com o cadastro, cerca de 20 mil famílias passarão a ter acesso a linhas de crédito e de financiamento para o plantio.

A Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) e a Seda assinaram termo de cooperação para fomentar a produção sustentável, o aumento de renda dos agricultores familiares assentados pela reforma agrária e famílias atingidas por grandes empreendimentos.

Um protocolo de intenções também foi assinado entre o governo de Minas Gerais e a Fundação Banco do Brasil visando a integração de esforços para a execução de programas e projetos executados por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag).

Outro protocolo foi assinado entre os governos federal e estadual e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para a implantação e recuperação de infraestrutura básica, regularização fundiária e industrialização em projetos de assentamento. Outra ação visa a construção de galpões para agroindústria da cana de açúcar em Minas para auxílio da agricultura familiar.

Durante o evento, ainda foram entregues simbolicamente 26 kits feiras compostos por barracas, jalecos e caixas plásticas, com o objetivo de modernizar e ampliar a estruturas das feiras livres, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional. Ao todo, neste ano, cerca de 1.000 famílias de agricultores familiares serão contempladas com o kit.

Também participaram da solenidade os secretários de Estado Glênio Martins (Desenvolvimento Agrário), João Cruz (Agricultura, Pecuária e Abastecimento), Helvécio Magalhães (Planejamento e Gestão), Odair Cunha (Governo), Nilmário Miranda (Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania), André Quintão (Trabalho e Desenvolvimento Social), Paulo Guedes (Desenvolvimento do Norte e Nordeste), a presidente nacional do Incra, Maria Lúcia Falcón, deputados federais e estaduais, vereadores, lideranças políticas e sociais.

Realizações

Durante apresentação do balanço dos primeiros meses de trabalho à frente da recém-criada Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda), Glênio Martins destacou a retomada dos processos de regularização fundiária que estavam paralisados. Ele também ressaltou o momento histórico da agricultura familiar mineira, com a desapropriação das fazendas para a reforma agrária. “Nos últimos 15 anos, esse é um dos atos mais fortes da agricultura familiar e da reforma agrária. Quando assumimos o Estado, encontramos 16 mil processos parados. É com muito orgulho que retomamos isso após quatro anos sem expedir títulos”, explicou.

De acordo com o secretário, Minas tem a segunda população rural do país. “Temos 240 municípios em Minas com menos de cinco mil habitantes e a força da agricultura familiar corresponde a 79% dos 550 mil estabelecimentos agropecuários no Estado”. Atualmente, existem cerca de 420 mil propriedades da agricultura familiar. Elas ocupam 60% da mão de obra do meio rural e respondem por 32% da produção de café, 44% do arroz, 47% do milho e 84% da mandioca no Estado.

De 2014 para 2015, houve um aumento de 9% na oferta do crédito rural. Ao todo, R\$ 2,8 bilhões foram movimentados em Minas. Um total de 209 mil famílias de agricultores e agricultoras foram atendidas por recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Em janeiro deste ano, foi regulamentada a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAAFamiliar), dois anos após ter sido sancionada. Ela estabelece que os órgãos e entidades da administração pública do Estado de Minas Gerais apliquem, no mínimo, 30% de seus recursos voltados à compra de alimentos em produtos da agricultura familiar.

25 de setembro de 2015.

Data: 28 de setembro de 2015.

Bares e restaurantes projetam alta de até 10% nas vendas de pescados

Banco de Notícias

Na abertura da Semana do Peixe, Governo de Minas Gerais propõe Grupo de Trabalho para discutir políticas para o aumento do consumo e do comércio de pescado no Estado

As vendas de pescados em bares e restaurantes em Belo Horizonte devem registrar alta de até 10%, durante a 12ª Semana do Peixe (De hoje até 16 de outubro), que tem como objetivo incentivar o consumo do pescado em todo o País. A projeção foi feita pelo diretor executivo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Lucas Pego, durante o lançamento oficial da campanha, nesta segunda-feira (28) na Cidade Administrativa de Minas Gerais.

A campanha do Ministério da Pesca e Aquicultura é articulada no Estado pela Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura de Minas Gerais (SFPA-MG) em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SEE) e Desenvolvimento Agrário (SEDA), Conselho Regional de Nutricionistas (CRN-MG), Conselho Regional de Segurança Alimentar (CONSEA), Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), colônias e sindicatos de pescadores, feiras, prefeituras municipais, produtores, distribuidores e redes de supermercado, bares e restaurantes.

Segundo Lucas Pego, os cardápios serão oferecidos a preços promocionais, conforme critério dos próprios donos de restaurantes. No país são cerca de 105 mil empresas de alimentação fora de casa, desse total 18,6 mil estabelecimentos estão em Minas. “Nosso desafio é aumentar o consumo de pescado nos bares e restaurantes, não só durante a campanha”, disse Pego.

De acordo com o Ministério da Pesca, nos últimos dez anos, o consumo de pescado mais do que dobrou no Brasil. Só de 2012 para 2013, o consumo no país cresceu quase 25% ultrapassando o mínimo estabelecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que é de 12 Kg/habitante/ano. Hoje a população consome em média 14,5 quilos de pescado por habitante/ano.

Grupo de trabalho – Apesar dos avanços, o secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Glenio Martins, propôs a criação de um grupo de trabalho para discutir os entraves na legislação e propor políticas de incentivo ao consumo e a comercialização de pescado em Minas Gerais.

“Nosso desafio é fazer com que a produção do pescado gere mais renda para o agricultor familiar e ao mesmo tempo chegue à mesa do mineiro a um custo acessível”, disse Martins.

Programação – A Superintendente Federal da Pesca e Aquicultura em Minas Gerais, Vanessa Gaudereto, destacou a parceria entre o governo federal e o Governo de Minas Gerais. Na programação constam atividades de educação ambiental, como a limpeza de rio e conscientização dos pescadores e população do entorno; beneficiamento do peixe, através de oficinas manipulação e preparação do pescado; educação alimentar com o trabalho desenvolvido junto às escolas da rede estadual, restaurantes populares entre outros equipamentos públicos e venda promocional do peixe em pontos de distribuição em todas as regiões do Estado.

“É muito importante a concretização dessa parceria. No Estado são cerca de 30 mil pescadores que precisam do apoio governamental”, disse Vanessa.

Também participaram da abertura da Semana do Peixe, o diretor geral do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), Márcio Botelho, a secretária Executiva do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (Consea-MG), Maria Aparecida Miranda, a coordenadora do Programa de Alimentação Escolar da Secretaria de Estado da Educação,

Valéria Monteiro, e o superintendente da Associação Mineira de Supermercados (AMIS), Adilson Rodrigues.



Mesa da esquerda para direita: Adilson Rodrigues, AMS; Lucas Rego, ABBR; Valéria Monteiro, Coordenadora do programa de alimentação escolar da Sec. de Estado de Educação; Vanessa Gaudereto, Sup. da pesca e Agricultura em MG; Glenio Martins, Sec. de Estado de Desenvolvimento Agrário; Maria Aparecida Miranda, Consea e Márcio Botelho, Dir. geral do Instituto Mineiro do Agronegócio.

Confira a programação prevista

28/09 – Abertura Oficial da Semana do Peixe no Estado de Minas Gerais / Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais.

23/09 à 04/10 – Semana do Rio São Francisco/Três Marias

02/10 – Inclusão do Pescado na Feira da Agricultura Familiar da CAMG

01/09 à 1/10 – Festival Gastronômico de Capitólio / Capitólio e região

30/09, 01 e 02/10 – Oficinas Gratuitas de Manipulação e Preparação do Pescado para população / Parceria com Escolas de Nutrição da RMBH (UFMG, PUC, UNIBH e Pitágoras).

30/09 à 16/10 – Semana do Peixe nas escolas da rede estadual de educação/ Parceria com SEE – ação será em 52 escolas, alcançando cerca de 9.300 alunos.

30/09 à 03/10 – Festival do Peixe em Pompéu/ Pompéu

02/10 – Seminário das Colônias de Pescadores de Minas Gerais / Sede da SFPA/MG

02, 03 e 04/10 – Festa dos Santos do Rio / Januária

03/10 – I Simpósio de Formação de Pescadores Artesanais de Formiga/Formiga

05, 06 e 07/10 – Feira do Peixe de Nanuque / Nanuque

05 à 09/10 – Semana do Peixe em Teófilo Otoni/ Teófilo Otoni

08/10 – Festival do Peixe de Cachoeira Dourada / Cachoeira Dourada

09/10 – 1ª Semana do Peixe de Fronteira / Fronteira

10 e 11/10 – Feira do Peixe de Morada Nova de Minas/ Morada Nova de Minas

10/10 – Torneio de Tucunará / Carmo do Rio Claro

11 e 12/10 – Feira do Peixe de Alfenas / Alfenas

14 à 18/10 – Semana do Peixe Tupaciguara/ Tupaciguara

15,16 e 17/10 – Feira do Peixe de Itutinga / Itutinga

16 /10 – Dia Nacional da Alimentação Saudável nos Restaurantes Populares de Belo Horizonte / restaurantes Populares e Conselho Estadual de Segurança Alimentar (CONSEA)

28 de setembro de 2015.

Data: 30 de setembro de 2015.

lenio Martins recebe homenagem da Assembleia Legislativa

Banco de Notícias

Secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário recebeu medalha Mérito Especial



O secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Glenio Martins, foi um dos 92 agraciados com a Ordem do Mérito Legislativo. A entrega da honraria foi realizada na noite de segunda-feira, no Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). A condecoração homenageia personalidades e entidades que, por meio de seu trabalho e dedicação, tenham se destacado e tornado merecedoras do reconhecimento.

Com o tema “Rio São Francisco, rio-mar”, a solenidade contou com a presença do governador Fernando Pimentel, do presidente do Legislativo estadual, deputado Adalclever Lopes (PMDB), representantes do Poder Judiciário, secretários de Estado, parlamentares federais e estaduais, entre outras autoridades.

O secretário Glenio Martins agradeceu a condecoração de Mérito Especial, afirmando que, a homenagem aumenta a sua responsabilidade como gestor público de encontrar soluções para demandas históricas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, como acesso à terra e aumento da produtividade e da renda no campo.

“Estou muito feliz pela homenagem e agradeço o reconhecimento pelo trabalho que tenho exercido no Governo de Minas Gerais para o fortalecimento da Agricultura Familiar”, disse Martins.

Ordem do Mérito Legislativo – A homenagem, criada pela Resolução 2.778, de 1982, é concedida pelo presidente da ALMG e pelos membros do Conselho da Ordem, nos graus Grande Mérito, Mérito Especial e Mérito.

A edição deste ano teve como tema o Rio São Francisco, tendo em vista o contexto atual de crise hídrica e a importância do rio, tanto na construção da identidade do povo mineiro quanto na integração do País.

30 de setembro de 2015.

Data: 2 de outubro de 2015.

Com apoio da Seda, Araçuaí recebe encontro sobre agrobiodiversidade

Banco de Notícias

Secretário Glenio Martins participou da abertura do encontro no Vale do Jequitinhonha

O secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Glenio Martins, participa em Araçuaí, da segunda edição do Encontro de Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro, que termina neste sábado no município do Vale do Jequitinhonha.

Realizado pela Rede de Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro e pela Articulação Semiárido de Minas Gera (Asa Minas), em parceria com a Seda, o encontro tem como objetivo reunir o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha para avaliar e monitorar os avanços do Plano de Ação Estratégica para Conservação da Agrobiodiversidade.



Além de participar da abertura do evento, Glenio Martins também integrou mesa de debate sobre agrobiodiversidade. “Discutimos sobre a necessidade de fortalecimento da agricultura familiar na região, através, por exemplo, da ampliação da área produtiva dos agricultores da região onde está a barragem de Irapé”, disse Martins. O secretário também debateu com os participantes a destinação das áreas devolutas do Estado, uma vez que a Seda é responsável pela regularização fundiária rural.

O Governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, repassou cerca de R\$ 50 mil para a realização do II Encontro de Agrobiodiversidade, em Araçuaí. O investimento integra o esforço da Seda em divulgar a diversidade, a riqueza e a cultura associadas à agricultura familiar.

Um dos destaques da programação do encontro, segundo os organizadores, foram “as caravanas agroecológicas com participantes do evento que intencionam dar visibilidade e fortalecer as iniciativas agroecológicas, além de colocar em diálogo agricultores/as promovendo uma troca de experiências de resistência que lograram êxito. A caravana passará em várias cidades do Vale do Jequitinhonha e seguirá para Araçuaí”.

2 de outubro de 2015.

Data: 2 de outubro de 2015 (2).

Inclusão do pescado em feira livre marca **Semana do Peixe na CAMG**

Banco de Notícias

Outro destaque da programação foi a exposição de peixes ornamentais na Cidade Administrativa

Para marcar a 12ª edição da Semana do Peixe, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda) incluiu o pescado entre os produtos a venda na tradicional Feira da Agricultura Familiar da Cidade Administrativa de Minas Gerais, realizada por agricultores familiares toda sexta-feira no túnel do Prédio Geraes.

Foram ofertados ao público filé de tilápia, criado em gaiola na represa de Furnas, no município de Guapé, no Sul de Minas. O quilo do pescado foi vendido a R\$ 25 pelo pescador Márcio Conceição Lopes. “É praticamente o preço de atacado, mais barato do que a média do mercado”, garante Lopes. Ele ficou muito feliz em participar da campanha, que tem como objetivo incentivar o consumo de pescado no país. “Trouxe 200 quilos e minha expectativa é zerar o estoque”, completou.



Polo nacional

Outro destaque da programação foi a exposição de peixes ornamentais. Quem transitava pelo túnel pode conferir várias espécies, como Beta, Carpa, Molinésia Belífera, Guppy, Kinguio, entre outras. “Trouxemos também alimentos vivos naturais, usados para a alimentação dos peixes”, disse o aquacultor Stélio Santana, professor titular do Curso de Aquicultura da Escola de Veterinária da UFMG, responsável pela exposição. Em Minas Gerais, a região de Muriaé é o maior polo de produção de peixes ornamentais do Brasil.

A Semana do Peixe acontece até 16 de outubro em diversas cidades Minas por meio de parcerias com o poder público, privado e entidades representativas. Para este ano estão previstas ações como oficinas, palestras, seminários, festivais gastronômicos e culturais, venda promocional do pescado, inserção do peixe no cardápio de restaurantes populares e escolas da rede estadual.

A campanha do Ministério da Pesca e Aquicultura é articulada no Estado pela Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura de Minas Gerais (SFPA-MG) em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SEE) e Desenvolvimento Agrário (SEDA), Conselho Regional de Nutricionistas (CRN-MG), Conselho Regional de Segurança Alimentar (CONSEA), Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), colônias e sindicatos de pescadores, feiras, prefeituras municipais, produtores, distribuidores e redes de supermercado, bares e restaurantes.

2 de outubro de 2015.

Data: 8 de outubro de 2015.

Governo de Minas realiza encontro de povos e comunidades tradicionais

Banco de Notícias

A abertura oficial do encontro será na próxima terça-feira, às 9 horas, no Teatro Cine do Sesc Venda Nova.

As Secretarias de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda) e de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (Sedpac) promovem, entre os dias 13 e 15 deste mês, em Belo Horizonte, o I Encontro Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais. A expectativa é que o evento reúna cerca de 500 pessoas, entre eles os representantes de instituições que serão eleitos para compor a Comissão Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). A abertura oficial do encontro será na próxima terça-feira, às 9 horas, no Teatro Cine do Sesc Venda Nova.



O evento é de fundamental importância para o estabelecimento de políticas públicas para esses segmentos da população. Hoje, em Minas Gerais, já são reconhecidas 17 comunidades e povos tradicionais: apanhadores de flores sempre viva, artesãos do barro e tecelãs, catingueiros, ciganos, congadeiros, extrativistas, faiscadores, garimpeiros, geraizeros, indígenas, pescadores artesanais, além de povos de circo, povos de terreiros, quilombolas, ribeirinhos, vazanteiros e veredeiros.

8 de outubro de 2015.

Data: 8 de outubro de 2015 (2).

Minas Gerais faz parceria para fortalecer alimentos regionais

Banco de Notícias

Seda assina na próxima terça-feira (13) termo de acordo de cooperação técnica com o Slow Food

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda) assina na próxima terça-feira (13), em Belo Horizonte, termo de acordo de cooperação técnica com o Slow Food, que visa fortalecer os produtos regionais da Agricultura Familiar e incentivar a alimentação saudável, boa, limpa e justa em Minas Gerais.



Um dos objetivos do acordo é valorizar alimentos tradicionais da comida mineira, que vivem à margem dos mercados, como Jatobá, Jurubeba, Pau Doce e Ora Pro Nobis e vários tipos de queijos artesanais, dentre outros

O Slow Food, organização internacional que se contrapõe à comida industrializada, repleta de aditivos químicos e rápida (fast food), é uma associação sem fins lucrativos, com uma rede de cerca de mil membros em todo o Brasil. A entidade tem 52 produtos catalogados na Arca do Gosto, projeto que busca resgatar alimentos, sejam vegetais, animais ou produtos processados, que estejam em risco de extinção.

8 de outubro de 2015.

Data: 13 de outubro de 2015.

Governo cria Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos PCTs

Banco de Notícias

O secretário Glênio Martins afirmou aos PCTs que vai tratar com energia a retomada das terras devolutas em Minas

O Governo de Minas empossa nesta quarta-feira (14) os integrantes da Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que vai elaborar, acompanhar e monitorar a execução do Plano Estadual para o Desenvolvimento Sustentável desses povos no Estado, previsto na Lei 21.147/14. O anúncio foi feito na terça-feira (13) durante a abertura do I Encontro Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais, que acontece na Colônia de Férias Syla Veloso do Sesc Venda Nova. O evento, promovido pelas Secretarias de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (Sedpac) e Desenvolvimento Agrário (Seda), termina na quinta-feira (15) em Belo Horizonte.



Crédito: Carlos Alberto / Imprensa – MG

Prevista no Decreto 46.671/2014, que será publicado no Minas Gerais de 14 de outubro, com nova redação, a Comissão contará com 17 membros do governo e 17 da sociedade civil organizada. Fazem parte dela representantes da Sedpac, da Seda e das Secretarias de Agricultura, Planejamento, Cultura, Saúde, Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Sustentável, além do Idene, Emater, IEF, Universidade do Estado de Minas Gerais e Unimontes. Os mandatos dos integrantes será de dois anos, renováveis uma vez por igual período. Caberá à Comissão propor as ações necessárias para a articulação, execução e consolidação das políticas relevantes para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, estimulando a descentralização da execução dessas ações e a participação da sociedade civil. Sua estrutura será formada pelo Plenário, Secretaria Executiva, Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho e Grupo Técnico e de Assessoramento.

Na abertura do I Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais no Sesc Venda Nova, houve a execução do Hino Nacional em Tupi-Guarani e um ritual de música e dança de

tribos indígenas, representantes de matriz africana e de quilombolas. O evento discute as políticas públicas para esses segmentos em Minas. O secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda, destacou que hoje já existem pessoas de vários movimentos sociais trabalhando no Governo de Minas. “O governador Fernando Pimentel criou os Fóruns de Governos, dividindo Minas em 17 regiões. Nos próximos anos, nós vamos procurar ter, por exemplo, um Centro de Referência em Direitos Humanos em cada uma dessas áreas, levando o governo para perto do povo”, salientou.

Nilmário Miranda informou também que o Governo de Minas já está preparando a criação de Conselho Estadual dos Povos Indígenas, para a construção de políticas de garantia, de ampliação do acesso à terra e a todas as políticas públicas em Minas Gerais. “O governo não substitui o movimento social nunca. Tudo que estamos procurando fazer agora eles já fazem há muito tempo. O que faltava era o governo, que deve somar com os movimentos, apoiar, transformar suas lutas em tarefas, em programas, ações em todos os níveis, mas também chamar o povo para a briga e para a luta. O papel do movimento social é lutar. E quando a gente reúne o povo aqui, a gente quer estimular a luta, a autonomia dos movimentos, a soberania”, disse Nilmário Miranda, lembrando que nada que será decidido nesse Encontro de Comunidades ficará na gaveta, esquecido. “Viemos aqui para somar, para conquistar dias melhores e manter essa esperança”, disse.

O secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Glênio Martins, afirmou que vai tratar com energia a retomada das terras devolutas em Minas. “Vou pedir à Comissão, que será empossada amanhã, que nos comunique quais dessas áreas estão reflorestadas com eucalipto, que há indícios de conflitos, pois queremos começar por elas”, disse, lembrando que só neste ano já foram realizados dois mutirões para a regularização fundiária, com os primeiros títulos impressos, que serão entregues nas próximas semanas. Segundo ele, outros oito mutirões já estão programados até o final do ano. “Isso que estamos fazendo é uma determinação do governador Fernando Pimentel. Está lá no nosso programa de governo. Este governo não vai ser só de ouvir para governar não, vai ser de governar junto, de fortalecer os mecanismos de participação social e de mecanismos do Estado”.

Glênio Martins informou também que houve ainda um grande avanço com quatro lançamentos de editais de chamada pública, para executar políticas públicas com as organizações, para o fortalecimento de várias áreas como melhoramento genético do rebanho bovino, recuperação de áreas degradadas e adequação e equipamentos para agroindústrias familiares. “No ano que vem, um dos editais vai ser específico para as mulheres, para fortalecer as organizações de agricultura familiar, que são coordenadas pelas mulheres”.

Givânia Maria da Silva, secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e de Direitos Humanos disse que o que está sendo feito em Minas Gerais é revolucionário. “É o governo retomando terras para direcionar às populações tradicionais”, enfatizou, acrescentando que houve avanços nas políticas para os povos e comunidades tradicionais, mas que ainda é preciso avançar muito.

“Minas Gerais é o primeiro Estado a criar uma legislação para povos e comunidades tradicionais. É uma legislação que abarca todos. Isso é importante porque vai encorajar outros estados a criar suas próprias leis. E Minas será protagonista, porque tem um governador que tem compromisso com esse tema e colocou nas Pastas pessoas que não só têm compromisso, mas têm conhecimento técnico e capacidade de dialogar com os

movimentos sociais". Givânia destacou também o pioneirismo de Minas ao reunir em um encontro com os povos e comunidades tradicionais.

A realização do Encontro Estadual de Comunidades Tradicionais estava prevista no Decreto 46.671/14. Participaram também da abertura do evento cerca de 250 representantes de povos tradicionais. Hoje, em Minas, já são reconhecidas 17 comunidades e povos tradicionais, que são os apanhadores de flores sempre viva, artesãos do barro e tecelãs, catingueiros, ciganos, congadeiros, extrativistas, faiscaidores, garimpeiros, geraizeros, indígenas, pescadores artesanais, além de povos de circo, povos tradicionais de matriz africana, quilombola, ribeirinhos, vazanteiros e veredeiros.

13 de outubro de 2015.

Data: 13 de outubro de 2015 (2).

Estado faz parceria com organização internacional para promover a produção saudável de alimentos

Banco de Notícias

Acordo de cooperação técnica entre a Seda e o Slow Food marca abertura da semana de celebração do Dia Mundial da Alimentação

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda) assinou nesta terça-feira (13), em Belo Horizonte, termo de acordo de cooperação técnica com o Slow Food, que visa fortalecer a produção de produtos regionais da Agricultura Familiar e incentivar a alimentação saudável, boa, limpa e justa em Minas Gerais. O evento marca abertura da semana de celebração do Dia Mundial da Alimentação, no próximo dia 16. Para 2015, o tema escolhido pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) é “Proteção Social e Agricultura: quebrando o ciclo da pobreza rural”.



Foto: Omar Freire/Imprensa MG

Um dos objetivos do acordo é valorizar alimentos tradicionais da culinária mineira, que vivem à margem dos mercados, como Jatobá, Jurubeba, Pau Doce e Ora Pro Nobis e vários tipos de queijos artesanais, dentre outros.

Para o secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Glenio Martins, a assinatura do acordo “é um dia histórico para Minas Gerais”. Segundo Martins, a redução do uso de agrotóxico, o incentivo a circuitos curtos de comercialização (feiras livres) e o aumento da renda do agricultor familiar são alguns dos desafios colocados para que o Estado atue em parceria com a sociedade para a solução dos problemas.

“Temos uma das culinárias mais ricas e tradicionais. Porque não fazer dela também a culinária mais saudável e sustentável do Brasil”, provocou Glenio Martins.

O acordo prevê que nos próximos 90 dias será elaborado, em conjunto, um Plano de Ação para o estabelecimento dos objetivos específicos, metas, linhas de atuação e o cronograma de atividade.

Para o representante do Slow Food, Marcelo Podestá, o acordo assinado com a Seda representa uma união de forças e de ideias em prol da agricultura familiar e de uma alimentação de qualidade.

“Queremos espalhar essa convicção de forma capilar, dentro dessa Secretaria e de todos os órgãos e entidades que ela representa, para que ela influencie políticas, projetos e pessoas. E, em troca, nos propomos como parceiros, como braço atuante, como filosofia e como rede para trabalharmos juntos nessa direção”, disse Podestá, que antes da solenidade promoveu uma degustação orientada de queijos artesanais.

Também participam da solenidade o diretor técnico da Emater-MG, João D’Angelis, a coordenadora especial de Gastronomia da Secretaria de Estado de Turismo, Natália Farah, e a secretária executiva do Consea-MG, Aparecida Miranda.

Slow Food

O movimento internacional Slow Food foi fundado nos anos de 1980, na Itália, pelo jornalista Carlo Petrini. É uma organização que se contrapõe à comida industrializada, repleta de aditivos químicos e rápida (fast food). Associação sem fins lucrativos, no Brasil ela atua com uma rede de cerca de mil membros. A entidade tem 52 produtos catalogados na Arca do Gosto, projeto que busca resgatar alimentos, sejam vegetais, animais ou produtos processados, que estejam em risco de extinção.

13 de outubro de 2015.

Data: 14 de outubro de 2015.

Estado investirá recursos para identificar terras de povos tradicionais

Banco de Notícias

Anúncio foi feito pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, durante posse da Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais

A população que vive às margens do rio São Francisco será beneficiada com projeto do Governo de Minas Gerais que prevê investimentos para identificação de terras ocupadas por povos e comunidades tradicionais. De acordo com o secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Glenio Martins, na próxima semana, a Seda vai assinar Termo de Cooperação Técnica com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e com a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) para desenvolver a ação.

“Vamos investir recursos do Estado para a elaboração técnica de laudos antropológicos para que as áreas sejam destinadas às comunidades tradicionais à margem do rio São Francisco”, disse Glenio Martins.

O anúncio foi feito durante a cerimônia de posse dos 34 membros da sociedade civil, entre titulares e suplentes, da Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais (CEPCT-MG), realizada na tarde de quarta-feira (14), no Auditório JK da Cidade Administrativa.



Fotos: Veronica Manevy/Imprensa MG



Fotos: Veronica Manevy/Imprensa MG

A comissão, constituída durante a I Encontro Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais, que acontece na Colônia de Férias Syla Veloso do Sesc Venda Nova, está prevista pela Lei 21.147/14.

“A instituição da comissão é fundamental para acompanhar e monitorar a execução do Plano Estadual para o Desenvolvimento Sustentável desses povos no Estado”, disse Glenio Martins.

Pela lei, povos e comunidades tradicionais são os grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais e possuem formas próprias de organização social, ocupando territórios e utilizando recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica e aplicando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Hoje, em Minas Gerais, já são reconhecidas 17 comunidades e povos tradicionais: apanhadores de flores sempre viva, artesãos do barro e tecelãs, catingueiros, ciganos, congadeiros, extrativistas, faiscadores, garimpeiros, geraizeiros, indígenas, pescadores artesanais, além de povos de circo, povos de terreiros, quilombolas, ribeirinhos, vazanteiros e veredeiros.

Atribuições

Conforme prevê a legislação, o mandato dos integrantes da CEPCT-MG será de dois anos, renováveis uma vez por igual período. Caberá à Comissão propor as ações necessárias para a articulação, execução e consolidação das políticas relevantes para o desenvolvimento sustentável dos PCTs, estimulando a descentralização da execução dessas ações e a participação da sociedade civil. Sua estrutura será formada pelo Plenário, Secretaria Executiva, Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho e Grupo Técnico e de Assessoramento.

Antes da solenidade houve cortejo de grupos tradicionais liderados pelo grupo Tambolelê e a execução do Hino Nacional em Tupi-Guarani.

Também participaram da cerimônia o secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda, o secretário especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos da Presidência da República, Ronaldo Crispim Sena Barros, Procurador

Chefe da Procuradoria da república em Minas do Ministério Público Federal, Bruno Nominato de Oliveira, o deputado estadual Paulo Lamac, entre outras autoridad *14 de*

14 de outubro de 2015.

Data: 19 de outubro de 2015.

Governo entrega mais de 7 mil itens para agricultores familiares que participam de feiras livres

Banco de Notícias

Barracas, jalecos, caixas plásticas e balanças eletrônicas estão entre os equipamentos que serão repassados a agricultores de vários municípios

O Governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda), pretende entregar, até o final deste ano, 800 barracas, 1.600 jalecos e 4.800 caixas plásticas para cidades que promovem feiras livres com a produção de agricultores familiares. A medida faz parte do Programa de Apoio às Feiras Livres, uma das ações da política de incentivo à Agricultura Familiar.



Para cumprir essa meta, a Seda informou que está em fase final a licitação para compra de 53 “kits-feira”, que serão entregues até dezembro de 2015, somando cerca de 80 distribuídos aos produtores ao longo do ano. Cada kit é composto por 10 barracas, 20 jalecos e 60 caixas plásticas.

Para os próximos anos estão previstos investimentos de mais de R\$ 3 milhões, que beneficiarão agricultores familiares de 320 municípios mineiros. Também será incluída no pacote a entrega de balanças digitais e lixeiras.

Incentivo

O superintendente de Acessos a Mercados e Comercialização da Seda, Lucas Scarascia, destaca que o programa visa dar aos pequenos produtores mais infraestrutura para expor e vender suas mercadorias.

Scarascia ressalta ainda que o incentivo às feiras livres é importante porque são instrumentos que dão autonomia comercial aos agricultores e aumentam a renda.

“São espaços de convivência, de troca de experiência, além de proporcionar segurança alimentar aos consumidores, valorização da produção local e respeito a vocação de cada região”, salienta o superintendente.

Fonte de renda

Até o final de outubro, o Programa de Apoio às Feiras Livres vai somar 25 municípios contemplados. Entre as cidades que já receberam o “Kit-Feira” está Aracanduva, no Vale do Jequitinhonha.

A prefeita Maria Arlete Azevedo diz que o kit serviu para motivar os 25 agricultores familiares que expõem todo sábado na feira livre do município.

A venda de mercadoria na feira livre é a principal fonte de renda das famílias desses agricultores, que não teriam condições de custear equipamentos como barracas, caixas plásticas e jalecos.

Segundo Maria Arlete, o fornecimento dos itens pelo Governo do Estado dá impulso aos produtores e incentiva as famílias a permanecerem no campo.

Dignidade ao feirante

Agricultores familiares de Jaboticatubas, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), também estão na lista dos que já receberam o “kit-feira”.

“As barracas e outros itens dão dignidade aos pequenos agricultores e valorizaram seus produtos”, afirma Luiz Felipe Cunha, diretor executivo da Associação de Educação, Ecologia e Solidariedade Amanu. A entidade reúne 35 agricultores familiares que, duas vezes por mês, participam da feira livre “Raízes do Campo”.

“Essa política de apoio à agricultura familiar vem atender a uma demanda antiga dos movimentos sociais, dos pequenos produtores rurais. É importante para estimular esse produtor, para que ele possa gerar renda e se manter na terra”, conclui Luiz Felipe.

Beneficiados

Além dos produtores familiares de Jaboticatubas e Aracanduva, também estão entre os beneficiados, até o final deste mês, os agricultores dos municípios de Araçuaí, Berilo, Capelinha, Chapada do Norte, José Gonçalves de Minas, Novo Cruzeiro, Francisco Badaró, Turmalina e Veredinha (Vale do Jequitinhonha); Bocaiúva, Coração de Jesus e Monte Azul (Norte de Minas); Bom Sucesso (Centro-Oeste); Brumadinho, Ibirité e São José da Lapa (RMBH); Campo do Meio, Inconfidentes e Santana da Vargem (Sul de Minas); Dolores do Turvo (Zona da Mata); Mesquita (Vale do Aço); Paracatu (Nordeste de Minas); e São João Del Rei (Campo das Vertentes).

Programa

O Programa de Apoio às Feiras Livres vai fornecer o “kit-feira” para 320 municípios em quatro anos. No total, serão investidos R\$ 3 milhões neste período. A intenção do Estado é ampliar a venda dos agricultores familiares, contribuindo para a consolidação de assentamentos agrários e para o estímulo à plantação de produtos orgânicos.

19 de outubro de 2015.

Data: 21 de outubro de 2015.

Agricultura familiar participa pela primeira vez da Superminas

Banco de Notícias

Cooperativas recebem apoio do Governo de Minas Gerais para apresentarem produtos da agroecologia na segunda maior feira de supermercadistas e panificadores do país

Acostumadas a fornecerem produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, cooperativas e associações mineiras têm, pela primeira vez, espaço garantido na Supeminas 2015 para negociarem a produção. Graças ao apoio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, as cooperativas de agricultura familiar expõem uma variedade itens da agroecologia que ainda faltam nas gôndolas de supermercados e padarias do país.



É a primeira vez que a Seda participa do encontro, considerado o segundo maior e o mais completo evento do varejo alimentício nacional. “Nossa expectativa é conseguir colocar os



produtos da agricultura familiar no mercado convencional”, diz Adriana Rocha, da Copabase. Com sede na região de Arinos, no Noroeste mineiro, a Cooperativa de Agricultura Familiar Sustentável com Base na Economia Solidária é formada por cerca de 170 agricultores familiares.

A cooperativa trouxe para a Superminas castanha de baru, óleo de pequi, mel, açúcar mascavo, polpa de frutas do cerrado (mangaba, cagaita, araticum, coquinho azedo), tudo com registro do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).

“Atualmente, nossa venda está direcionada para os mercados institucionais, feiras e comércio local. Nossa participação na Superminas é uma oportunidade de ampliar esse mercado”, completa Adriana Rocha.

Para agregar valor aos produtos da agricultura familiar, a Copabase atua em parceria com a Central Veredas, associação de artesãos que produzem embalagens personalizadas para acondicionar a farinha de mandioca, o mel ou o óleo de pequi elaborados pela cooperativa. O preço das embalagens varia de R\$ 23 a R\$ 230 (kit com os produtos).

“É a primeira vez que participamos da Superminas e espero sair da feira com propostas de negócios”, afirma a representante da Central Veredas, Monique Barbosa.

Apoio importante

Outra cooperativa de agricultura familiar que também recebeu apoio do Governo de Minas Gerais foi a Coofeliz, cujo carro chefe é a produção e beneficiamento de café. Este ano, a cooperativa da região de Espera Feliz, na Zona da Mata, recebeu o Prêmio BNDES de Boas Práticas em Economia Solidária.

“O apoio do Governo de Minas Gerais é muito importante para que a gente tenha condições de apresentar o café da Serra do Caparaó para as redes de supermercados”, ressalta Ana Caroline Amorim, da Coofeliz.

O secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Glenio Martins, visitou o estande da Seda na Superminas e comentou a participação das cooperativas na feira.

“Nosso estande não é apenas um espaço institucional do Governo de Minas Gerais. Estamos aqui para apoiar e promover os produtos da agricultura familiar, a agroecologia e a alimentação saudável e nutritiva”, diz Martins.

A Superminas, que começou ontem e vai até esta quinta-feira (22/10), no Expominas, em Belo Horizonte, é uma realização conjunta da Associação Mineira de Supermercados (AMIS) e do Sindicato e Associação Mineira da Indústria da Panificação (Amipão). O Governo de Minas Gerais é um dos patrocinadores do evento por meio da Gasmig.

21 de outubro de 2015.

Data: 29 de outubro de 2015.

Encontro em MG discute impacto da seca na Agricultura Familiar

Banco de Notícias

4º Fórum dos Secretários de Estado Responsáveis pelas Políticas de Apoio à Agricultura Familiar do Nordeste e de Minas Gerais

Um dos desafios do 4º Fórum dos Secretários de Estado Responsáveis pelas Políticas de Apoio à Agricultura Familiar do Nordeste e de Minas Gerais é propor ações para o convívio com a seca na região do semiárido. Devido à estiagem, 121 municípios já decretaram estado de emergência, apenas em Minas Gerais. No Rio Grande do Norte, dos 167 municípios, 155 estão em situação de emergência, causando prejuízo de cerca de R\$ 5 bilhões para a economia do Estado.



“Estamos reunidos para debater políticas de otimização dos recursos hídricos para a expansão e o fortalecimento da Agricultura Familiar”, disse o secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Glenio Martins, anfitrião do encontro, durante a abertura do Fórum, realizada nesta quinta-feira, em Belo Horizonte. Dos nove secretários de Estado do Nordeste, seis participam do Fórum: Bahia, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão e os demais estados mandaram representantes: Alagoas, Pernambuco e Piauí. A reunião se encerra amanhã (30/10).

Além da presença dos secretários de Estado, a abertura do evento contou com a participação do ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, do representante no Brasil do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Manoel Otero, e do gerente de Programas do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o italiano Paolo Silveri.

Para o ministro Patrus Ananias, o Fórum é uma oportunidade de potencializar as estratégias para a agricultura familiar. “Vivemos em um momento de travessia, com

dificuldades, e o trabalho conjunto é fundamental para que os recursos se multipliquem”, disse o ministro.

Já o secretário de Estado de Desenvolvimento Rural da Bahia, Jerônimo Souza, defendeu a criação de um sistema nacional de desenvolvimento rural para o fortalecimento da Agricultura Familiar. “Isso é fundamental para avançarmos nas políticas públicas, disse Souza.

Fórum

Criado em março de 2015, em Fortaleza, com o objetivo de se tornar um espaço permanente de reflexão e articulação política e técnica da agricultura familiar da região do semiárido brasileiro, o fórum tem como tema política de recursos hídricos, uma questão que extrapola os limites do semiárido, sendo uma componente estratégica das dinâmicas de desenvolvimento sustentável da região.

Durante os dois dias de Fórum, estão previstas palestras de especialistas, como Gertjan Beekman (IICA), Ricardo Medeiros (Agência Nacional de Água), Henrique Veiga (Ministério do Meio Ambiente) e Irani Braga Ramos (Ministério da Integração Nacional).

O secretário de Estado de Planejamento e Gestão, Helvécio Magalhães, fara uma exposição sobre a “Experiência do Estado de Minas Gerais”.

29 de outubro de 2015.

Data: 30 de outubro de 2015.

MG e Nordeste querem mais recursos do Sistema S para o Semiárido

Banco de Notícias

Proposta consta na “Carta de Belo Horizonte” aprovada no 4º Fórum dos Secretários de Estado Responsáveis pelas Políticas de apoio à Agricultura Familiar

Os secretários de Estado responsáveis pelas políticas de desenvolvimento agrário do Nordeste e de Minas Gerais vão reivindicar, junto ao governo federal, mudanças na legislação para garantir mais renda para a Agricultura Familiar do semiárido. A ideia é que os recursos compulsórios arrecadados pelo Sistema S (Sesi, Senai, Senat, Senar, Sesc, entre outros), principalmente os de base previdenciária oriundos da comercialização da produção da agricultura familiar, sejam melhor aplicados, sobretudo para potencializar a produção por meio de política nacional de assistência técnica rural.



Foto: Manuela Cavadas

A medida integra um conjunto de propostas que constam na “Carta de Belo Horizonte”, aprovada nesta sexta-feira (30), no encerramento do 4º Fórum dos Secretários de Estado Responsáveis pelas Políticas de apoio à Agricultura Familiar do Nordeste e de Minas Gerais. O documento propõe ações para o fortalecimento institucional do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para garantir as conquistas do setor nos últimos anos e uma melhor gestão dos recursos hídricos, tema central do encontro.

“A Carta apresenta propostas e cobra uma atuação mais efetiva do governo federal, sobretudo na questão dos impactos dos recursos hídricos na Agricultura Familiar”, disse o secretário-executivo do Fórum, Eugênio Peixoto. Segundo ele, os dez secretários de Estado que compõem o Fórum irão solicitar uma audiência pública em Brasília com o ministro-chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, para tratar das prioridades na questão dos recursos hídricos.

Assinaram o documento os secretários de Estado Adelmo Soares (Agricultura Familiar do Maranhão), Dedé Teixeira (Desenvolvimento Agrário do Ceará), Esmeraldo Leal

(Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca de Sergipe), Glenio Martins (Desenvolvimento Agrário do Estado de Minas Gerais), Lenildo Moraes (Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido da Paraíba), Raimundo Costa (Assuntos Fundiários e Apoio a Reforma Agrária do Rio Grande do Norte), além dos representantes da Secretarias de Alagoas (Álvaro Machado), Piauí (Adalberto Pereira) e Pernambuco (José Cláudio).

Como a coordenação do Fórum é compartilhada, o coordenador do próximo encontro será o Secretário de Estado de Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca de Sergipe, Esmeraldo Leal.

“Acredito que avançamos muito com a troca de experiências e discussões em torno de projetos que buscam superar a crise hídrica, que impacta a agricultura familiar do semiárido brasileiro”, disse Leal. O próximo encontro será em fevereiro de 2016, em Aracaju.

Confira abaixo a íntegra da Carta de Belo Horizonte

Fórum Regional dos Secretários de Estado ligados à Agricultura Familiar da Região Nordeste + Minas Gerais

Belo Horizonte (MG), 29 e 30 de outubro de 2015

Os secretários responsáveis pelas políticas de desenvolvimento agrário componentes do Fórum, dando sequência à agenda estabelecida para o ano de 2015, focaram esforços na construção de agenda comum para a superação da crise hídrica, além de pautar a ação setorial e regional em face da conjuntura política.

Apontou-se a necessidade de aprofundamento na defesa da centralidade política do MDA na preservação dos interesses da agricultura familiar, em face das constantes ofensivas de atuação do setor patronal, ameaçando a coesão e a evolução do patrimônio político, social e econômico consolidado ao longo do último período.

Nesse sentido propõem:

- A consolidação e fortalecimento da ANATER como instrumento de organização do Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural;
- O documento elaborado pelo GT-Ater será encaminhado para subsidiar a discussão nas etapas da Conferência de Ater;
- A agregação das competências e estrutura da Pesca Artesanal e Aquicultura ao MDA como forma de fortalecimento e diversificação da carteira de ações programáticas para desenvolvimento da agricultura familiar, tendo em vista a extinção do MPA;
- A consolidação da gestão das políticas de apoio às comunidades tradicionais num só Ministério;

- A construção conjunta, numa parceria do Fórum com o MDA, garantindo a participação efetiva da sociedade civil, de uma proposta de fortalecimento da Agricultura Familiar no Semiárido;
- A adequação normativa para uma melhor distribuição dos recursos compulsórios arrecadados pelo Sistema S, principalmente os de base previdenciária oriundos da comercialização da produção da agricultura familiar, inclusive como forma de potencializar a receita para a política nacional de ATER.

No tema dos recursos hídricos, por sua complexidade, e considerando as análises sobre a crise hídrica prolongada apresentada por diversos especialistas, cujas séries históricas apontam um agravamento do quadro de escassez para o ambiente semiárido, optou-se pela criação de um grupo de trabalho permanente (GT-Água), com apoio da cooperação internacional que possa consorciar a matriz de governança interestadual do Fórum com esforços federais de Ministérios como Integração, Desenvolvimento Agrário, Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Cidades além de iniciativas não-governamentais, estando o grupo de trabalho incumbido desde já das seguintes tarefas:

- Aprofundamento da temática dos recursos hídricos, especialmente no eixo da “produção de água nova”, por sua pertinência radicada na atuação produtiva humana em especial a agricultura, tendo em vista a imensa capacidade de recarga hídrica dos mananciais contidos nas terras utilizadas pela agricultura familiar, através da revitalização de bacias hidrográficas.
- Propor e desenvolver uma política setorial de oferta de recursos hídricos para a agricultura familiar, em especial no Semiárido, adequando os instrumentos de política existentes às demandas e potencialidades das famílias, e adequando a construção de infraestrutura em seus diferentes níveis com as tecnologias sociais de convivência;
- Prospectar e aprofundar possibilidades de recursos para atuação interestadual de recuperação e uso sustentável de biomas do semiárido através de Fundos, Agências de Cooperação e outros;

A temática da Regularização Fundiária, por sua função lastreadora de políticas complementares do desenvolvimento produtivo, como o crédito, apresentou recorrência nos debates, devendo ser aprofundada na próxima reunião do Fórum em Sergipe, cujo tema será Acesso a Terra. Reforça-se o indicativo de garantir ampla participação dos órgãos afins tanto federais e estaduais.

Secretaria de Estado da Agricultura Familiar do Maranhão

Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Piauí

Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará

Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Apoio a Reforma Agrária do Rio Grande do Norte

Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido da Paraíba

Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária de Pernambuco

Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura de Alagoas

Secretaria de Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca de Sergipe

Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia

Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado de Minas Gerais

30 de outubro de 2015.

Data: 5 de novembro de 2015.

Regularização de terras em Minas Gerais ganha reforço da informática

Banco de Notícias



As famílias de trabalhadores rurais que ainda não tem o título de posse da terra vão ganhar um aliado: a tecnologia. Graças ao Sistema de Cadastro de Público da Emater-MG, o processo de recadastramento de cerca de mil famílias de Teófilo Otoni e Poté, no Vale do Mucuri, que demandam pelo título, será informatizado.

“Além de garantir mais segurança, o cadastramento eletrônico vai dar mais agilidade ao processo”, garantiu o secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, durante audiência pública realizada na manhã desta quinta-feira (05), na Câmara Municipal de Teófilo Otoni.



A partir da próxima semana, a equipe da Seda, em parceria com a Emater-MG, realiza mutirão de recadastramento em Teófilo Otoni e Poté para atender mais de mil famílias, que há anos estão a espera de atendimento para análise dos processos.

O subsecretário de Acesso à Terra e Regularização Fundiária, Danilo Araújo, ao fazer a apresentação do programa de retomada da regularização fundiária rural no Estado, explicou a dinâmica do recadastramento. Após a análise da documentação, o cadastro será feito por meio eletrônico. O trabalhador ou trabalhadora rural recebe uma cópia impressa do cadastro e a documentação ficará arquivada na Seda.

“Nossa previsão é realizar ainda neste ano o recadastramento em Minas Novas, Araçuaí, Itaobim, Almenara, Joáima, Porteirinha, Monte Azul e Montes Claros” disse Araújo.

Transparência

O vereador Daniel Sucupira, autor do requerimento para audiência pública, elogiou a forma com que o Governo de Minas Gerais vem tratando o segmento dos trabalhadores rurais.

“Essa audiência pública mostra que, ao contrário do passado, o processo de regularização fundiária no Estado passará a ter transparência, porque está sendo discutido junto com o povo”, disse.

De acordo com diagnóstico do Governo de Minas Gerais, ao todo há mais de 53 mil famílias com demandas sobre a titulação de posse da terra. Desse total, cerca de 16 mil processos estavam parados. O restante, mais de 37 mil processos, são de famílias já cadastradas.

O secretário Glenio Martins lembrou que o programa foi retomado pelo Governo Pimentel, que já emitiu cerca de 50 títulos que irão beneficiar famílias de trabalhadores rurais de Frei Gaspar, cidade vizinha a Teófilo Otoni.

“É uma honra poder retomar com uma política pública que há anos foi esquecida pelos governos anteriores por pura omissão”, disse Glenio Martins.



Participação popular

Durante a cerimônia, representantes de sindicatos de trabalhadores rurais, associações e cooperativas puderam tirar suas dúvidas sobre o processo.

O diretor do polo regional da Federação dos Trabalhadores Rurais de Minas Gerais (Fetaemg-MG), Joaquim Pereira Neto, disse que é fundamental ouvir os pequenos produtores sobre a questão da terra.

“Em parceria com o Estado vamos atender uma demanda histórica da população rural do Estado”, disse o sindicalista.

O trabalhador rural aposentado Sílvio Rodrigues, 79 anos, também participou da audiência pública de forma diferente. Ele cantou e declamou poesia sobre a posse da terra. “Se o campo não planta o homem da cidade não almoça nem janta”, disse.

Também participaram da audiência, o secretário municipal de agropecuária, João Bosco, o gerente regional da Emater-mG, Sandro Rodrigues da Silva, além de representantes de associações quilombolas, sindicatos de trabalhadores rurais, vereadores e demais lideranças políticas da região.

Documentação

Os posseiros interessados em fazer o recadastramento em Teófilo Otoni (9 a 13/11) e Poté (16 a 20/11) deverão comparecer aos locais de atendimento munidos dos documentos pessoais (carteira de identidade, CPF e certidões de nascimento ou casamento) e dos documentos que comprovem a posse (declaração de STTR, Emater, CMDRS e prefeitura; contratos de particulares que versem sobre cessão ou transferência, a qualquer título, do imóvel rural; conta de luz; CCIR; ITR; CAR; cartão de produtor rural – Inscrição Estadual; cadastro perante o IMA, IEF, Igam etc.; recibos ou notas fiscais relativos a insumos utilizados na propriedade; recibos ou notas fiscais relativos negociação de bens ou produtos agrícolas ou animais, dentre outros).

5 de novembro de 2015.

Data: 5 de novembro de 2015 (2).

Trabalhadores rurais têm R\$ 3 milhões aprovados para compra de terras

Banco de Notícias

Famílias de trabalhadores rurais terão acesso a cerca de R\$ 3 milhões para a compra de mais de 276 hectares de terra no pequeno município de Gurinhatã, no Triângulo Mineiro. O crédito fundiário foi aprovado durante reunião do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (Cedraf-MG), presidido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda).



“O Estado não tem medido esforços para acelerar o processo de concessão de crédito fundiário rural”, disse o secretário Glenio Matins. Neste ano, o conselho já aprovou 41 propostas, beneficiando mais de 430 famílias de várias regiões de Minas Gerais, com financiamento de cerca de R\$ 40 milhões para a compra de terras.

Na reunião realizada nesta semana, na Cidade Administrativa de Minas Gerais, o Cedraf-MG aprovou cinco propostas de 36 famílias. No Grupamento Quilombo, localizado na Fazenda Patos Quilombo, 33 famílias poderão receber cerca de R\$ 2, 8 milhões, com as duas propostas aprovadas. Duas famílias de Fervedouro, na Zona da Mata, e uma de Campos Gerais, no Sul de Minas, também tiveram crédito fundiário aprovado.

Como funciona

A ação do conselho faz parte do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que desde 2003 já beneficiou mais de 100 mil famílias em todo o país. Uma das marcas do programa federal é a descentralização das ações, garantindo transparência e o controle social ao processo de concessão do crédito.

O programa foi criado para atender trabalhadores e trabalhadoras rurais sem ou com pouca terra. Após identificação do terreno, o beneficiário procura o sindicato de trabalhadores rurais e de agricultores familiares de sua região para o cadastramento.

As organizações analisam a documentação do “candidato” e da propriedade e depois encaminha a proposta para apreciação no conselho municipal. Aprovado, o processo é remetido para a Diretoria de Crédito Fundiário, vinculada à Subsecretaria de Acesso à Terra e Regularização Fundiária da Seda.

Técnicos da Seda realizam análises e vistorias para verificar a viabilidade técnica, econômica e ambiental da proposta. A Câmara Técnica de Políticas Agrárias e Ambientais aprecia as informações técnicas.

Caso o parecer seja favorável, a proposta é levada para aprovação no Cedraf-MG. É de responsabilidade do Governo de Minas Gerais a aprovação e encaminhamento para o agente bancário que irá concretizar o contrato de financiamento.

5 de novembro de 2015.

Data: 6 de novembro de 2015.

Audiência Pública em Poté debate regularização de terras rurais

Banco de Notícias

Famílias de trabalhadores rurais de Poté, no Vale do Mucuri, participaram de audiência pública nesta sexta-feira (06) para debater a retomada do programa de regularização fundiária rural, paralisada há anos.



De 16 a 20 deste mês, a equipe da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda), em parceria com a Emater-MG, realizará um mutirão de recadastramento em Poté para atender mais de 700 famílias, que há anos estão a espera de atendimento para análise dos processos. O local de atendimento será o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o primeiro a ser fundando em Minas Gerais, no início da década de 1960.

Para dar mais agilidade, a Emater-MG vai disponibilizar o Sistema de Cadastro de Público. Além da rapidez, o sistema também vai garantir mais segurança ao processo.

Ao fazer a abertura da audiência pública, o secretário Glenio Martins lembrou que o título de posse de terras devolutas é um direito dos trabalhadores rurais. Ele também ressaltou que o registro do terreno é que vai garantir às famílias acesso às políticas públicas, como crédito rural subsidiado pelo Governo.

“Quem não tem o título e o registro da terra está em desvantagem em relação aos demais agricultores familiares”, alertou Glênio Martins.

A reunião marcou o fim de mais uma audiência pública, etapa que antecede o recadastramento. O objetivo da Seda é dar mais transparência e publicidades às ações do Governo de Minas Gerais. Já foram realizadas reuniões em Chapada do Norte e Teófilo Otoni.

A previsão é realizar ainda neste ano audiência pública em Minas Novas, Araçuaí, Itaobim, Almenara, Joáima, Porteirinha, Monte Azul e Montes Claros.

O prefeito de Poté, Antônio Wilson, destacou a importância da ação. “Não é todo dia que um Secretário de Estado vem até as pequenas cidades para debater as políticas públicas. A presença da Seda é uma demonstração desse novo jeito de governador no Estado”, disse Wilson.

Já o presidente da Câmara Municipal, Antônio Gonçalves Tavares, destacou que o encontro é uma forma de resgatar a dignidade dos trabalhadores rurais. “Esta audiência pública valoriza o povo do campo, responsável pela alimentação da população das cidades”, disse Tavares.

Também participaram da audiência, o gerente regional da Emater-mG, Sandro Rodrigues da Silva, o diretor do polo regional da Federação dos Trabalhadores Rurais de Minas Gerais (Fetaemg-MG), Joaquim Pereira Neto, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Poté, Miguel Silva Cardoso, além de representantes de associações, sindicatos vereadores e demais lideranças políticas da região.

Documentação

Os posseiros interessados em fazer o recadastramento em Teófilo Otoni (9 a 13/11) e Poté (16 a 20/11) deverão comparecer aos locais de atendimento munidos dos documentos pessoais (carteira de identidade, CPF e certidões de nascimento ou casamento) e dos documentos que comprovem a posse (declaração de STTR, Emater, CMDRS e prefeitura; contratos de particulares que versem sobre cessão ou transferência, a qualquer título, do imóvel rural; conta de luz; CCIR; ITR; CAR; cartão de produtor rural – Inscrição Estadual; cadastro perante o IMA, IEF, Igam etc.; recibos ou notas fiscais relativos a insumos utilizados na propriedade; recibos ou notas fiscais relativos negociação de bens ou produtos agrícolas ou animais, dentre outros).

6 de novembro de 2015.

Data: 11 de novembro de 2015.

Agricultura Familiar é referência para Centro-Oeste do Brasil

Banco de Notícias

O trabalho desenvolvido em Minas Gerais para o fortalecimento da Agricultura Familiar pode se tornar referência no Centro-Oeste brasileiro. A convite do governo mato-grossense, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda) foi um dos principais destaques do primeiro dia do workshop “Perfil da Agricultura Familiar de Mato Grosso”, realizado em Cuiabá



A Seda apresentou na tarde de terça-feira (10) o “Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais”, publicação organização pelo Governo do Estado que reúne uma série de indicadores sobre o segmento. Na plateia, gestores públicos e representantes de consórcios intermunicipais, associação dos municípios, movimentos sociais e de federações de trabalhadores rurais.

“O Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais tem sido utilizado como referência em diversos estados da Federação por disponibilizar, em um só documento, diversas informações relevantes a respeito do setor”, disse Lucas Scarascia, superintendente de Acesso a Mercados e Comercialização da Seda. Clique [aqui](#) para ter acesso ao perfil.

Scarascia participou do painel ao lado de técnicos, engenheiros e pesquisadores da Empresa Mato-grossense de pesquisa, assistência e extensão rural (Empaer).

O assistente técnico da Secretaria de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários do Mato Grosso, George de Lima, disse que o Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais, disponibilizado na internet, “impressionou pela qualidade”.

Ele conta que com a expectativa de avanço da agricultura familiar matogrossense surgiu essa necessidade de traçar um perfil para dar subsídio às políticas públicas para saber como aplicar os recursos para ampliar a produção dos agricultores familiares.

“O workshop está sendo realizado com o objetivo de prepararmos a elaboração do perfil. Utilizamos como estratégia para mobilização no evento a participação da Secretaria de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais, estado que é referência em políticas públicas para a agricultura familiar, disse George de Lima.

11 de novembro de 2015.

Data: 12 de novembro de 2015.

Minas Novas recebe Governo do Estado para debater retomada da regularização de terras rurais

Banco de Notícias



Município com o maior número de demandas por regularização de terras devolutas no Estado, Minas Novas (Alto Jequitinhonha) sediou, nesta quinta-feira (12), mais uma audiência pública para debater a retomada do programa estadual de regularização fundiária rural.

De acordo com diagnóstico feito pelo Governo de Minas Gerais, mais de 4.700 processos de regularização fundiária de trabalhadores e trabalhadoras rurais da cidade estavam parados a espera de análise.



Para reduzir o passivo, uma equipe da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, em parceria com a Emater-MG, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Prefeitura Municipal, estará em Minas Novas de 16 a 27 deste mês para realizar o recadastramento das famílias.

Para dar mais agilidade ao processo, a Emater-MG vai disponibilizar o Sistema de Cadastro de Público. Além da rapidez, o sistema também vai garantir mais segurança ao processo.

“Não vamos medir esforços para reduzir ao máximo a demanda de Minas Novas, para que o maior número de trabalhadores e trabalhadoras rurais seja beneficiado com esta ação do Governo Pimentel”, disse o secretário Glenio Martins, ao presidir a solenidade.

A reunião marcou o fim de mais uma audiência pública, etapa que antecede o recadastramento. O objetivo da Seda é dar mais transparência e publicidades às ações do Governo de Minas Gerais. Já foram realizadas reuniões em Chapada do Norte, Teófilo Otoni e Poté.

A previsão é realizar ainda neste ano audiência pública em Araçuaí, Itaobim, Almenara, Joáima, Porteirinha, Monte Azul e Montes Claros.

A presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Minas Novas, Rosa Rosa Maria Barbosa, elogiou o trabalho da Seda. “Fico muito feliz em ver esse auditório lotado, as pessoas buscando os seus direitos e o Governo de Minas Gerais presente para dar andamento às demandas dos trabalhadores rurais”, disse a sindicalista.



Justiça Social

Segundo o subsecretário de Acesso à Terra e Regularização Fundiária, Danilo Araújo, a região de Minas Novas é a segunda em número de cadastros (9.813), perdendo apenas para a região metropolitana de Belo Horizonte.

“Além de ser um direito, o título de posse é uma questão de justiça social. Dá mais segurança, estimula a agricultura familiar e reduz o êxodo rural”, disse Araújo.



Também participaram da audiência, o prefeito Gilberto Gomes de Souza, a presidente da Câmara Municipal, vereadora Maria Diva Primo Soares, o gerente regional da Emater-MG, Walmar Gonçalves; o representante do Polo Regional da Fetaemg-MG; Eduardo Nascimento, o representante do Poder Judiciário local, Alcides Guedes (Pida), além de representantes de associações, sindicatos, vereadores e demais lideranças políticas da região.

Documentação



Os posseiros interessados em fazer o recadastramento em Minas Novas deverão comparecer à sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) munidos dos documentos pessoais (carteira de identidade, CPF e certidões de nascimento ou casamento) e dos documentos que comprovem a posse (declaração de STTR, Emater, CMDRS e prefeitura; contratos de particulares que versem sobre cessão ou transferência, a qualquer título, do imóvel rural; conta de luz; CCIR; ITR; CAR; cartão de produtor rural – Inscrição Estadual; cadastro perante o IMA, IEF, Igam etc.; recibos ou notas fiscais relativos a insumos utilizados na propriedade; recibos ou notas fiscais relativos negociação de bens ou produtos agrícolas ou animais, dentre outros).

12 de novembro de 2015.

Data: 13 de novembro de 2015.

Governo de Minas Gerais inicia nova etapa do mutirão para regularização de terras rurais devolutas

Banco de Notícias

Na próxima segunda-feira, agricultores rurais dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha terão a oportunidade de dar entrada ao processo para emissão de título de posse de terras devolutas (sem registro). A expectativa é atender cerca de 5.500 famílias dos municípios de Poté, Minas Novas e Araçuaí. A ação é mais uma etapa do processo de retomada do programa estadual de regularização fundiária rural, que estava paralisado há anos no Estado.



“Nossa prioridade é atender as famílias dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha que há anos estão na fila para a regularização fundiária. Sem o título e o registro da terra, o agricultor familiar fica em desvantagem”, disse o secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Glenio Martins. Ele participou nesta sexta-feira (13), em Araçuaí, de mais uma audiência pública para debater a questão do acesso legal à terra. O município tem mais de 200 famílias com o processo de regularização parado.

O cronograma de recadastramento já foi definido. Em Poté e Araçuaí, será realizado de segunda (16) a sexta-feira (20). Já em Minas Novas, município com o maior número de demandas por regularização de terras devolutas no Estado, o trabalho começa dia 16 e termina no dia 27 deste mês.

A ação, coordenada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda), tem a parceria da Emater-MG, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e Prefeitura Municipal. Para dar mais agilidade ao processo, a Emater-MG vai disponibilizar o Sistema de Cadastro de Público, para dar rapidez e garantir mais segurança ao processo.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçuaí, Antônio das Graças Pires, ressaltou durante a audiência pública que as demandas dos trabalhadores rurais “estão sendo atendidas de forma diferente pelo Governo de Minas Gerais”.

“Ao reunir representantes da Assembleia Legislativa, do poder público municipal, dos sindicatos de trabalhadores, o Governo Pimentel demonstra grandeza neste ato, coisa que sempre esperamos dele”, disse Pires.

A reunião marcou o fim de mais uma audiência pública, etapa que antecede o recadastramento. O objetivo da Seda é dar mais transparência e publicidades às ações do Governo de Minas Gerais. Já foram realizadas reuniões em Chapada do Norte, Teófilo Otoni, Poté e Minas Novas. A previsão é realizar ainda neste ano audiência pública em Araçuaí, Itaobim, Almenara, Joáima, Porteirinha, Monte Azul e Montes Claros.

O prefeito de Araçuaí, Armando Paixão, disse que “o recadastramento das famílias é de suma importância para a região”. “O título de posse é uma garantia de que esse agricultor ou agricultora permanecerá produzindo no campo”, disse.

Também participaram da audiência, o presidente da Câmara Municipal, vereador Carlindo Dourado de Souza, o gerente regional da Emater-MG, Thiago Hebert de Souza; o deputado estadual Dr. Jean Freire, o representante do Polo Regional da Fetaemg-MG; Antônio Dias, além de representantes de associações, sindicatos, vereadores e demais lideranças políticas da região.

Documentação

Os posseiros interessados em fazer o recadastramento deverão comparecer aos locais de atendimento munidos dos documentos pessoais (carteira de identidade, CPF e certidões de nascimento ou casamento) e dos documentos que comprovem a posse (declaração de STTR, Emater, CMDRS e prefeitura; contratos de particulares que versem sobre cessão ou transferência, a qualquer título, do imóvel rural; conta de luz; CCIR; ITR; CAR; cartão de produtor rural – Inscrição Estadual; cadastro perante o IMA, IEF, Igam etc.; recibos ou notas fiscais relativos a insumos utilizados na propriedade; recibos ou notas fiscais relativos negociação de bens ou produtos agrícolas ou animais, dentre outros).

Data: 17 de novembro de 2015.

Missão do Governo é resgatar credibilidade do Estado na gestão do programa de regularização fundiária rural

Banco de Notícias



Diante de um público de mais de 150 trabalhadores rurais, o secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Glenio Martins, presidiu nesta terça-feira (17), em Itaobim, mais uma audiência pública para debater a retomada da titulação de terras devolutas no Estado. Apenas neste município do Vale do Jequitinhonha, conhecido com “A Terra da Manga”, cerca de 300 famílias de agricultores estão à espera da análise dos documentos para dar entrada ao pedido do título de posse.

Desde 2011 que o programa está praticamente parado. Diagnóstico do Governo de Minas Gerais aponta que ao todo há mais de 53 mil famílias com demandas sobre a titulação de posse da terra. Desse total, cerca de 16 mil processos estão sendo reanalisados. O

secretário Glenio Martins destacou que muitos dos processos foram encontrados em sacos de lixo.



“Precisamos recuperar a credibilidade do Estado na gestão do programa de regularização fundiária, porque se falarmos em Iter (Instituto de Terras de Minas Gerais, extinto pelo governo passado por motivo de fraudes) ninguém aqui acredita mais”, disse Glenio Martins.

Ele ressaltou que o trabalho de recadastramento das famílias está acontecendo em parceria com instituições que tem credibilidade, como a Emater, a Federação dos Trabalhadores Rurais (Fetaemg), por meio dos Sindicatos dos Trabalhadores, e Ministério Público, além dos governos locais – prefeitura e câmara municipal.

“A realização dessa audiência é justamente para dar mais transparência e publicidade às nossas ações”, completou Martins.

Durante quase duas horas, o subsecretário de Acesso à Terra e Regularização Fundiária, Danilo Araújo, ouviu os questionamentos e respondeu às dúvidas dos posseiros.





Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaobim, Marcelo Pereira de Jesus, o título de posse de terra é uma demanda da categoria. “Ele é fundamental para o desenvolvimento da produção no campo”, disse o líder sindical, ao agradecer o empenho da Seda em retomar o processo.

Já foram realizadas reuniões em Chapada do Norte, Teófilo Otoni, Poté, Minas Novas e Araçuaí. A previsão é realizar ainda neste ano audiência pública em Almenara, Joáima, Porteirinha, Monte Azul e Montes Claros.

Também participaram da audiência em Itaobim, o prefeito José Alves de Oliveira, o presidente da Câmara Municipal, vereador Rivaldávio Nascimento Cardoso, a gerente regional da Emater-MG, Lucianara Guimarães Miranda; a diretora do Polo Regional da Fetaemg-MG, Maria das Graças Pinheiro, o deputado estadual Dr. Jean Freire, o representante dos Fóruns Regionais, vereador Marcus Vinícius, entre outros.



Documentação

O período de recadastramento em Itaobim será de 23 a 27 deste mês. A ação, coordenada pela Seda, terá a parceria da Emater-MG, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e Prefeitura Municipal. Para dar mais agilidade ao processo, a Emater-MG vai disponibilizar o Sistema de Cadastro de Público, para dar rapidez e garantir mais segurança ao processo.

Os posseiros interessados em fazer o recadastramento deverão comparecer aos locais de atendimento munidos dos documentos pessoais (carteira de identidade, CPF e certidões de nascimento ou casamento) e dos documentos que comprovem a posse (declaração de STTR, Emater, CMDRS e prefeitura; contratos de particulares que versem sobre cessão ou transferência, a qualquer título, do imóvel rural; conta de luz; CCIR; ITR; CAR; cartão de produtor rural – Inscrição Estadual; cadastro perante o IMA, IEF, Igam etc.; recibos ou notas fiscais relativos a insumos utilizados na propriedade; recibos ou notas fiscais relativos negociação de bens ou produtos agrícolas ou animais, dentre outros).



17 de novembro de 2015.

Data: 18 de novembro de 2015.

Mutirão de regularização fundiária rural é debatido em Joáima

Banco de Notícia



No próximo dia 23, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário inicia em Joáima, no Vale do Jequitinhonha, mutirão para o recadastramento de famílias que demandam por título de posse de terras devolutas. O trabalho será realizado em parceria com a Emater-MG e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e com o apoio do poder público local. Em Joáima, mais de 100 famílias de posseiros estão à espera da análise dos documentos.



“Além de dar segurança, o título de posse da terra, registrado em cartório, também permite ao agricultor familiar o acesso a várias políticas públicas”, disse o secretário Glenio Martins.

Acompanhado do subsecretário de Acesso à Terra e Regularização Fundiária, Danilo Araújo, ele participou de audiência pública em Joáima para debater a retomada do programa estadual de regularização fundiária rural. Desde 2011 que o programa está praticamente parado.

A realização das audiências públicas é para dar mais transparência e publicidade às ações do Governo de Minas Gerais. A de Joáima marcou o fim de mais uma etapa de preparação para o início do mutirão de recadastramento em municípios do Vale do Jequitinhonha.

Já foram realizadas reuniões em Chapada do Norte, Teófilo Otoni, Poté, Minas Novas e Araçuaí. A previsão é realizar ainda neste ano audiência pública em Porteirinha, Monte Azul, Montes Claros e Almenara.

Também participaram da audiência em Joáima, o vice-prefeito Aristeu Cremosão, representando o prefeito de Joáima, Donizete Lemos; o presidente da Câmara Municipal, Sanclair de Oliveira Pinheiro (Irmãozinmho); a gerente regional da Emater-MG, Lucianara Guimarães Miranda; a diretora do Pólo Regional da Fetaemg-MG; Maria das Graças Pinheiro; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Joáima; Eliezer Furtado da Silva; o secretário executivo do Território Médio-Baixo Jequitinhonha, Dalmo Gonçalves, entre outros.

Documentação

O período de recadastramento em Joáima será de 23 a 27 deste mês. A ação, coordenada pela Seda, terá a parceria da Emater-MG, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e Prefeitura Municipal. Para dar mais agilidade ao processo, a Emater-MG vai disponibilizar o Sistema de Cadastro de Público, para dar rapidez e garantir mais segurança ao processo.

Os posseiros interessados em fazer o recadastramento deverão comparecer aos locais de atendimento munidos dos documentos pessoais (carteira de identidade, CPF e certidões de nascimento ou casamento) e dos documentos que comprovem a posse (declaração de STTR, Emater, CMDRS e prefeitura; contratos de particulares que versem sobre cessão ou transferência, a qualquer título, do imóvel rural; conta de luz; CCIR; ITR; CAR; cartão de produtor rural – Inscrição Estadual; cadastro perante o IMA, IEF, Igam etc.; recibos ou notas fiscais relativos a insumos utilizados na propriedade; recibos ou notas fiscais relativos negociação de bens ou produtos agrícolas ou animais, dentre outros).

18 de novembro de 2015.

Data: 20 de novembro de 2015.

Assentados da Reforma Agrária se reúnem na RMBH

Banco de Notícias



O secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Glenio Martins, participou nesta sexta-feira (20), em Jaboticatubas, na região metropolitana de Belo Horizonte, da abertura

oficial do I Encontro Estadual dos Assentados do Movimento dos Sem Terra de Minas Gerais. Durante dois dias (21 e 22), cerca de 200 trabalhadores rurais, de 22 assentamentos de várias partes do Estado, vão debater ações para o desenvolvimento da produção nestas áreas.

Ao saldar os participantes do encontro, Glenio Martins ressaltou que a produção da reforma agrária está inserida nas principais cadeias produtivas de Minas Gerais, como a de leite, de café e de cana-de-açúcar.

“Estamos diante de um dos movimentos sociais mais importantes do Brasil e da América Latina. É fundamental que o Estado amplie o diálogo com os trabalhadores rurais sem terra”, disse Martins.

A coordenadora do setor de produção do MST da Zona da Mata, Maíra Santiago, afirma que é preciso melhorar a infraestrutura nos assentamentos para ampliar a produção de alimentos. “Tem assentamentos de mais de 10 anos de existência que ainda não possuem estrada, falta água e moradia”, explica.

Paulo Sérgio Barbosa Oliveira é do assentamento Aroeda, o mais antigo do MST em Minas Gerais. Localizado em Novo Cruzeiro, no Vale do Jequitinhonha, o assentamento foi criado em 1988 e abriga hoje mais de 60 famílias. “Lá nós produzimos feijão, leite, cachaça e farinha. Nossa esperança é de melhor cada vez mais”, disse Oliveira.

O evento é resultado de convênio celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

20 de novembro de 2015.

Data: 25 de novembro de 2015.

Agricultura Familiar é tema de fórum internacional sobre desenvolvimento territorial

Banco de Notícias



Secretaria de Desenvolvimento Agrário representa Minas Gerais no encontro, em Salvador

O secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Glenio Martins, participa nesta terça-feira (24), em Salvador (BA), do X Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial, um dos mais importantes eventos sobre o tema de toda a América Latina.

A valorização da Agricultura Familiar é um dos enfoques centrais do encontro, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

Para Glenio Martins, com os avanços nas políticas públicas voltadas para produção familiar no campo, ficou cada vez mais relevante promover o lugar onde a agricultura familiar se desenvolve.

“Temos que valorizar o território rural não só dentro da perspectiva econômica e produtiva, mas levando em conta os aspectos culturais, ambientais e sociais. Temos que transformar o ambiente rural em um lugar de vida e cidadania”, disse o secretário.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do IBGE, mostra que nos últimos 12 anos a miséria no campo vem sendo superada. De 2002 a 2014, a queda da extrema pobreza foi de 65,2% na área rural.

“Os números demonstram a importância das iniciativas do governo federal, que vem garantido a essa parcela da população acesso à crédito, insumos, assistência técnica e a ampliação do mercado”, completa Martins.

O X Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial acontece até o próximo dia 28. São esperados no evento atores sociais e representantes das organizações territoriais, gestores públicos, movimentos sociais, acadêmicos e entidades de fomento do Brasil e de outros países latino-americanos e europeus.

25 de novembro de 2015.

Data: 26 de novembro de 2015.

Relatório da Gastronomia Mineira recebe iniciativas para o catálogo 2015

Banco de Notícias



A Frente da Gastronomia Mineira abriu chamada pública para receber trabalhos acadêmicos, científicos ou jornalísticos que tenham como tema a gastronomia mineira. Os trabalhos escolhidos irão compor o Relatório da Gastronomia Mineira 2015.

A publicação terá práticas e trabalhos sobre a culinária regional, o aproveitamento de alimentos, segurança alimentar e nutricional, entre outros temas. Os trabalhos podem ser enviados até 15 de dezembro para o e-mail frentesececexec@yahoo.com.br.

[Clique aqui e saiba mais.](#)

O Superintendente de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais, Leonardo Koury, explicou que “a expectativa é ter um catálogo das atividades que interagem com o desenvolvimento da gastronomia, o resgate da agricultura familiar na culinária entre outras práticas que contribuam com uma alimentação saudável e sustentável”.

A premiação e publicação do Relatório acontecem em janeiro de 2016. Mais informações pelo e-mail frentesecexec@yahoo.com.br.

Frente da Gastronomia Mineira – Criada há um ano, a Frente da Gastronomia Mineira é formada por profissionais e instituições ligadas aos diversos setores da gastronomia para desenvolver, em conjunto e voluntariamente, ideias e atividades que promovam a gastronomia de Minas Gerais.

Participam movimentos como o Slow Food, a Articulação Mineira de Agroecologia, o Sindicato de Trabalhadores Rurais, chefes de cozinha, o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais, a Assembleia Legislativa e Governo de Minas Gerais, entre outras pessoas e entidades.

Como instância de articulação, a Frente apoia, defende, estimula as causas da gastronomia e luta para incluir o tema na agenda das políticas públicas formuladas e executadas no estado.

Fonte: Site CAISAN: www.caisan.gov.br

Foto: Senac/MG

26 de novembro de 2015.

Data: 26 de novembro de 2015 (2).

Programa incentiva pequenos agricultores a gerarem energia eólica e solar

Banco de Notícias

Acordo insere equipamentos de geração no programa Mais Alimentos; Produtores terão crédito diferenciado.

A partir de hoje, pequenos produtores de agricultura familiar e assentados da reforma agrária podem financiar os equipamentos para produção de energia eólica e solar pelo programa Mais Alimentos, uma linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para dar subsídios a infraestrutura produtiva.

A assinatura do termo de cooperação foi feita nesta quarta-feira (25), em Brasília, entre a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário. As energias solar e eólica estão inseridas nas chamadas fontes de energia renováveis, que representaram no ano passado 41% da matriz energética brasileira.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, celebrou o acordo e lembrou que o Brasil é um país rico em recursos naturais, necessários para o desenvolvimento nacional. “A integração dos equipamentos no Mais Alimentos é mais um avanço na agricultura familiar”, disse o ministro.

Alimentos é mais um avanço na agricultura familiar”, disse o ministro.

Ao adquirir os equipamentos de geração de energia por meio do programa, os agricultores familiares financiam o material com condições de crédito diferenciada do mercado. Para o diretor executivo da Absolar, Rodrigo Sauer, o acordo irá diminuir a principal dificuldade hoje do pequeno consumidor, justamente o investimento inicial nos equipamentos de energia solar fotovoltaica.

“O investimento é quase todo no início, porque a vida útil das placas fotovoltaicas é de 25 anos, com pouca manutenção. Com o acordo, esperamos ter mais geração de energia no campo, trazer produtividade e agregar valor para os pequenos agricultores”, disse.

A presidente executiva da ABEEólica, Elbia Melo, ressalta que uma das principais características da energia eólica, além da produção limpa de energia, é justamente agregar valor e gerar outra fonte de renda para os estados produtores.

“No Rio Grande do Sul, os parques eólicos continuam produzindo arroz e criando gado, mas agora com a renda extra do arrendamento das máquinas. O efeito multiplicador das energias renováveis vai além do contexto energético, tem o impacto social”, completa. Segundo ainda a presidente executiva, somente a energia eólica gerou 40 mil postos de trabalho relacionados a produção dos equipamentos, manutenção e seu funcionamento.

Fonte: Portal Brasil: www.brasil.gov.br

26 de novembro de 2015.

Data: 28 de novembro de 2015.

Uberlândia recebe caminhão baú para atender Agricultura Familiar

Banco de Notícias



Secretaria de Desenvolvimento Agrária fez a entrega das chaves neste sábado (28) durante encontro com assentados da reforma agrária



“Por causa do caminhão baú vamos conseguir inserir a alface na merenda escolar”, conta a agricultora familiar Flaviana Dias, do acampamento Emiliano Zapata, a 30 quilômetros do centro de Uberlândia. O município polo do Triângulo Mineiro recebeu da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda) neste sábado (28) caminhão baú isotérmico. O

veículo vai transportar a produção da Agricultura Familiar, que abastece escolas, creches, entidades sociais, abrigos, centros de recuperação e casas espíritas.

É a primeira vez que Uberlândia terá um veículo padronizado para atender este segmento da agricultura, beneficiando 290 famílias de 21 assentamentos da reforma agrária.

Segundo Flaviana Dias, o equipamento é fundamental para melhorar a qualidade dos alimentos, já que as hortaliças são perecíveis e precisam se manter frescas. “Hoje a prefeitura não compra nossa alface por causa do problema de logística”, completa a agricultora.



A cerimônia de entrega das chaves do caminhão baú, com capacidade de transportar 4,5 toneladas, foi realizada no assentamento Dom José Mauro, com a presença do secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Glenio Martins, do prefeito de Uberlândia, Gilmar Machado, lideranças políticas e mais de 150 agricultores familiares.





Além de assinar o termo de cessão do veículo, as autoridades entregaram calcário para a melhoria do solo nos assentamentos. O prefeito Gilmar Machado também anunciou a entrega de mata-burros para ajudar no escoamento da produção na zona rural.

Para Machado a entrega do caminhão baú faz parte da política municipal de fortalecimento da agricultura familiar. “Vamos continuar investindo no desenvolvimento agrário”, disse.

O secretário Glenio Martins destacou que, em que pese às dificuldades econômicas, “estamos fazendo esforço para ampliar o crédito na Agricultura Familiar”.

“Nunca na história os recursos federais foram tão bem aplicados para assistência técnica, pesquisa, acesso à terra, aquisição de equipamentos. Vamos trabalhar para cada vez mais profissionalizar o segmento. Esse nosso esforço para produzir e comercializar tem que ser permanente”, disse.



Acesso ampliado

A presidente da Associação do Assentamento Dom José Mauro, Luciene Nogueira, disse que cerca de 700 pessoas da comunidade rural poderão ser beneficiadas com o veículo. Das 200 famílias que ocupam a área de mais de 4 mil hectares, apenas 25 famílias fornecem para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para o PMAE, versão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

“Com o caminhão a tendência é aumentar o número de famílias participantes dos programas, porque vai incentivar a produção e o fornecimento para a prefeitura de Uberlândia. Hoje o frete é muito caro e não compensa”, afirma Luciene Nogueira.



Segundo a Prefeitura de Uberlândia, apenas o programa de alimentação escolar movimentou ano passado quase meio milhão de toneladas de hortifrútiis, beneficiando 136 escolas municipais. São mais de 25 itens que vão de cheio verde a berinjela e maracujá.

No sistema atual, os agricultores familiares descarregam na Central de Abastecimento da Agricultura Familiar (CAAF), que movimenta semanalmente de 35 a 40 toneladas de alimentos. Com o caminhão bau isotérmico será possível agilizar o processo de recebimento e distribuição dos hortifrútiis.



Destaque

Para ter direito ao veículo, um dos critérios é o município participar do PAA e do PNAE. Outro requisito é possuir uma central de recebimento e distribuição. Uberlândia, além de enquadrar nos critérios estabelecidos, possui números expressivos de execução dos programas.

Até setembro deste ano, o município do Triângulo Mineiro já investiu mais de R\$ 1,5 milhão para aquisição de alimentos da Agricultura Familiar.



Do Campo à Mesa

O caminhão baú é fruto de parceria entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Até o próximo ano, a expectativa é que mais 37 caminhões com baú isotérmico sejam cedidos aos municípios polos. O investimento total é de cerca de R\$ 4 milhões.

O contrato com as fabricantes já foi assinado e publicado no Minas Gerais – Diário Oficial do Estado, conforme prevê edital lançado pelo MDS, responsável pelo repasse dos recursos. O objetivo é modernização das centrais de comercialização da Agricultura Familiar e apoio à logística de distribuição.

A iniciativa faz parte do programa estadual Do Campo à Mesa, que tem como um dos objetivos ampliar a participação da Agricultura Familiar nos diferentes mercados consumidores, com ênfase nos mercados institucionais públicos (escolas, hospitais, creches, asilos, entre outros).



Também participaram da solenidade em Uberlândia os vereadores Ismael Costa e Silésio Miranda, o deputado federal Reginaldo Lopes, representando a Câmara dos Deputados, o subsecretário de Acesso à Terra e Regularização Fundiária, Danilo Araújo, secretário municipal de Agropecuária e Abastecimento, Murilo Ferreira, o diretor técnico da Emater-MG, João D'angelis, os membros do Fórum da Reforma Agrária, Robinson Guedes (Bob) e Creiciane Wellingta.



28 de novembro de 2015.

Data: 29 de novembro de 2015.

Norte de Minas recebe audiência pública para debater a regularização de terras devolutas no meio rural

Banco de Notícias



O Governo de Minas Gerais inicia nova fase de audiências públicas para debater a retomada do programa de regularização fundiária rural, sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda). No Norte de Minas, as reuniões serão realizadas nesta semana em Porteirinha (01/12), Serranópolis de Minas (01/12), Monte Azul (2/12) e Montes Claros (3/12), onde há cerca de 2.300 processos paralisados desde 2011.

A audiência pública antecede o recadastramento das famílias, etapa em que os agricultores rurais do Norte de Minas terão a oportunidade de dar entrada ao processo para emissão de título de posse de terras devolutas (sem registro).

De acordo com o secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Glenio Martins, o trabalho de recadastramento das famílias está acontecendo em parceria com instituições que tem credibilidade, como a Emater, a Federação dos Trabalhadores Rurais (Fetaemg), por meio dos Sindicatos dos Trabalhadores, e Ministério Público, além dos governos locais – prefeitura e câmara municipal.

“A realização de audiências públicas é justamente para dar mais transparência e publicidade às nossas ações”, afirmou o secretário.

“Precisamos recuperar a credibilidade do Estado na gestão do programa de regularização fundiária, porque se falarmos em Iter (Instituto de Terras de Minas Gerais, extinto pelo governo passado por motivo de fraudes) ninguém aqui acredita mais”, completou Glenio Martins.

Em novembro, foram realizadas audiências públicas em Teófilo Otoni, Poté, Araçuaí, Minas Novas, Itaobim e Joáima.

29 de novembro de 2015.

Data: 1 de dezembro de 2015.

Porteirinha e Serranópolis de Minas debatem regularização fundiária

Banco de Notícias



Os municípios de Porteirinha e Serranópolis de Minas receberam, nesta terça-feira (1º), a visita do secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Glenio Martins. Acompanhado de autoridades locais, ele participou de audiências públicas para debater a retomada do programa de regularização fundiária rural, sob a responsabilidade da Seda.

Ao lado do subsecretário de Acesso à Terra e Regularização Fundiária, Danilo Araújo, Glenio Martins explicou aos posseiros a ação do Governo de Minas Gerais. Ele lembrou que as audiências públicas antecedem o recadastramento das famílias e servem para dar mais transparência ao processo.

“Sem o título de posse e o registro, o agricultor familiar fica em desvantagem pois não pode acessar as políticas públicas e ampliar a renda”, completou Glenio Martins, ao falar dos benefícios de quem tem a situação regularizada.



Pela manhã, a reunião foi realizada em Porteirinha, no Centro Cultural Anísio Santos. O município tem mais de 700 famílias com demandas para a regularização das terras devolutas.

Para o prefeito de Porteirinha, Silvanei Batista Santos, a Seda cumpre “uma valiosa missão”, ao possibilitar aos trabalhadores rurais de buscarem seus direitos.

“O título da posse é muito importante e vamos dar todo o apoio para que as famílias da área rural sejam atendidas”, disse o prefeito.

Parcerias

Em Serranópolis de Minas, a audiência pública foi realizada na Câmara Municipal. No município, a estimativa é que mais de 100 famílias vão dar entrada ao processo para emissão de título de posse de terras devolutas (sem registro).



O secretário Glenio Martins destacou durante o encontro que o trabalho de recadastramento das famílias está acontecendo em parceria com instituições que tem credibilidade, como a Emater, a Federação dos Trabalhadores Rurais (Fetaemg), por meio dos Sindicatos dos Trabalhadores, e Ministério Público, além dos governos locais – prefeitura e câmara municipal.

“São mais de 16 mil processos que estavam parados há quatro anos. Não vamos medir esforços para zerar este passivo”, afirmou Martins.

Mês passado, a Seda realizou audiências públicas em Teófilo Otoni, Poté, Araçuaí, Minas Novas, Itaobim e Joáima. Nesta quarta-feira, a equipe da Seda estará em Monte Azul e, na próxima quinta-feira, em Montes Claros.

1 de dezembro de 2015.

Data: 2 de dezembro de 2015.

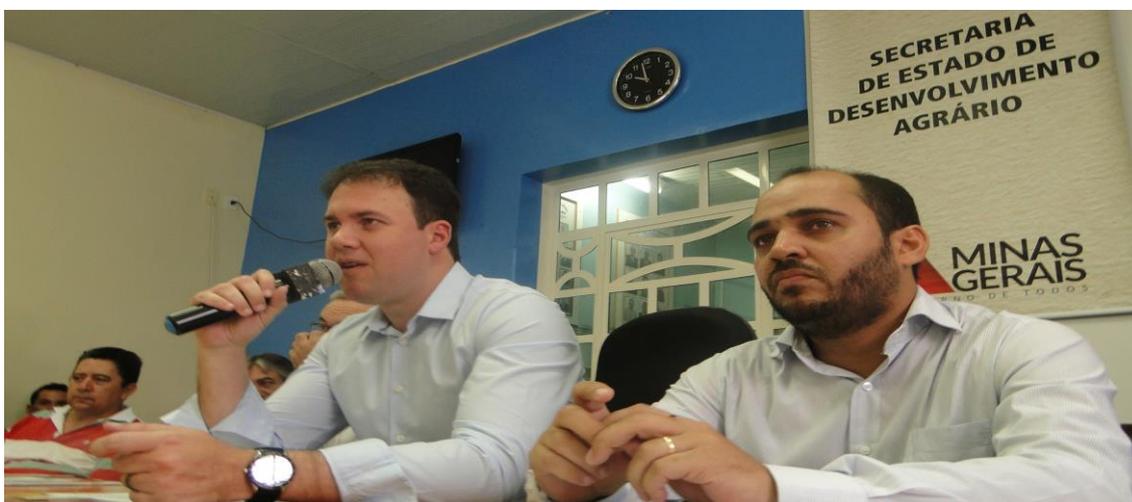
Governo de Minas Gerais realiza audiência pública em Monte Azul

Banco de Notícias



Município do Norte de Minas receberá mutirão para recadastramento das famílias que há anos aguardam a emissão do título de posse de terras devolutas

Com o maior número de demandas por regularização fundiária na região de Serra Geral, no Norte de Minas, Monte Azul recebeu nesta quarta-feira (2) a visita do secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Glenio Martins. Acompanhado do subsecretário de Acesso à Terra e Regularização Fundiária, Danilo Araújo, ele participou de audiência pública na Câmara Municipal para debater a retomada do programa de regularização fundiária rural, sob a responsabilidade da Seda.



Com 770 pedidos parados, os agricultores familiares de Monte Azul são os que mais demandam pelo serviço nesta etapa de audiências públicas no Norte de Minas. “O título de posse da terra é muito importante para o fortalecimento da agricultura família da região”, disse Glenio Martins.

De acordo com o subsecretário Danilo Araújo, o mutirão para recadastramento das famílias começa no próximo dia 14. Ele ressaltou o trabalho em parceria para a realização da ação.

“Estamos trabalhando em conjunto com instituições que tem credibilidade, como a Emater, a Federação dos Trabalhadores Rurais (Fetaemg), por meio dos Sindicatos dos Trabalhadores, e Ministério Público, além dos governos locais”, disse Araújo.



Para o prefeito de Monte Azul, José Edvaldo Antunes de Souza, a ação da Seda é muito importante para que a Agricultura Familiar avance na região. “Somos um município de gente simples e trabalhadora. Precisamos do apoio do Governo de Minas Gerais para ajudar no nosso desenvolvimento”, afirmou.



O vice-prefeito Antônio Idalino, representando a categoria dos agricultores familiares, ressaltou o papel da Seda para o fortalecimento do segmento. “Estamos passando por um momento de extrema dificuldade. Esperamos que a nova Secretaria possa somar esforços para alavancar nossa economia”, disse.

2 de dezembro de 2015.

Data: 3 de dezembro de 2015.

Reunião em Montes Claros encerra ciclo de audiências públicas sobre regularização fundiária no Norte de Minas

Banco de Notícias



Municípios da região receberão na próxima semana mutirão para recadastramento das famílias que há anos aguardam a emissão do título de posse de terras devolutas



Montes Claros recebeu nesta quinta-feira (3) audiência pública para debater a retomada do programa de regularização fundiária rural, sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda).

A reunião, realizada na Câmara dos Vereadores, marcou o encerramento do ciclo de audiências públicas no Norte de Minas, onde há cerca de 2.300 processos paralisados desde 2011.

Além de Montes Claros, os municípios de Porteirinha (01/12), Serranópolis de Minas (01/12) e Monte Azul (2/12) também receberam a visita do secretário Glenio Martins e do subsecretário de Acesso à Terra e Regularização Fundiária Rural, Danilo Araújo.



A audiência pública antecede o recadastramento das famílias, etapa em que os agricultores rurais do Norte de Minas terão a oportunidade de dar entrada ao processo para emissão de título de posse de terras devolutas (sem registro).

O secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário considerou que o trabalho no Norte de Minas foi produtivo. “Acho que o balanço foi positivo, porque a audiência pública é a oportunidade que os agricultores familiares têm para tirar suas dúvidas em relação ao programa”, disse Glenio Martins.



Compromisso

Para o vereador Eduardo Madureira, autor do requerimento que possibilitou a realização da audiência pública na Câmara Municipal de Montes Claros, a reunião é mais uma demonstração do compromisso do Governo de Minas Gerais com quem mais necessita.

“Várias famílias precisam do título de posse para ter acesso às políticas públicas dos governos federal e estadual”, disse Eduardo Madureira.

Apenas para a merenda escolar, há um mercado de cerca de R\$ 90 milhões que a Agricultura Familiar de Minas Gerais poderá se beneficiar. O volume de recursos refere-se à parcela de, no mínimo, 30% da comercialização reservada à agricultura familiar, dentro do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).



Parceria

Durante a apresentação do programa estadual de regularização fundiária rural, o subsecretário de Acesso à Terra, Danilo Araújo, ressaltou que o trabalho de recadastramento das famílias está acontecendo em parceria com instituições que tem credibilidade, como a Emater, a Federação dos Trabalhadores Rurais (Fetaemg), por meio dos Sindicatos dos Trabalhadores, e Ministério Público, além dos governos locais – prefeitura e câmara municipal.

“Esse trabalho em conjunto é importante para recuperar a credibilidade do Estado na gestão do programa de regularização fundiária, porque se falarmos em Iter (Instituto de Terras de Minas Gerais, extinto pelo governo passado por motivo de fraudes) ninguém aqui acredita mais”, disse Danilo Araújo.

Também participaram da solenidade, o vice-prefeito José Vicente Medeiros, o técnico da Emater-MG, José Arcanjo, a diretora do Polo Regional da Fetaemg, Sandra Rosa, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Robson Damião, entre outros.



Também participaram da solenidade, o presidente da Câmara Municipal Cristiano Henrique Fernandes, o coordenador técnico da Emater-MG, Arquimedes Teixeira, Mazinho da Fetaemg, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Antônio Tolentino, e o Oficial do Cartório de Registros, João Batista.

3 de dezembro de 2015.

Data: 10 de dezembro de 2015.

Governo de Minas Gerais realiza audiência pública em Almenara

Banco de Notícias



Reunião em município do Vale do Jequitinhonha marcou encerramento do ciclo de encontros realizados em 2015 para debater a retomada do programa estadual de regularização fundiária rural.

Com mais de 370 famílias com processos parados, Almenara recebeu nesta quinta-feira (10) a última audiência pública do ano para debater a retomada do programa estadual de regularização fundiária rural. Em menos de quatro meses, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda) realizou 13 encontros em municípios do Norte e dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha. A ação é um dos marcos da retomada do processo de emissão de títulos de terras devolutas, paralisada há quatro anos no Estado.

A audiência pública é a primeira etapa do processo de regularização fundiária rural e antecede o mutirão para recadastramento das famílias. Após o cadastro, é feita a medição, análise jurídica dos documentos e, caso esteja tudo dentro das normas, a emissão do título de posse.

O subsecretário de Acesso à Terra e Regularização Fundiária, Danilo Araújo, reiterou que, ao contrário dos governos anteriores, o processo foi retomado com o apoio de parceiros “que dão credibilidade ao programa”.



Em Almenara, o recadastramento irá acontecer entre os dias 14 e 18 deste mês, no escritório regional da Emater-MG (Rua Tiradentes, 530 – ao lado do mercado), responsável pelo registro das informações no sistema eletrônico .

Além da Emater-MG, também são parceiros a Federação dos Trabalhadores Rurais (Fetaemg), por meio dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Ministério Público, além dos governos locais – prefeitura e câmara municipal.

“Nossa prioridade neste ano foi atender as regiões do Norte de Minas e dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha”. Não vamos medir esforços para garantir este legítimo direito ao acesso à terra”, disse Danilo Araújo.



Diagnóstico realizado pelo Governo de Minas Gerais no início de 2015 aponta que há cerca de 53 mil demandas por regularização fundiária rural no Estado. Deste total, cerca de 16 mil se referem a processos parados e 37 mil famílias já tinham sido cadastradas. Só na região de Almenara a demanda é de cerca de 4 mil processos.



Também participaram da solenidade, o presidente da Associação dos Municípios da Microrregião do Baixo Jequitinhonha (Nova Ambaj), prefeito de Bandeira, Antônio Rodrigues, o diretor de Política Agrária, Agricultura Familiar e Meio Ambiente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Almenara, Hélio Olímpio Gomes, a gerente regional da Emater-MG, Lucianara Guimarães; entre outras autoridades.

10 de dezembro de 2015.

Data: 14 de dezembro de 2015.

Convênios garantem quase R\$ 1 milhão para Agricultura Familiar

Banco de Notícias



Agricultores familiares de várias regiões do Estado terão quase R\$ 1 milhão para investimento na melhoria da produção. O secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Glenio Martins, recebeu nesta segunda-feira (14), em Belo Horizonte, representantes de diversas associações para a formalização do repasse. Os recursos são frutos de convênios de emendas parlamentares de autoria do deputado estadual Rogério Correia.

Os valores variam de R\$ 5mil a R\$ 100 mil e podem ser usados para a aquisição de máquinas e equipamentos, realização de serviços e promoção de eventos.

“Os recursos já foram empenhados e são fundamentais para o fortalecimento da agricultura familiar de Minas Gerais”, disse Glenio Martins, durante a assinatura dos convênios.

Uma das entidades beneficiadas é a Associação Comunitária Santa Cruz, em Bocaiuva, que receberá R\$ 20 mil para a aquisição de equipamentos.

De acordo com presidente da instituição, Maria Saraiva Magalhães, os recursos serão usados para a criação de uma padaria. “Queremos produzir biscoito, pães e bolos para destinar à alimentação escolar por meio do PNAE”, conta ela.

Ao todo, 21 instituições foram beneficiadas com os recursos das emendas parlamentares.

Outras emendas

Em seguida o secretário Glenio Martins recebeu do prefeito de Ouro Fino, Maurício Lemes de Carvalho, para assinar convênio, de autoria do deputado estadual Dalmo Ribeiro, no valor de R\$ 70 mil, para aquisição de máquinas e equipamentos.

A Associação Agrícola Borum, de Felisburgo, também assinou convênio de R\$ 30 mil para a compra de veículo para transporte dos produtos. Os recursos são de emenda parlamentar do deputado estadual Dr. Jean Freire.

14 de dezembro de 2015.

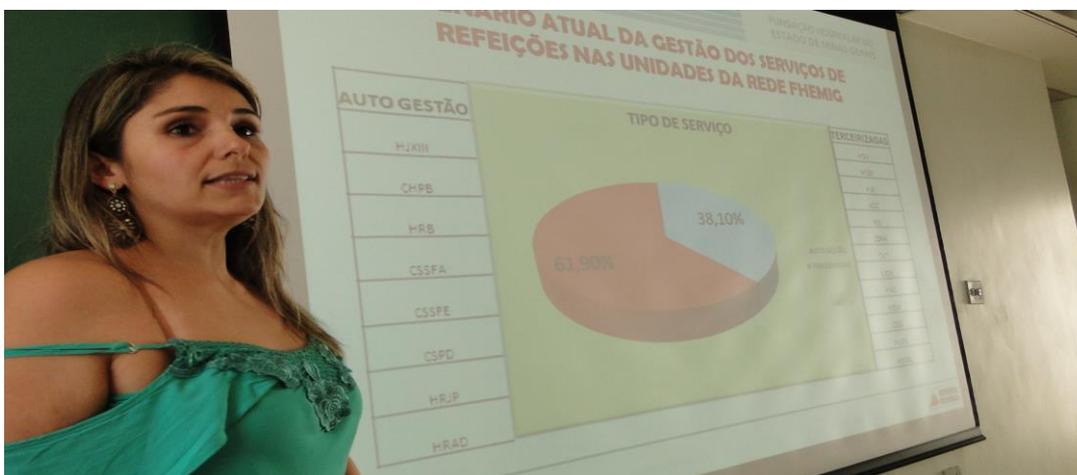
Data: 16 de dezembro de 2015.

Agricultura Familiar conhece demanda de rede de hospitais públicos

Banco de Notícias



Agricultores familiares de diversas regiões do Estado puderam conhecer a demanda da rede de hospitais da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig) por produtos da Agricultura Familiar. Café, feijão, queijo, canjiquinha, legumes frescos, frutas in natura, verduras e hortaliças são exemplos de alimentos que em breve serão adquiridos pela fundação, composta por 20 hospitais públicos, além da Administração Central.



A rodada de aproximação, realizada nesta quarta-feira, em Belo Horizonte, serviu também para que a Fhemig conhecesse a oferta de produtos dos trabalhadores rurais.

A ação faz parte do processo de implantação da Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA Familiar). Pioneira no país, a política determina que, no mínimo, 30% de gêneros alimentícios da administração estadual sejam comprados diretamente da Agricultura Familiar. As primeiras chamadas públicas para a aquisição dos alimentos devem ser publicadas ainda neste mês ou início de 2016.

De acordo com a nutricionista da Administração da Fhemig, Priscila Yunes Marques, como se trata de uma nova política pública de Estado, a fundação vai adquirir o mínimo de 30% determinado pela lei.



“Ainda não sabemos como que essa política vai se desenvolver. Se a expectativa for positiva, vamos ampliar a aquisição até chegar a 100%”, afirma ela.

Segundo a nutricionista, o investimento da fundação com alimentação de servidores e usuários da rede ultrapassa a casa de R\$ 30 milhões/ano. Apenas com os itens, café, açúcar, feijão e polpas de frutas, a instituição desembolsa cerca de R\$ 1 milhão.

“Além de comprar alimentos saudáveis, com a política vamos estar aumentando a renda da Agricultura Familiar e evitar atravessadores”, completa Priscila Marques.

Segundo ela, a Administração Central irá publicar edital para compra de café, canjiquinha e frutas para atender toda a rede. Ela explica que, como a publicação da chamada pública é descentralizada, cada unidade tem autonomia para publicar seu próprio edital para a compra dos demais itens.

Participação

Antes da apresentação da demanda da Fhemig, houve palestra sobre a PAA Familiar feita pela equipe técnica da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), responsável pelas compras estatais.

Para participar da chamada pública, é exigido, por exemplo, que o agricultor tenha inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores (Cagef) e também possua o Documento de Aptidão ao Pronaf (DAP). Podem participar pessoas físicas e cooperativas. No caso do agricultor individual, o limite de venda por ano é de R\$ 20 mil. Se a comercialização for por cooperativa, o valor é multiplicado pelo número de associados.

Graças à determinação do Governo Pimentel, a Agricultura Familiar tem prioridade no pagamento em relação aos demais fornecedores. No caso do PAA Familiar, o pagamento deve acontecer até 15 dias corridos após a data de recebimento do produto.



Logística

As cooperativas aprovaram a política. O desafio, segundo os representantes, é a questão da logística. “Se for viável o transporte dos produtos vamos participar da política”, disse o diretor da Cooperativa dos Fruticultores da Agricultura Familiar do Noroeste de Minas Gerais (Cooperfruta), Expedito Monteiro.

A cooperativa de 80 trabalhadores rurais produz sete variedades de polpas de frutas e já fornece produtos para o município de São José da Lapa, na região metropolitana de Belo Horizonte.

O representante da Cooperativa de Produtos da Agricultura Familiar de Divinópolis e região (Cooprafad), Nilson Sérgio Pereira, também acha positiva a política. “Mas temos

que ver se a questão do preço e da logística será viável”, afirmou. A entidade tem 100 cooperados e já fornece produtos para a alimentação escolar na região.

Para condução da política estadual, Minas Gerais conta com um Colegiado Gestor da PAA Familiar. O grupo de trabalho é formado por: três representantes do Governo de Minas Gerais – Emater-MG, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplog) e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda); e três da sociedade civil – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg), Articulação Mineira de Agroecologia (Ama) e União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes). O colegiado é presidido pela Seda.

16 de dezembro de 2015.

Data: 21 de dezembro de 2015.

Seda destina R\$ 1,7 milhão para ampliar produção e gerar emprego

Banco de Notícias



A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário vai investir cerca de R\$ 1,7 milhão para ampliar a produção e gerar mais emprego e renda no campo. Nesta segunda-feira (21), o secretário Glenio Martins recebeu representantes de cooperativas e associações, vencedores de três editais lançados pela Seda, para assinatura dos convênios.

Os contratos têm como objetivo financiar projetos para recuperação de áreas degradadas, adequação de agroindústrias familiares e produção e comercialização de frutos do cerrado. Com projetos que variam de R\$ 50 mil a R\$ 200 mil, 20 organizações de várias regiões do Estado foram classificadas para receber os recursos.

Antes da assinatura dos convênios, Glenio Martins, acompanhado da secretária-adjunta, Fabiola Paulino, se reuniu com os agricultores familiares para falar das ações da Seda. Ele lembrou que um dos primeiros atos do governador Pimentel foi regulamentar a lei que determina que, no mínimo, 30% das compras de alimentos na administração estadual sejam de produtos da agricultura familiar.

“Além de induzir a produção, o Governo de Minas Gerais também irá comprar os produtos da Agricultura Familiar, promovendo um ciclo de desenvolvimento”, disse Glenio Martins.



Geração de emprego

Uma das 20 instituições beneficiadas é a Associação dos Apicultores de Bocaíuva (Apiboc), que recebeu cerca de R\$ 130 mil para compra de máquinas e equipamentos. Com mais de 60 associações, a entidade quer ampliar a produção de mel de 175 toneladas para 300 toneladas/ano.

“Com esses recursos vamos agregar mais valor aos nossos produtos e gerar 60 empregos diretos, porque na entressafra do mel vamos produzir também polpa de frutas do cerrado”, conta o presidente da Associação, Ivan de Almeida. Segundo ele, parte da produção de mel é destinada à alimentação escolar e outra parte para exportação nos mercados dos Estados Unidos e Europa.

Também assinaram o convênio as seguintes entidades: Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, Centro de Tecnologia Alternativa de Zona da Mata, Associação Intermunicipal dos Pequenos Agricultores e Trabalhadores Rurais, Associação Sol Pequenos Produtores de Limeira (ASPEL), Centro de Agricultura Alternativa Norte de Minas, Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Maria, Associação dos Produtores Rurais e Artesãos Santanense, Associação AMANU, Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva de Pequi e Outros Frutos do Cerrado, Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa (Fundep), Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Vale do Rio Urucua.

21 de dezembro de 2015.

Data: 28 de dezembro de 2015.

O Ano da Agricultura Familiar em Minas Gerais*

Artigo, Banco de Notícias



Marcelo Sant'Anna/Imprensa MG

O ano de 2015 foi muito importante para os mais de 2 milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais que vivem da Agricultura Familiar. Desde janeiro, este importante segmento da nossa economia e cultura coleciona conquistas, a começar pela regulamentação da lei que determina ao Estado comprar de agricultores familiares, no mínimo, 30% dos alimentos consumidos nos órgãos estaduais.

Com o ato, um dos primeiros assinados pelo governador Pimentel, Minas Gerais demonstra claramente sua ambição de se tornar "a melhor agricultura familiar do Brasil".

Para tanto, foi criada a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário para executar ações de promoção do desenvolvimento sustentável do meio rural, por meio do acesso à terra, da inclusão e dinamização produtiva e da promoção à segurança alimentar e nutricional.

Tenho dito que isso não é mais uma alternativa e sim uma necessidade civilizatória, caso queiramos deixar um mundo melhor para as futuras gerações.

Diante dessa missão, restaram nos arregaçar as mangas e começar o trabalho. Ao retomarmos o programa de regularização fundiária rural, parado desde 2011, recadastramos mais de 4 mil famílias rurais do Norte, Vales do Mucuri e do Jequitinhonha. Fizemos a emissão de mais de 100 títulos de posse, o dobro das emissões feitas nos últimos quatro anos.

Bom destacar que sem o título e o registro da terra, o agricultor familiar fica em desvantagem, sem condições de acesso a crédito e outras políticas públicas necessárias para o seu desenvolvimento.

Criar as condições para o fortalecimento da atividade é fundamental para ampliarmos a nossa escala de atuação. Para safra 2015-2016, a Agricultura Familiar de Minas Gerais terá mais de R\$ 4 bilhões de recursos.

Aprovamos mais de R\$ 40 milhões em crédito fundiário para que famílias tenham financiamento para a compra de terras. Outra conquista foi a ampliação da cota de beneficiários do Garantia Safra, que passou de 40 mil para 70 mil famílias que vivem no semiárido mineiro. Cada uma recebe R\$ 850 em forma de seguro por conta da perda de mais de 50% da safra, uma injeção de quase R\$ 50 milhões nas economias locais.

Destinamos cerca de R\$ 2 milhões para financiar projetos de recuperação de áreas degradadas, adequação de agroindústrias familiares, fomento e comercialização de frutos do cerrado e incentivar o melhoramento genético de bezerros para cadeia do leite. Com o apoio de deputados estaduais e federais, assinamos convênios que somam mais de R\$ 1 milhão para apoiar a melhoria da produção. Ainda distribuimos veículo para o transporte dos produtos, doamos kits para a realização de feiras livres e realizamos encontros estaduais de povos e comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária.

Ou seja, ao promover o acesso à terra, garantir assistência técnica e extensão rural, incentivar práticas sustentáveis de produção, ampliar o acesso aos mercados institucionais e ainda garantir a compra dos produtos, estaremos implementando um ciclo de desenvolvimento de toda a cadeia produtiva da agricultura familiar. Que venha 2016!

**Artigo do Secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Glenio Martins, publicado no jornal O Tempo (28/12/2015)*

28 de dezembro de 2015.